

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Curso de Graduação em Agronomia

**Encostas da Serra Geral de Santa Catarina:
estudo preliminar e proposição para que seja requerida a
chancela da Paisagem Cultural Brasileira**



Gabriela Guimarães Orofino

Florianópolis
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**Encostas da Serra Geral de Santa Catarina:
estudo preliminar e proposição para que seja requerida a
chancela da Paisagem Cultural Brasileira**

Gabriela Guimarães Orofino

Trabalho apresentado à Universidade
Federal de Santa Catarina para
Conclusão do Curso de Graduação em
Agronomia.

Orientador: Wilson Schmidt
Supervisora: Vanice Dolores Bazzo Schmidt
Empresa: Ecocert Brasil

Florianópolis, (SC)
Julho/ 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

Encostas da Serra Geral de Santa Catarina:
estudo preliminar e proposição para que seja requerida a
chancela da Paisagem Cultural Brasileira

Gabriela Guimarães Orofino

**Trabalho submetido à Banca Examinadora como parte dos requisitos para
Conclusão do Curso de Graduação em Agronomia.**

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Wilson Schmidt
(Orientador)**

**Prof. Dr. Ademir Cazella
(Membro da Banca)**

**Arq. Maria Regina Weissheimer
(Membro da Banca)**

**Florianópolis, (SC)
Julho/ 2011**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa algo maior que um trabalho de conclusão do curso de Agronomia. Ele é o reflexo do pequeno caminho que trilhei até hoje, dos conhecimentos obtidos nele e da interação com pessoas especiais, que direta ou indiretamente me influenciaram e/ou me apoiaram. Gostaria de agradecer, principalmente:

A meus pais, Paulo e Flávia, pelo amor incondicional, carinho e exemplo de vida. Pelo auxílio neste trabalho, como em tantos outros. A meu irmão Bruno, o mais querido do mundo, pelo carinho, apoio, companheirismo e por suas belas fotos. Aos três pela paciência com esta “sicilianinha”.

As minhas avós Dilma e Lia, pelos seus sábios ensinamentos, comidas deliciosas, companhia e carinho. A meu querido Vô João, que deixou muita saudade, pelos ensinamentos agrônômicos, carinho, bom humor e deliciosas costelinhas de ovelha aos domingos. A Tia Gusta, madrinha e conselheira, pelo apoio e motivação também na execução deste trabalho. A tia Bebel, cujos trabalhos me permitiram uma maior sensibilidade com o aspecto cultural. A toda minha família, pelo apoio e amor incondicional durante diversos períodos da minha vida e pela compreensão quando me ausentei na busca de conhecimento.

Ao Feijão, pela orientação, esclarecimentos, auxílio na conexão das idéias, amizade, descontração e pela oportunidade de trabalhar com este tema tão inovador. A querida supervisora Vanice, pela amizade e gentileza, pelos ensinamentos e por me proporcionar um contato mais próximo com o mundo dos orgânicos.

A equipe da Ecocert Brasil: Lu, Dau, Pri, Kamilly, Aline, Luiz, Alex, pelo carinho, amizade e pela oportunidade de fazer parte da equipe; ao Breno pela sua enorme paciência com minhas perguntas; a Fabi e Sibeli, pela parceria no desbravamento das Encostas da Serra Geral, por compartilharem sua experiência e pela paciência com minhas paradas para foto; a Gláucia, pelo carinho e companheirismo também em terras estrangeiras; e especialmente a pilota Karen pela amizade, descontração e pelos ensinamentos.

Ao professor Ademir Cazella pelas indicações de leitura, por possibilitar o intercâmbio estudantil e por aceitar o convite para participar da banca avaliadora deste trabalho.

Aos profissionais do IPHAN: Maria Regina Weissheimer, pelas explicações e por aceitar o convite para participar da banca avaliadora deste trabalho; Fabiano Teixeira dos Santos e Ana Lúcia Pacheco do Nascimento, pela atenção, materiais e esclarecimentos, que foram essenciais a realização deste trabalho.

A Christianne Coelho da Eletrosul pela amizade e pela rede de contatos disponibilizada.

A Ana Cimardi da FATMA pelas explicações e materiais que auxiliaram neste trabalho.

A Daniele Gelbcke e Juliette da Acolhida na Colônia, por sua gentileza e atenção; Adilson e Sibeli Lunardi da Agreco pela gentileza e por compartilhar um pouco da história de sua região. Ao Fernando Angeoletto, do Caminhos do Sertão Cicloturismo, pela disponibilização de fotos.

A Claudinha pelas deliciosas comidas e pela gentileza.

Aos mestres: Thyrza Pires, Sandra Sulamita, Abdon Schmitt, Airton Uberti, Antônio C. M. da Rosa, Rick Miller, pela amizade e preciosos ensinamentos que foram indispensáveis a realização deste trabalho; Jucinei Comin pela amizade e orientação nos trabalhos no Laboratório de Ecologia do Solo, juntamente com o professor Paulo Emílio Lovato, ao qual eu agradeço em especial, por ter possibilitado o meu contato com a Agroecologia, pela amizade, orientação e apoio aos estudos em terras estrangeiras. A todos os outros professores que fazem o curso de Agronomia da UFSC ser tão inovador e A Stella Maris Veiga e Sara da Silva pelo auxílio com a língua francesa e motivação, sem as quais os intercâmbios não teriam sido possíveis.

A Mel, Fer, Cami Blasi, Biba, Cami Martins, Olga, Julia, Elua, Lô, Kike, Karin e Marina pela amizade, grande paciência, carinho, sincronia, parceria e inspiração. A Clá, pela sua amizade, carinho e parceria tanto nos trabalhos quanto fora da academia. Ao Dudu, Paulinho, Rodrigo, Caetano, Léo, Henrique Sant'ana, Françou, Lê, Márcio, Gui, Rafa e Dani, pela companhia, carinho e amizade em diversos momentos da vida.

A Anaïs Armengol, Ben, Raph, Daniel Torres, Marina, Gabriel, Guillaume's e a Alex, por me acolherem tão bem e terem sido minha família em terras distantes. Ao Henrique pelo carinho e apoio incondicional. Ao Blumenau pelos ensinamentos e conselhos. Aos amigos agrônômicos, por seu carinho e parceria: Paulinha, Júlio Maestri, Fábio S, German, Marcelo Zanella, Lucas, Lino, Breno, Coughlan, Gabriel, Luis, Thiago, Peixe, Palhoça, Pedro, Perna, Gustavo, Fernando de Luca, Gabi Vanderlinde, Montagna, Dilton, André, Jociel, Marcelo W, Bruno, Du, Rafa, Leo, Shana, Kath, entre muitos outros.

Aos amigos da turma de desenho, pelas risadas e terapia em grupo toda quinta à noite. Aos amigos recentes, mas não menos importantes: aos parceiros da caminhada no Campo dos Padres, em especial o Bodó; e a turma de "estagiários" da Comcap mais querida de todos os tempos, especialmente ao Bruno, Camila e Mark, pelo carinho e parceria (e por cuidarem tão bem da "nossa mãe").

E finalmente, aos agricultores familiares das Encostas da Serra Geral, sem os quais este trabalho não teria sentido.

APRESENTAÇÃO

Este estudo consiste no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) requisitado para a obtenção do grau de bacharel em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O estudo tem como objetivo principal a caracterização das peculiaridades da paisagem das Encostas da Serra Geral para sua proposição como Paisagem Cultural Brasileira - chancela concedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O município de Santa Rosa de Lima, que recebeu o título de Capital Catarinense da Agroecologia, exerce influência sob municípios vizinhos em relação às parcerias que estabeleceu em prol do desenvolvimento sustentável do território das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, ele apresenta uma paisagem cultural que pode ser considerada representativa da região.

O estágio que foi base para o TCC foi realizado na Ecocert Brasil, uma empresa ligada a uma certificadora de produtos orgânicos reconhecida internacionalmente e que tem sua sede no município de Santa Rosa de Lima. A partir de uma demanda de lideranças do território das Encostas da Serra Geral, a Ecocert-Brasil solicitou a realização de um estudo preliminar sobre a paisagem cultural desta região. Este estudo é visto pela empresa como uma contribuição para a o desenvolvimento sustentável da região, e como uma contrapartida ao acolhimento que teve por parte das principais lideranças de Santa Rosa de Lima.

Além da delimitação do território e da caracterização preliminar da sua paisagem – para indicar a existência de singularidade, foram levantados alguns dos desafios estratégicos a serem enfrentados pelo grupo de atores que precisará assumir a responsabilidades quanto à gestão e à manutenção dela. Propôs-se, assim, um plano e um pacto de gestão para a paisagem.

Acredita-se que através do reconhecimento como Paisagem Cultural Brasileira e da apropriação dessa chancela pelos atores locais, as iniciativas e parcerias estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da região serão fortalecidas e a gestão participativa do território ganhará mais um apoio institucional. Espera-se ainda a promoção e preservação dos recursos naturais e culturais da região, além da valorização do território rural e das atividades nele realizadas, como a produção orgânica de alimentos e o agroturismo. A expectativa é que isso reflita no fortalecimento da economia do município e da região, sempre reforçando a equidade social e a preservação do meio ambiente.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	9
RESUMO	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
1.1 Qual paisagem?	17
1.2 Território	20
1.3 Desenvolvimento territorial sustentável	20
1.4 Identidade Cultural	22
1.5 Patrimônio Cultural	23
1.5.1 Patrimônio cultural material e imaterial e instrumentos de proteção	23
1.5.2 A proteção das paisagens culturais no mundo e no Brasil	25
1.5.2.1 Paisagem Cultural Brasileira	26
CAPÍTULO 2	30
2.1 As Encostas da Serra Geral de Santa Catarina	31
<i>Encostas da Serra Geral: um território em construção</i>	35
<i>Delimitação de uma porção do território das Encostas da Serra Geral para a proposição chancela da Paisagem Cultural Brasileira</i>	38
2.1.1 Características gerais de Santa Rosa de Lima	41
2.2.1 Colonização e histórico de ocupação	43
2.2.2 Um território marcado pela história agrícola	49
2.2.3 Recursos naturais	57
2.2.4 Patrimônio cultural	59
<i>Organização do espaço, construções típicas e outros bens materiais</i>	59
<i>Produtos artesanais típicos</i>	63
<i>Festividades/ encontros da comunidade local</i>	64
<i>Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral, uma “Paisagem do futuro”</i>	65
CAPÍTULO 3 - Proposta de um pacto de gestão	78
3.1 Principais desafios enfrentados no território	79
3.2 Atores sugeridos para compor o pacto de gestão	84

3.3 A formação de um pacto de gestão	87
3.4 Plano de ação preliminar	93
REFERÊNCIAS	105
ANEXO 1	112
ANEXO 2	116
ANEXO 3	117
ANEXO 4	118
ANEXO 5	119
ANEXO 6	120
ANEXO 7	121
ANEXO 8	122

LISTA DE SIGLAS

AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AMESG	Associação dos Municípios das Encostas da Serra Geral
AMUREL	Associação dos Municípios da Região de Laguna
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Clube de Diretores Lojistas
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo
COOPERAGRECO	Coop. dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DEPAM	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização ()
DOU	Diário Oficial da União
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FATMA	Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAESF	Parque Estadual da Serra Furada
PARNA	Parque Nacional
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PE	Parque Estadual
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRH	Plano Nacional dos Recursos Hídricos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REH	Região Edafoclimática Homogênea
RH	Região Hidrogeográfica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SCI	Sistema de Controle Interno
SDR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SRL	Santa Rosa de Lima (município)
UC	Unidade de Conservação
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

Este trabalho consiste num estudo preliminar com caráter de proposta que poderá auxiliar no requerimento da chancela de Paisagem Cultural Brasileira para o território das encostas da Serra Geral de Santa Catarina. A chancela é uma portaria lançada em 2009 pelo IPHAN para proteger as paisagens únicas no Brasil. O estudo consiste na descrição da paisagem e das potencialidades de uma porção delimitada do território – o município de Santa Rosa de Lima - em relação ao seu patrimônio cultural e natural, dando ênfase aos processos de desenvolvimento territorial sustentável, que se iniciaram ali (agricultura orgânica e agroturismo) e que abrangem outros municípios deste território. Além disto, é apresentado um breve levantamento dos principais desafios enfrentados para que a Paisagem Cultural mantenha suas características peculiares, incluindo a indicação de atores sociais para o planejamento gestão desta paisagem, e por fim, propostas de ações estratégicas a serem consideradas no planejamento da gestão de tal paisagem cultural. A delimitação da porção do território das Encostas da Serra Geral ao município de Santa Rosa de Lima foi com o objetivo de viabilizar a gestão da paisagem e por este município apresentar todas as características da paisagem cultural da região, sendo um referencial na prática da agricultura de base ecológica e do agroturismo. Além destas iniciativas inovadoras, esta paisagem cultural apresenta forte influência dos imigrantes europeus que colonizaram a região (seus habitantes ainda expressam esta riqueza cultural em seu cotidiano), riqueza de recursos hídricos, fauna e flora exuberantes, relevo acidentado e o paredão das encostas da Serra Geral. Somado a estes fatores, a forte articulação de seus atores locais em busca de iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável de seu território, garante a especificidade desta paisagem cultural, e a torna um exemplo a ser seguido – características potenciais ao reconhecimento pelo IPHAN.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural Brasileira; Encostas da Serra Geral de Santa Catarina; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Identidade Cultural; Agricultura familiar de base ecológica.

INTRODUÇÃO

A paisagem é definida pela Comissão Europeia da Paisagem, como “uma parte do território tal como é percebida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interrelação de fatores naturais e/ou humanos” (Portugal, 2005). A noção de paisagem se tornou – principalmente nos países do hemisfério norte, onde vem sendo utilizada há muitos anos, um instrumento do poder público, dos órgãos governamentais e da comunidade. Para as administrações públicas ou outras instâncias de governança, o projeto de paisagem atua como um instrumento de mediação dos valores do desenvolvimento sustentável nas discussões de gestão do território.

No que se refere a territórios rurais, é preciso considerar a globalização dos mercados de commodities agrícolas e a padronização dos processos produtivos trazida com o processo de difusão internacional de técnicas conhecido por Revolução Verde. A combinação desses fatores levou à banalização, à uniformização e à descaracterização da paisagem tradicional dos territórios rurais no mundo. A consequência foi a perda de costumes e da biodiversidade locais; interação esta que garantiria a especificidade paisagística de cada território. Desta forma, hoje, a preservação das paisagens rurais é de extrema importância. No caso brasileiro, ganha relevo, assim, que elas sejam incluídas no rol das paisagens culturais chanceladas pelo IPHAN.

No Brasil, como em toda a América Latina, os cursos de graduação de Ciências Agrárias não abordam a gestão de paisagens rurais e não incluem a identidade cultural regional como um fator relevante dos processos de desenvolvimento territorial sustentável (informação pessoal e Ranaboldo, 2008). Daí decorre a pertinência da realização de um TCC nesta área e de termos encarado a encomenda da Ecocert-Brasil como um desafio diretamente relacionado à nossa formação. Ainda mais considerando que, atualmente, a sociedade demanda profissionais de agronomia com perfil interdisciplinar e capazes de participar ativamente em processos ligados à gestão sustentável de territórios.

Os projetos de preservação, construção e gestão de paisagens como a paisagem cultural são trabalhos multidisciplinares. Eles exigem, portanto, a articulação de conhecimentos de diversos campos profissionais. Além disso, para fomentar o desenvolvimento territorial sustentável, é fundamental trabalhar a percepção dos agricultores e dos demais atores locais sobre a importância da gestão compartilhada da paisagem. Essas são, claramente, intervenções potenciais para o Engenheiro Agrônomo.

Esse é o caso de intervenções relacionadas à chancela da Paisagem Cultural brasileira. Ela é similar a um selo de qualidade da região abrangida, sendo um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional que possua particularidades na interação entre o homem e o meio ambiente. Esta chancela pressupõe uma gestão compartilhada do território, entre poder público, sociedade civil e iniciativa privada, sendo o IPHAN o principal articulador de ações de valorização, planejamento e gestão deste patrimônio. Com essa chancela, a preservação e gestão da paisagem são institucionalizadas, assim como o desenvolvimento territorial baseado na identidade cultural regional. Estes aspectos facilitam a valorização da identidade territorial em programas de desenvolvimento, contribuem para promover a multifuncionalidade da agricultura e das paisagens rurais e para o fortalecimento local e nacional da abordagem territorial e, conseqüentemente, para o processo de desenvolvimento territorial sustentável (Brasil, 2009; Weissheimer, 2011).

A região das Encostas da Serra Geral Catarinense possui particularidades históricas, culturais e ecológicas que apontam um grande potencial para obtenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Elas estão ligadas ao histórico de ocupação indígena e de colonização por imigrantes de origem européia praticando uma agricultura familiar¹ do tipo colonial em uma região em que o isolamento relativo atenuou a influência de processos homogeneizadores. Neste território em construção, as propostas recentes que vem contribuindo para o “desenvolvimento local/ endógeno/ territorial”², realizadas a partir da agricultura de base ecológica e do agroturismo a ela associado, conferem marcas específicas a sua paisagem cultural. A esses fatores adicionam-se os fatos da região ser importante corredor ecológico, localizada entre parques de preservação do meio ambiente e área de nascentes de rios e bacias hidrográficas da mais alta relevância (Cabral, 2004). O relevo acidentado combinado a essas características resultou ainda em significativos remanescentes da Mata Atlântica.

No presente estudo propõe-se um levantamento das especificidades dessa paisagem rural visando seu chancelamento como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN. A abordagem territorial é mobilizada visando a articulação futura de um “pacto de gestão” para a criação, a manutenção e o funcionamento da Paisagem Cultural. Dentro do objetivo geral posto a este TCC, de elaborar uma proposta de identificação da região das Encostas da Serra Geral de

¹ De acordo com os conceitos utilizados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), considera-se *agricultura familiar* “aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família”.
² Desenvolvimento local/ endógeno/ territorial é definido pela PNATER como “um processo de criação, de valorização e de retenção das riquezas de um território, progressivamente controlado pelo conjunto de habitantes”. Resulta da ação articulada de atores locais para a “construção de um projeto estratégico que oriente suas ações de longo prazo”. Além disto, “supõe o uso economicamente racional e ambientalmente sustentável dos recursos disponíveis” (MDA, 2008).

Santa Catarina como Paisagem Cultural Brasileira, foram detalhados os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a paisagem de uma porção do território das Encostas da Serra Geral, ressaltando aspectos peculiares que justificariam o seu chancelamento como Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN;
- Identificar desafios enfrentados para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável na porção delimitada e para a possível manutenção do título de Paisagem Cultural Brasileira;
- Propor ações para o plano de gestão da Paisagem Cultural;
- Identificar atores para o estabelecimento de um pacto de gestão da Paisagem Cultural proposta.

As questões ligadas à proposição do pacto de gestão e ao mapeamento das parcerias a serem estabelecidas para viabilizá-lo levaram a considerar mais prudente e eficaz propor que a delimitação inicial da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral fosse limitada ao município de Santa Rosa de Lima.

Este estudo foi realizado com base em ampla revisão da bibliografia existente sobre a região das Encostas da Serra Geral. Além disso, foram feitas observações em trabalhos de campo combinados com atividades de auditoria da produção orgânica realizada pela Ecocert Brasil. Assim, a identificação dos desafios enfrentados pelo município para dar continuidade às atividades desenvolvidas em seu território e para manter o patrimônio cultural que garante a especificidade de sua paisagem foi feita principalmente com base em dados secundários. Este material também permitiu a identificação dos parceiros fundamentais para a preservação da paisagem cultural. Na elaboração das sugestões das etapas a serem seguidas para a formação de um pacto de gestão da paisagem, bem como das ações estratégicas a serem consideradas por este pacto, tivemos como base a Portaria IPHAN 127/2009 (que regulamenta a chancela de Paisagem Cultural Brasileira) e as orientações a estudos e proposições de Paisagem Cultural (Weissheimer, 2011), além de termos utilizado os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação de Agronomia. Ainda para a elaboração deste TCC algumas formações e vivências da autora foram fundamentais³. Contribuíram também para a elaboração do presente estudo, o contato com profissionais

³ Curso técnico em Meio Ambiente (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina); intercâmbios estudantis internacionais (Université de Montréal – Canadá e no Institut National Supérieur des sciences agronomiques de l'alimentation et de l'environnement – Dijon/França); curso de Plano de Manejo de Unidades de Conservação (UFSC), participação em projetos em Agroecologia através do Laboratório de Ecologia do Solo (UFSC), além de estágio na Ecocert-Brasil, empresa certificadora de produtos orgânicos.

especializados no planejamento e implementação de projetos em esfera municipal e também com profissionais do IPHAN, da AGRECO, da Acolhida na Colônia e da FATMA.

Este trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro traz o referencial teórico que nos foi necessário para a compreensão dos processos de desenvolvimento territorial sustentável que tem ocorrido na região de estudo, bem como da importância da escala de paisagem na gestão destes processos – além dos conceitos relativos aos temas abordados no trabalho; no segundo, destacamos a importância da região das Encostas da Serra Geral em esfera regional/nacional e fazemos uma delimitação e caracterização da paisagem cultural de uma porção deste território, a fim de que esta porção seja o escopo da chancela de Paisagem Cultural; e finalmente, o terceiro aborda nossas considerações - os principais desafios enfrentados ao desenvolvimento das atividades peculiares na região de estudo, e também sugestões para que seja constituído um pacto de gestão da paisagem.

Inicialmente, no primeiro capítulo, procuramos entender melhor os conceitos relativos à paisagem para que assim pudéssemos definir a abordagem por nós utilizada (de paisagem cultural) (1.1). Tendo em vista que a gestão das paisagens compreende as ações realizadas na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável (Van Ruyskensveld, 2009), buscamos definir o que entendemos por território (1.2) e por tal modelo de desenvolvimento (1.3). Depois, levantamos a noção de identidade cultural, que tem se mostrado fundamental para as práticas de ordenamento territorial (1.4). Finalmente, procuramos ressaltar a importância dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural, especialmente quanto a uma perspectiva da utilização dos mesmos em territórios rurais (1.5). Ainda neste capítulo, destacamos os instrumentos existentes no Brasil - dentre os quais está a chancela de Paisagem Cultural Brasileira - e apresentamos os passos necessários para a proposições deste tipo.

No segundo capítulo, procuramos levantar os aspectos considerados necessários para ressaltar a importância das Encostas da Serra Geral em esfera regional/nacional, como por exemplo, sua localização estratégica para a preservação da biodiversidade e demais recursos naturais. Feito isto, delimitamos uma porção deste território para que servisse de escopo à proposta de Paisagem Cultural (2.1). Desta forma, foi possível a caracterização do histórico de ocupação do local de estudo, o que contribuiu para a compreensão da conformação da paisagem atual, bem como para uma caracterização (preliminar) dos aspectos peculiares desta paisagem cultural (2.2).

O terceiro capítulo apresenta a proposta de gestão para a paisagem. Para isto, foi fundamental apresentar com mais detalhes os objetivos e passos necessários para formar um grupo que se responsabilize pela gestão da paisagem junto aos órgãos oficiais – uma

vez que a pré-existência de um “pacto de gestão” é essencial para encaminhar uma proposta de Paisagem Cultural Brasileira ao IPHAN. Neste sentido, ressaltamos alguns aspectos e desafios que julgamos que devam ser considerados no planejamento das medidas visando a manutenção das características peculiares da Paisagem Cultural em questão (3.1). Desta forma, indicamos alguns atores sociais que consideramos potenciais membros de um futuro grupo de gestão da paisagem (3.2) e recomendamos algumas etapas para a sensibilização e formação deste grupo (3.3). Finalmente, apresentamos nossa proposição de linhas de ação a serem consideradas pelos membros do pacto no planejamento das medidas de curto, médio e longo prazos para a consolidação da Paisagem Cultural (3.4).

CAPÍTULO 1

Neste capítulo, apresentamos uma fundamentação teórica sobre alguns aspectos que nos pareceram ser essenciais à melhor compreensão (e entender a dimensão) da proposta que fazemos com este estudo (estudo preliminar e proposta de paisagem cultural brasileira). Desta forma, primeiramente foi necessário definir a abordagem por nós utilizada de paisagem e de território – visto que estes são conceitos muito amplos. Buscamos definir, também, o que entendemos por desenvolvimento territorial sustentável, e de como esta abordagem se associa aos instrumentos de preservação do patrimônio cultural, no caso mais específico, a chancela da Paisagem Cultural. Procuramos ainda, compreender a pertinência da utilização de tal instrumento na promoção e preservação da identidade cultural de uma população, bem como no ordenamento de territórios rurais.

1.1 Qual paisagem?

“Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos.

Portugal (2005, p. 1025)

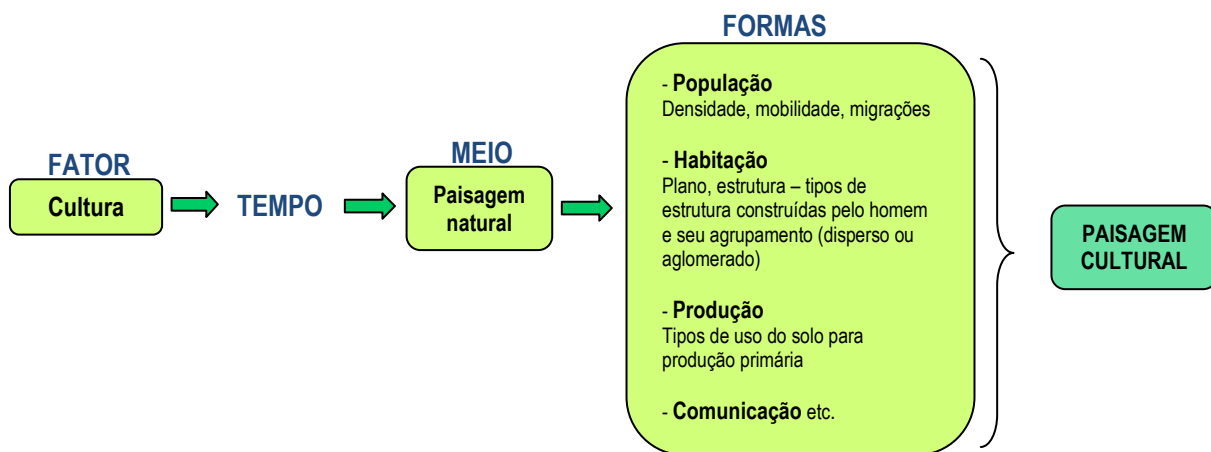
A noção de “paisagem” é objeto de diferentes áreas do conhecimento e correntes filosóficas. A abordagem utilizada e sua interpretação variam, assim, de estudo para estudo, e dependem do enfoque dado ao estudo. De acordo com Cabral (2007), a noção de paisagem é preferencialmente (em relação a de espaço) utilizada nos casos em que os aspectos visuais ou cênicos acrescidos de sua dimensão simbólica tenham importância à leitura da relação humana com o espaço.

Dentro do campo da geografia, desde o século XIX a paisagem é a unidade de estudo utilizada para a compreensão das relações sociais e naturais em um determinado espaço. Recorde-se que a geografia tradicional diferencia paisagem natural (combinação dos elementos físicos como terreno, vegetação, solo, recursos hídricos) e paisagem cultural (que é humanizada e inclui as modificações humanas nos espaços urbanos e rurais) (Schier, 2003). Já alguns estudiosos do século XX trouxeram uma concepção integrada e homogênea da paisagem, por não considerarem a separação entre a ação antrópica e a natureza. Serve de exemplo a abordagem de BERTRAND (1972):

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa.

As concepções integradas da paisagem foram fortemente influenciadas pelas abordagens ecológicas – ecologia da paisagem – que consideram a “paisagem como um sistema e como um nível de organização” (Odum *et al*, 2008). Estes autores consideram que as paisagens se alteram ao longo da história em consequência dos processos naturais (como o desenvolvimento do ecossistema), como também dos processos sociais, políticos e econômicos que ocorrem nestes sistemas. A ecologia da paisagem ressaltaria estas mudanças ocorridas através do estudo de seus padrões (como a heterogeneidade em um mosaico de paisagem agrícola) e processos (como a eutrofização de recursos hídricos), servindo de base científica para a gestão da paisagem em escala regional (Odum *et al*, 2008). Schier (2003) considera que tal perspectiva - através das relações entre ecossistemas – amplia a visão da paisagem predominante na geografia física ao incorporar elementos da civilização, além de auxiliar a incorporação das idéias de desenvolvimento sustentável e reforçar a multidisciplinaridade no estudo do meio ambiente.

O estudo das **paisagens culturais** foi proposto por Carl O. Sauer, dentro dessa perspectiva de uma abordagem integrada (SCHIER, 2003). Nos textos de Sauer (1925), é apresentada a idéia de que a paisagem existe apenas em função de suas relações com o tempo e o espaço. Desta forma, uma paisagem está em processo contínuo de desenvolvimento, dissolução ou substituição. A paisagem cultural é, então, para Sauer, a expressão dos trabalhos do homem – de um grupo cultural - sobre a paisagem natural. A cultura é o agente, a natureza o meio e a paisagem cultural o resultado (Figura 1).



Adaptado de Sauer (1925) por Gabriela G. Orofino

Figura 1. Diagrama de representação da morfologia da paisagem cultural.

Essa perspectiva de Sauer considera, contudo, apenas a perspectiva morfológica da paisagem cultural. Ou seja, ele se ateve apenas aos registros (formas), que são a materialização da ação humana, sem, no entanto, enfatizar a sua dimensão imaterial como a energia, costumes ou crenças humanas. Já para Castriota (2009), a significação e a autenticidade das paisagens culturais vão envolver também (além de suas dimensões estética, funcional e ecológica), elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio e que dependem da continuidade e da vitalidade de sistemas de cultura e de produção – os quais estabeleceram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e um sentido único de lugar.

Atualmente o termo paisagem cultural é empregado por instituições internacionais e nacionais ao estabelecer instrumentos para a conservação do patrimônio cultural da humanidade, e neste caso, o conceito é incrementado justamente com a dimensão imaterial da paisagem. E esta será a abordagem que adotaremos neste trabalho, mais precisamente através da definição de Paisagem Cultural Brasileira do IPHAN (ver item 1.5.2.1). Fizemos tal opção por ficarmos convencidos de que a paisagem é a associação de um conjunto de formas naturais e culturais em um espaço delimitado. E que ela se expressa em um determinado “campo de visibilidade” que, ao ser submetido às nossas percepções e experiências individuais, é convertido num “campo de significação” individual e coletivo, podendo ser alvo de diversas interpretações ou leituras (Cabral, 2007). Percebemos essa abordagem como a que melhor nos municia, já que adotamos a paisagem como uma ferramenta para o diagnóstico participativo das Encostas da Serra Geral e pensamos que, através dela, os habitantes (e visitantes) deste território reconhecerão e representarão o ambiente em que estão inseridos. Pensamos, da mesma forma, que esta perspectiva aponta para a construção conjunta de um projeto de desenvolvimento com objetivos afins (como produtividade, estética, e lazer). Isso permitirá que as unidades familiares sejam vistas, ao mesmo tempo, como parte do território “espaço produtivo” e “quadro de vida que deve responder ao conjunto de suas necessidades” (Van Ruyskensveld, 2009). Ou seja, seguindo este autor, propomos, com este TCC, uma gestão da paisagem que compreenda as ações realizadas dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Em função disso, é indispensável precisar o que entendemos por território e por desenvolvimento territorial sustentável.

1.2 Território

Os termos “espaço” e “região” são convenientemente substituídos pela noção de território nas situações que se referem ao fruto de uma construção social. Nelas, as relações de poder relacionadas ao controle e à gestão do espaço tornam-se indispensáveis ao entendimento da existência humana (Cabral, 2007; Jean, 2010). O território não é definido, assim, por sua escala ou por limites físicos. As fronteiras do território são móveis e estabelecidas através de sua interação social, pelo modo de organização e pela maneira com a qual os atores que o constituem coordenam suas ações (Abramovay 2010; Jean, 2010). Este último autor sublinha que para que um território possa existir e, como consequência, evidenciar um processo de construção social, ele deve ser nomeado. Uma vez identificado, é que o território serve como referencial na formação das identidades individual e social.

Uma das vantagens de se utilizar a abordagem territorial nos estudos dos espaços rurais está relacionada à ampliação do conceito de ruralidade e do processo de desenvolvimento para além das atividades agrícolas. Isso porque abordagem territorial, ao considerar a interação de outros setores econômicos no desenvolvimento rural, exige uma análise dos atores e das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada (Abramovay, 2010). Tal autor destaca que o processo de desenvolvimento permite, ainda, a cooperação entre os estudos relacionados às ciências sociais e naturais, se considerarmos que o território reflete a maneira com que as sociedades se organizam para utilizar os sistemas naturais (recursos) nos quais sua expansão é apoiada (Abramovay, 2010). No caso deste TCC, é fundamental considerar que a identificação de um território como Paisagem Cultural pode vir a reforçar a territorialidade. Ou seja, a(s) estratégia(s) utilizada(s) para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica (GOMES citado por CABRAL, 2007).

1.3 Desenvolvimento territorial sustentável

Sob a abordagem do desenvolvimento territorial, o território é considerado como um recurso ativo fundamental para o desenvolvimento. Por isso, se busca compreender a importância recíproca das estruturas e dos atores sobre a estruturação dos espaços socioeconômicos e políticos neste território (Jean, 2010). Na proposta para as Encostas da Serra Geral, feita neste TCC, é fundamental seguir este mesmo autor, quando ele ressalta que o desenvolvimento territorial atua em uma perspectiva de rearticulação dos saberes

interdisciplinares e dos territórios, pressupondo, sempre, a repartição equitativa – social e territorialmente – da riqueza, a consolidação da experiência democrática, a preservação e o florescimento das culturas (Jean, 2010).

A noção de desenvolvimento sustentável surgiu como resultado da busca por um modelo capaz de tornar compatíveis, no longo prazo, as dimensões das ações humanas: o meio ambiente a economia e a sociedade. Com a emergência deste conceito, o desenvolvimento deixa de ser identificado com a noção idealizada de progresso (entendido como a progressão “da humanidade”, rumo à conquista de melhores condições de vida) e com a noção restrita de crescimento econômico (aumento da produção e da produtividade) (Jean, 2010). A noção mais clássica de sustentabilidade ressalta o compromisso intergeracional de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

A aplicação dos conceitos do desenvolvimento sustentável a territórios rurais, como é o caso deste estudo, precisa prever uma “revitalização” a partir da “vitalidade social das comunidades rurais”, da viabilidade econômica local e da validade ecológica dos sistemas rurais locais (Jean, 2010). Esta perspectiva exige uma associação direta com políticas públicas – governamentais e não governamentais – e ações e de ordenamento territorial.

Ordenamento territorial

A perspectiva do desenvolvimento sustentável impôs novos desafios a serem enfrentados pelos decisores. Um dos desafios principais é que ela se fundamenta em poucas normas teóricas consistentes, o que faz com que não haja uma forma única de atuação, mas, sim, a opção por boas práticas em uma ação descentralizada⁴ - que vão depender da adequação da escala que se adota. Surge, aí, um novo problema: o da delimitação da noção de território. E ela está entre as situações ainda não transformadas em regras normativas práticas pelas pesquisas teóricas que buscam um novo padrão de ordenamento territorial sustentável (Theys, 2006).

Para as perspectivas deste estudo é fundamental lembrar que este mesmo autor considera que esta ausência de normas precisas tem a vantagem de não restringir a utilização da noção de desenvolvimento sustentável e, sim, possibilitar que cada território defina seus objetivos e posteriormente escolha os meios apropriados para alcançá-los de maneira

⁴ Theys (2006) propõe que a ação descentralizada, numa escala adequada, é a única capaz de promover um padrão de integração realmente eficaz.

democrática e descentralizada. Para isso, a modernização coletiva das modalidades atuais de ação coletiva é necessária (Theys, 2006).

Considera-se, na proposta aqui apresentada, que a chancela da Paisagem Cultural proposta pelo IPHAN é exatamente uma possibilidade de provocar tal “modernização coletiva”, primeiro porque ela apresenta, em sua construção, a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável, depois porque ela aponta para algo que supere a simples justaposição às políticas públicas já existentes.

No estabelecimento de boas práticas ligadas ao ordenamento territorial, as noções de identidade cultural e de “senso de pertencimento” tem se mostrado fundamentais.

1.4 Identidade Cultural

Se não há uma identidade cultural, as pessoas não se sentem pertencentes ao local. Se o lugar não pertence a ninguém, ninguém se responsabiliza ou se motiva a participar de sua gestão.

Identidade cultural é aqui entendida, como um processo de construção que implica auto-reconhecer o pertencimento a uma coletividade ou a um grupo humano (Navarrete *et al*, 2010). Dentro do conjunto de atributos que dão conteúdo à identidade, o território constitui um elemento central para definir o que é próprio e o que é estranho. Desta forma, ainda seguindo estes autores, o território é a expressão espacial e simbólica aonde as identidades tomam corpo.

Em relação à chancela de paisagem cultural, é necessário associar a identidade cultural com as oportunidades de geração de trabalho e renda que, hoje, ela pode gerar. Segmentos crescentes da sociedade reconhecem o patrimônio cultural dos territórios rurais como uma forma de satisfazer suas expectativas e demandas de recreação, cultura, saúde, tradição etc. Ranaboldo (2008) julga que, na América Latina, esta “economia cultural” poderia ter um impacto positivo sobre zonas rurais pobres ou marginalizadas pela sociedade, apesar de se caracterizarem por um notável patrimônio cultural. A construção de uma chancela pode, assim, valorizar esses territórios e seus habitantes. O reconhecimento público de seus saberes e capacidades contribuirá para a elevação da auto-estima e do sentido de cidadania desses habitantes (Ranaboldo, 2008). Essa perspectiva torna necessário um melhor entendimento do patrimônio cultural.

1.5 Patrimônio Cultural

O entendimento de patrimônio cultural de um povo, neste TCC, segue aquele apresentado pelo IPHAN (2007): o “conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade deste povo”. Da mesma forma, ao propormos a chancela de Paisagem Cultural para as Encostas da Serra Geral, compartilhamos a idéia de que a preservação deste patrimônio deve ser feita pelo poder público e pelas comunidades, com o intuito de “cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar” (IPHAN, 2007). Acreditamos que esta opção contribuirá para o fortalecimento da “noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo ou a um lugar” (IPHAN, 2007) e consideramos que ela colaborará “para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida” (IPHAN, 2007).

1.5.1 Patrimônio cultural material e imaterial e instrumentos de proteção

No Brasil, a proteção do patrimônio material e imaterial foi instituída como direito-dever através da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 216 ela define o patrimônio cultural brasileiro da seguinte forma:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (I) as formas de expressão, (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Cabem ao poder público as tarefas de promoção e proteção deste patrimônio, contando para isto com a colaboração da comunidade. Dentre os instrumentos existentes para a proteção do patrimônio cultural no Brasil - que amparam as ações de preservação do IPHAN - podemos citar o tombamento, a identificação (inventário), o registro e, atualmente, a chancela da Paisagem Cultural. Estes instrumentos podem ser usados simultaneamente, cada um para um tipo de patrimônio, visando a melhor forma de proteção do patrimônio cultural.

O tombamento é considerado o mais antigo e também o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Foi instituído como uma forma de proteção do patrimônio representado pelos bens materiais através do Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937 – que define o patrimônio histórico e artístico nacional como

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Para fazer parte do patrimônio nacional, os bens culturais são classificados segundo sua natureza e devem ser inscritos de forma separada ou agrupada em um dos quatro Livros do Tombo, que são: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas. Os bens materiais são divididos em bens imóveis (como núcleos urbanos, edifícios, monumentos, sítios arqueológicos e paisagísticos) e bens móveis (como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). A proteção do patrimônio natural também é possibilitada através deste instrumento:

São sujeitos também ao tombamento os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Brasil, 1937)

É importante destacar que o instrumento de tombamento, quando utilizado em um imóvel particular, por exemplo, não requer a sua desapropriação. Quando um bem é tombado, ele continua pertencendo ao mesmo proprietário (Weissheimer *et al*, 2008).

Já o inventário foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) como um instrumento de preservação dos bens de natureza imaterial (celebrações, cantigas, modos de fazer e lugares associados a estas práticas) e constitui na catalogação de bens com objetivo da sua posterior tutela. Este instrumento é seguido do registro deste bem cultural junto ao IPHAN.

Em 2000, através do Decreto 3.551 de 4 de agosto, foi instituído o Registro do Patrimônio Imaterial como um novo e mais adequado instrumento de preservação dos bens “que tenham como referência a continuidade histórica e relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade de determinado lugar”. Através deste decreto, foi instituído que os bens contemplados pelo registro devem ser inscritos em um dos seguintes tipos de Livro de Registro: *dos Saberes* (“conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”); *das Celebrações* (“rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”); *das Formas de Expressão* (“manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”); e *dos Lugares* (“mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”) (Brasil, 1937; IPHAN, 2007; IPHAN, 2008).

1.5.2 A proteção das paisagens culturais no mundo e no Brasil

O termo “Paisagem Cultural” foi utilizado pela UNESCO na Convenção do Patrimônio Mundial em 1992, para representar a diversidade de manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural. A Convenção foi o primeiro instrumento legal internacional de reconhecimento mundial, valorização e proteção deste complexo tipo de patrimônio, que consiste no resultado da transformação ocasionada pelo homem no ambiente natural

Segundo Castriota (2009), a inovação da inclusão da paisagem cultural como uma nova categoria de patrimônio (ou um instrumento para a sua proteção) é a possibilidade de combinação dos aspectos materiais e imateriais do conceito de patrimônio, comumente considerados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural. Sendo assim, torna-se possível propor-se estratégias integradas de intervenção que constituem respostas completas ao desafio complexo da conservação. Além disso, o autor ressalta que esta nova perspectiva representa uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável, por possibilitar um envolvimento mais próximo com as comunidades.

A noção de paisagem cultural é ainda um pouco controversa. A World Heritage Convention propõe três categorias de paisagem cultural: Paisagem Claramente Definida: criada intencionalmente pela ação humana (jardins, parques etc.); Paisagem Cultural Associativa: resultante de fortes associações religiosas, artísticas ou culturais com os elementos naturais; e a Paisagem Evoluída Organicamente, que se divide, por sua vez, em Paisagens Relíquia ou Fóssil e Paisagem Contínua: reflete os processos evolutivos em sua forma e seus componentes (UNESCO, 2008).

Na Europa existem inúmeras paisagens culturais consolidadas e algumas delas estão incluídas na lista da UNESCO de patrimônio mundial; a exemplo da paisagem agrícola tradicional de Cinque Terre – caracterizada por uma comunidade pesqueira e agrícola, que realiza cultivos de uva e olivas em montanhas e rochedos que beiram o Mediterrâneo. No planejamento do parque natural de Cinque Terre foi incluído um plano de manejo e conservação da paisagem rural, associado a um programa para o desenvolvimento multifuncional do território, de maneira a contemplar a integração da agricultura tradicional e do turismo sustentável (Besio, 2003).



Figura 2. Paisagem cultural de Cinque Terre - Italia. (Foto: Bruno Orofino).

Assim como em todas as paisagens rurais, a paisagem cultural de Cinque Terre resultou de profundas mudanças feitas pela comunidade com o objetivo de modificar o ambiente natural visando à produção de alimentos, que, por sua vez, garantiu a sobrevivência da comunidade para poder cuidar do território. (Besio, 2003) Esta paisagem serve de evidência de que anos de tradição da vida rural podem refletir uma relação harmoniosa e duradoura entre o homem, comunidade e natureza. E que sua valorização pode ter um importante papel social e econômico para as comunidades locais. Nos dá assim, pistas importantes para pensar o caso das Encostas da Serra Geral.

1.5.2.1 Paisagem Cultural Brasileira

No Brasil, as paisagens também fazem parte do patrimônio cultural nacional. Até 2009, os instrumentos legais utilizados para a preservação delas eram a legislação para proteção de bens móveis, edificados e de centros históricos do IPHAN (Decreto Lei 25 de 1937, já citado). Aquele documento legal abrange as paisagens com valor histórico e cultural. No caso de paisagens com valor especialmente ecológico, a proteção é feita através da legislação instituída por órgãos ambientais (Luca, 2007). Estes instrumentos não abrangem integralmente, no entanto, a complexidade de fatores presentes nas paisagens culturais (BRASIL, 2009). Desta forma, foi criado no Brasil um mecanismo especial para a preservação das paisagens culturais: a Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009 que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira (Anexo 1). Criada pelo IPHAN, em 2009, a chancela pode ser integrada aos instrumentos de promoção e preservação do patrimônio cultural e natural do país, sendo através dela possibilitada a criação de um pacto de gestão entre os atores do território delimitado.

Definição e importância da chancela da Paisagem Cultural Brasileira

O Artigo 1º da referida Portaria nº 127 define Paisagem Cultural Brasileira como

uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (BRASIL, 2009)

Buscando integrar aos mecanismos administrativos e institucionais para preservação de “porções peculiares do território nacional” é que foi instituída a chancela da Paisagem Cultural. Trata-se, assim, de um instrumento de preservação do patrimônio cultural. Como

fica claro, os territórios devem se destacar por suas qualidades excepcionais, exemplares e/ou singulares – características que qualificam um bem cultural como patrimonializável. Dizendo de outra forma, considera-se que as qualidades da paisagem cultural surgem das relações diretas ou indiretas estabelecidas entre o homem e a natureza, sendo elas respectivamente as intervenções materiais ou as relações simbólicas e afetivas. Os “sítios” passíveis de chancelamento são, portanto, aqueles que apresentam

singularidades materiais de determinada área, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico no convívio com o elemento humano” (Weissheimer, 2011).

A identificação de um território como Paisagem Cultural Brasileira tem importância no estímulo “da ação humana que cria e expressa o patrimônio cultural” e da relação harmônica do homem com o meio no qual está inserido. Desta forma este instrumento valoriza a identidade cultural e a dimensão afetiva da população com seu território, além de ter como premissa a qualidade de vida da população (Brasil, 2009).

É importante destacar que a chancela da Paisagem Cultural quando utilizada isoladamente, diferentemente do *tombamento*, não proíbe as transformações na paisagem. Para esta finalidade, a chancela necessita estar aliada a outros instrumentos institucionais de proteção, como por exemplo, o registro, o tombamento e mecanismos de proteção ambiental (Weissheimer, 2011). A consideração da dinâmica de transformação da paisagem é uma importante característica da chancela, pois, de acordo com Luca (2007), a paisagem não é estática, ela possui atributos constantemente modificados pela interação do homem com a natureza. Esta autora ainda destaca que o tombamento não é considerado o instrumento mais adequado para a manutenção das características de uma paisagem cultural, uma vez que o modo de ocupação do espaço pela comunidade é fundamental para a gestão da paisagem.

Procedimento para chancelamento pelo IPHAN

A etapa mais importante para iniciar-se um processo de identificação de uma Paisagem Cultural Brasileira é a definição da porção do território que será trabalhado e da abordagem nela utilizada, pois assim este local será caracterizado ou não como peculiar em âmbito nacional (Weissheimer, 2011). Para este estudo preliminar é indispensável lembrar que a mesma autora destaca que as características peculiares, devem ser ressaltadas e minuciosamente descritas na etapa inicial do trabalho.

Depois de delimitado o território, busca-se definir as medidas que possibilitem a preservação e o fomento das características peculiares que garantem o seu reconhecimento como

Paisagem Cultural Brasileira. Com estas medidas definidas, é possível o estabelecimento de um “pacto de gestão”, no qual se estabelecem os atores locais pactuantes que se responsabilizarão pela gestão da Paisagem Cultural em parceria com o IPHAN. O estabelecimento do pacto é, desta maneira, um passo anterior a chancela da Paisagem Cultural proposta. Assim, ele também será avaliado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Isso porque o objetivo do pacto é traçar um plano de atuação de curto, médio e longo prazos. Nesse plano, estarão estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelado assim como das práticas culturais que a caracterizam como paisagem cultural (Weissheimer, 2011).

O pacto estabelecido deve considerar o dinamismo da paisagem cultural, buscar a convivência harmoniosa com as transformações inerentes ao desenvolvimento sustentável e valorizar a motivação responsável pela preservação do patrimônio. Segundo Weissheimer (2011), a parceria para a gestão da paisagem obterá êxito ao priorizar a preservação das características singulares da paisagem cultural proposta, já que a chancela poderá ser cancelada se os fatores motivadores do chancelamento desaparecerem.

A constituição do grupo que fará a gestão compartilhada varia de acordo com a realidade da paisagem cultural e pode envolver representantes dos poderes públicos, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. Após estabelecimento das diretrizes do plano de gestão, ou seja, da definição das medidas acordadas pelos pactuantes para estimular, garantir ou possibilitar a preservação da paisagem cultural, são feitos monitoramentos periódicos pelo IPHAN para garantir a manutenção das características relevantes à paisagem em questão (BRASIL, 2009; Weissheimer, 2011).

Pelo fato da chancela ser um instrumento relativamente recente, ela está em fase de validação. As primeiras Paisagens Culturais Brasileiras estão sendo propostas pelo próprio IPHAN, que busca a consolidação, a aplicação prática e o êxito deste instrumento. No dia 3 de maio de 2011, foram criadas as duas primeiras Paisagens Culturais Brasileiras de caráter rural. Elas estão situadas nas localidades de Testo Alto, no município de Pomerode e de Rio da Luz, no município de Jaraguá do Sul, ambas no estado de Santa Catarina (IPHAN, 2011). Estas paisagens culturais, juntamente com 61 bens materiais que receberam tombamento nesta data, fazem parte dos “Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina”⁵. Este projeto do IPHAN foi criado em função da necessidade de preservação do patrimônio dos imigrantes europeus em Santa Catarina, localizado freqüentemente em áreas rurais.

⁵ “(...) a proposta para os Roteiros Nacionais de Imigração é propiciar proteção e gestão compartilhada do patrimônio histórico e cultural. União, estados e municípios deverão trabalhar em conjunto, objetivando o desenvolvimento e a implementação de planos e programas de desenvolvimento regional que tenham como foco o patrimônio e a sustentabilidade local, através da inserção das propriedades rurais na economia e no planejamento regional” (Weissheimer *et al*, 2008. p.9).

Com base nos argumentos acima expostos, podemos considerar, inicialmente, que a chancela de Paisagem Cultural proposta pelo IPHAN é, além de um instrumento de proteção “em si” da paisagem cultural, uma ferramenta que pode favorecer a gestão participativa das Encostas da Serra Geral, por estimular uma gestão pública (governamental e não governamental) compartilhada da promoção do desenvolvimento sustentável. A chancela pode ser, também, facilitadora do ordenamento territorial, ao favorecer a gestão dos conflitos. Ela pode, ainda, contribuir para a valorização da identidade e dos atributos de amenidade do território⁶ e, por essa via, gerar oportunidades de trabalho e renda ligadas aos serviços, especialmente ao turismo. O reconhecimento das Encostas da Serra Geral como um território que favorece os serviços prestados pelo ecossistema e pelas paisagens – como a purificação do ar e da água, a preservação e renovação da fertilidade do solo ou a própria “estética” (Odum, 2007) – pode ser um instrumento para sua valorização e, até, para pensar na remuneração de seus moradores – especialmente os agricultores – pelos serviços ambientais prestados à sociedade.

Para isso, contudo, é necessário analisar o território para ver se ele tem os requisitos para demandar a Chancela de Paisagem Cultural.

⁶ Amenidades rurais são entendidas como “uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultivados e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais” (OCDE 1999, citado em Ruivo, 2007). De acordo com esta definição, as amenidades se distinguiriam das características mais comuns do campo, “porque se lhes reconhece valor específico hedônico, social e econômico”.

CAPÍTULO 2

O território das Encostas da Serra Geral está localizado no sul de Santa Catarina, em uma região estratégica para a preservação dos recursos naturais, uma vez que conecta duas Unidades de Conservação (UC) e representa o divisor de importantes Regiões Hidrogeográficas⁷ (RH) do Brasil. Considera-se que este território esteja em construção, pois existem diversas iniciativas locais para seu desenvolvimento sustentável. Os municípios deste território tiveram colonização por imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no século XX e que ali encontraram dificuldades em seu estabelecimento: as atividades agrícolas foram restringidas pelo relevo acidentado, a densa floresta, a falta de apoio governamental e o isolamento geográfico – que, ao mesmo tempo, garantiram sua riqueza em recursos naturais e beleza cênica atuais. Desta forma, para prosperidade de suas colônias (e mais recentemente) municípios foram essenciais a união da população e a utilização de técnicas adaptadas a estas condições. Ao considerar que a região possui grande potencial para ser reconhecida como uma Paisagem Cultural Brasileira foi necessária a delimitação de uma porção deste território a fim de viabilizar nossa proposta. O município escolhido, Santa Rosa de Lima, apresenta todas as características peculiares deste território: agricultura familiar que mantém a tradição dos colonizadores europeus, florestas, construções coloniais, festas e comidas típicas. Além disto, foi neste município que se iniciaram - e que há atualmente o maior número de famílias envolvidas - os projetos de agroecologia e agroturismo do território.

Para situar o leitor, faremos primeiramente uma breve caracterização das Encostas da Serra Geral, a fim de ressaltar a importância da região de estudo (e dos processos que ali vem ocorrendo), bem como para subsidiar futuras ações de planejamento de sua paisagem. Em seguida, ressaltamos algumas iniciativas de territorialização e explicitamos os motivos da escolha da porção do território a ser chancelada, e reforçamos a idéia de que nossa delimitação é flexível (2.1). Desta forma, uma vez delimitado o local de estudo, destacamos suas características peculiares, que justificariam o reconhecimento pela chancela da Paisagem Cultural Brasileira (2.2). Para isto, realizamos um breve histórico da região, ressaltando os aspectos relacionados ao desenvolvimento das atividades agrícolas (2.2.1), para possibilitar a compreensão da conformação atual de sua paisagem cultural (2.2.2).

⁷ A separação do território nacional em 12 Regiões Hidrogeográficas foi feita pelo Plano Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA e pela Agência Nacional de Águas – ANA. “O Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH constitui-se em um planejamento estratégico para o período de 2005-2020, que estabelecerá diretrizes, metas e programas, pactuados socialmente por meio de um amplo processo de discussão, que visam assegurar às atuais e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, com base no manejo integrado dos recursos hídricos.”

Assim, valorizamos os aspectos que (a nosso ver) conjuntamente dão o caráter especial a Paisagem Cultural das Encostas: sua riqueza em recursos naturais (2.2.3), seu patrimônio cultural marcado pelas heranças dos imigrantes europeus: suas construções, hábitos e tradições e, finalmente, a prática de atividades que conciliam a preservação da cultura e do meio ambiente locais, em especial, o agroturismo e a agricultura de base ecológica (2.2.4).

2.1 As Encostas da Serra Geral de Santa Catarina

O território de estudo está localizado em uma porção das encostas da Serra Geral de Santa Catarina. Geologicamente, a Formação Serra Geral consiste em rochas vulcânicas efusivas (ou extrusivas) pertencentes à Bacia do Paraná, que encerram a sedimentação gonduânica da mesma (SANTA CATARINA, 1991). Esta formação geológica é de extrema importância para o aquífero Guarani, pois através de suas fendas e fraturas, o aquífero é indiretamente alimentado. Este fato

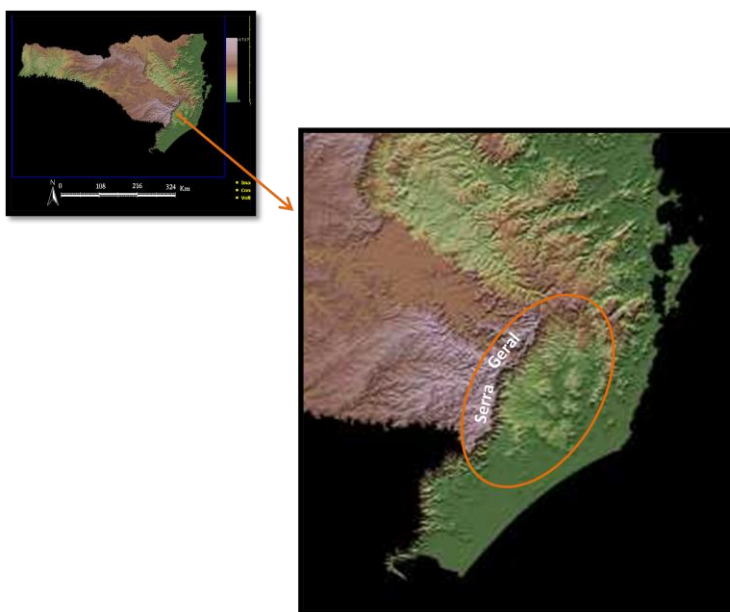


Figura 3. Localização das Encostas da Serra Geral (Adaptado de EMBRAPA, 2005).

torna estes locais estratégicos, pelo alto potencial de poluição do aquífero decorrente de atividades antrópicas. Além disto, os basaltos desta formação recobrem 90% deste aquífero e representam locais de relativa facilidade para sua exploração (MMA, 2006b).

A Serra Geral é uma das principais unidades de relevo de Santa Catarina, sendo formada pelas escarpas dos Campos Gerais. No sul do estado, esta formação divide as regiões do planalto e do litoral e representa o grande divisor de águas que drenam para os rios Uruguai e Iguaçu (Vertente do Interior), e das que se dirigem para o litoral catarinense, no oceano Atlântico (Vertente do Atlântico) (SANTA CATARINA, 1991). Esta formação geológica ocorre na borda oeste da RH Atlântico Sul, em sua divisa com a RH do Uruguai. Estes são considerados os dois principais sistemas de drenagem exorréica (drenagem que deságua no oceano) da porção sul do Brasil (MMA, 2006b). É na região das “Encostas da Serra Geral”, localizada na RH Atlântico Sul, que estão as nascentes dos rios Itajaí do Sul, Tijucas,

Biguaçu, Cubatão, Capivari e Braço do Norte, os quais abastecem importantes cidades de Santa Catarina – como Florianópolis, Tubarão e Criciúma (Cabral, 2004).

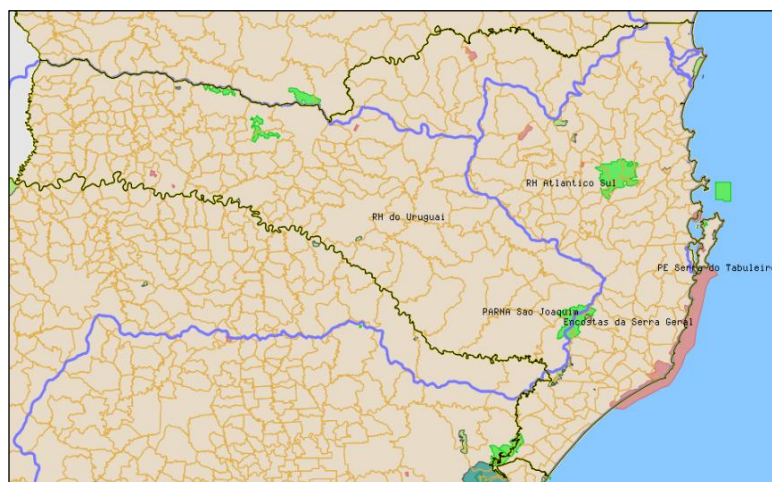


Figura 4. Serra Geral: divisor das Vertentes do Atlântico e do Interior (Adaptado de i3Geo por Gabriela Orofino, 2011).

Inserido no bioma Mata Atlântica, o território das Encostas da Serra Geral tem como fisionomias vegetais originais a Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucárias), a Floresta Ombrófila Densa e seus ecótonos (zonas de contato) (SOS Mata Atlântica, 2008). A conservação deste bioma e de seus ecossistemas é uma ação prioritária⁸ em função da sua situação crítica atual, causada especialmente pelo desmatamento e substituição por espécies florestais. Além de sua importância ambiental, a preservação das espécies que ocorrem nestes ecossistemas é fundamental para a valorização e manutenção da cultura local. O pinhão, fruto da principal espécie da Floresta de Araucárias – a *Araucária angustifolia* ou pinheiro brasileiro — está historicamente inserido no sistema alimentar dos habitantes da região da Serra Geral. Já existe um reconhecimento internacional da importância deste produto: o pinhão representa uma das Fortalezas do Slow Food no Brasil - denominada “Fortaleza do Pinhão da Serra Catarinense”⁹, localizada atualmente nos municípios de Lages e Urubici.

8 A SOS Mata Atlântica estima-se que restam apenas, aproximadamente 7,6% da área original da Mata Atlântica, distribuída de forma bastante fragmentada pelo país, que sofre historicamente um intenso processo de destruição. De acordo com os resultados parciais do Atlas dos Remanescentes florestais da Mata Atlântica no período de 2008-2010, o estado de Santa Catarina apresentou os maiores índices de remanescentes florestais totais (23,37%) e de desflorestamento proporcionalmente a seu território (1,19%).

9 “O *Slow Food* é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 como resposta aos efeitos padronizantes do fast food; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo. As Fortalezas são [pequenos] projetos concretos de desenvolvimento da qualidade dos produtos [artesaniais] nos territórios, envolvendo diretamente os pequenos produtores [através do auxílio aos grupos de produtores], técnicos e entidades locais” (Slow Food Brasil).

O território de estudo está situado entre importantes áreas de proteção ambiental (anexo 2) e atua como um corredor ecológico¹⁰ conectando remanescentes florestais da Mata Atlântica (anexo 3), o que o confere uma posição geográfica estratégica para a conservação da biodiversidade. Alguns municípios deste território integram Unidades de Conservação (UC), como o *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro* – a maior e mais antiga UC de Santa Catarina, da qual os municípios de São Bonifácio e São Martinho fazem parte; o *Parque Estadual da Pedra Furada* - que abrange os municípios de Orleans e Grão Pará e está ligada geograficamente com o *Parque Nacional (PARNA) de São Joaquim*, criado em 1961 – do qual Grão Pará e Orleans são integrantes (FATMA, ICMBIO, s/d) (anexo 4). Ainda na fase de projeto, um pouco mais distanciada, está a Área de Proteção Ambiental (APA) da Coxilha Rica, localizada no município de Lages (ICR, 2007). Nesta mesma região de grande importância histórica – Coxilha Rica – processos de proteção do patrimônio cultural estão sendo executados pelo IPHAN.



Figura 5. Parque Nacional de São Joaquim. (Foto: Gabriela Orofino).

Os municípios das encostas da Serra Geral estão inseridos em zonas “núcleo” e de “amortecimento” da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)¹¹ em Santa Catarina, além de estarem situados em área prioritária para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira¹² estabelecida, pelo Ministério do Meio

¹⁰ Corredores ecológicos são definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais” (BRASIL, 2000).

¹¹ Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e/ou marinhos reconhecidas pelo programa MAB/UNESCO como importantes em nível mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável e que devem servir como áreas prioritárias para experimentação e demonstração dessas práticas. As Zonas Núcleo são áreas legalmente protegidas, com perímetro definido, cuja função principal é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente aos parques e outras unidades de conservação de proteção integral. As Zonas de Amortecimento são estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, e tem por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Em geral correspondem as áreas de mananciais, APAS, áreas tombadas e outras regiões de interesse sócio ambiental (RBMA, 2008).

¹² O Decreto 5.092, de 21 de maio de 2004, incumbiu ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a definição das regras para a identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. Estas áreas foram estabelecidas pela Portaria 126, de 27 de maio de 2004 pelo MMA através do Projeto de Conservação e

Ambiente (MMA) em 2004 e revisada em 2007 (anexo 5). As áreas definidas como de “importância biológica muito alta” abrangem muitos municípios das encostas da Serra Geral, e a prioridade de ação para a conservação da biodiversidade nestas áreas é considerada extremamente alta. Além disto, eles fazem parte do território abrangido pelo projeto de Corredor Ecológico “Caminho das Águas” (anexo 6). Elaborado em 2006, por profissionais da FATMA (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina), ele tem o seguinte princípio:

estabelecimento de diferentes níveis de conexão entre os ecossistemas da Vertente do Atlântico e os da Vertente do Interior, promovendo a interação e a conectividade entre a biota das bacias hidrográficas de Santa Catarina, potencializando as funções ambientais dos elementos que compõem a paisagem natural ao longo de seu percurso e, junto com a sociedade civil, estimulando as ações para a conservação da biodiversidade” (FATMA, 2006).

Até o momento esta proposta está em fase de projeto e ainda não foi discutida publicamente. A participação dos municípios das Encostas da Serra Geral no estabelecimento efetivo deste corredor ecológico é considerada uma ação primordial para a proteção das nascentes dos rios presentes no território, assim como da fauna e flora a eles associada. Reconhecendo sua importante localização, alguns atores sociais deste território tem se articulado neste sentido. Em abril de 2010 foi discutido um Projeto de Corredor Ecológico nas Encostas da Serra Geral, na ocasião do seminário intitulado “Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais em Santa Catarina - Reflexões a partir das Encostas da Serra Geral”, realizado pela UFSC (Direção do Centro de Ciências da Educação e Instituto Educação do Campo), pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral e pela presidência da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel).

Considera-se essencial o conhecimento dos atores locais sobre a existência destas zonas de proteção (e programas institucionais a elas relacionados) nas quais o território das Encostas da Serra Geral está inserido. Elas reforçam a percepção da importância do território em termos regional, nacional e, mesmo, global; valorizam e estimulam a construção do território e de sua identidade cultural; além de possibilitar parcerias para a elaboração e fomento de projetos na região. Ao destacar a posição estratégica do território de estudo – em relação à preservação da biodiversidade, da cultura local, da qualidade dos recursos hídricos etc. – procuramos também sensibilizar a opinião pública e os órgãos governamentais visando o estímulo (fomento) às *iniciativas de desenvolvimento sustentável e endógeno* (EPAGRI, s.d. b) que já são executadas na região.

Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. O PROBIO foi um dos instrumentos usados pelo governo brasileiro para implementar em seu território a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) - acordo internacional criado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92.

Encostas da Serra Geral: um território em construção

Na região objeto deste estudo, é observado que as estratégias de desenvolvimento sustentável promovidas pelas entidades ali atuantes estão voltadas à “construção de um território com forte referência de identidade” (Gelcke, 2006, p.81).

(...) Esta rede de estratégias vinculadas a uma identidade forte e reconhecida (preservação ambiental, agricultura familiar, desenvolvimento) foi preponderante para a constituição de um diversificado espaço de negociações, formado por parcerias junto ao poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal e junto a Associações, Ong e Universidades.

Houve, assim, a promoção, através dos processos sócio-culturais, da manifestação de uma identidade cultural que tem como forte referência o elemento natural em sua paisagem: as Encostas da Serra Geral (Figura 6).



Figura 6. Vista panorâmica das encostas da Serra Geral, a partir da estrada que liga Grão Pará a Rio fortuna. (Foto: Gabriela Orofino).

Durante a pesquisa bibliográfica e com dados secundários, constatou-se que alguns municípios têm sido referenciados em função de sua localização nas Encostas da Serra Geral, sem, entretanto existir um consenso sobre os limites deste território. Uma afirmação do Professor Wilson Schmidt, que foi o primeiro presidente da Agreco, confirma essa fluidez: “até onde as encostas da Serra Geral forem avistadas, o município fará parte do território” (entrevista direta). Além disso, o território em construção é influenciado pelos diversos “territórios dados” (espaços geográficos administrativos ou institucionais) que se sobrepõem. Há, da mesma forma, sobre o mesmo espaço, diversos territórios em conflito. Vale a pena apresentar alguns desses recortes.

- **AMESG** - Associação de Municípios das Encostas da Serra Geral, fundada em 2009 - tem como municípios integrantes: Lauro Müller, Orleans, Pedras Grandes, Gravatal, Armazém, Braço do Norte, São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, São Martinho (Figura 7). A principal motivação para a criação dessa associação foi a definição de um território para a Universidade Barriga Verde de Orleans, que buscava se diferenciar da Unesc (Região Carbonífera) e da Unisul (Região de Tubarão). Justificou-se a delimitação por uma identidade que estaria relacionada ao histórico de colonização (as terras pertenceram, no

século XIX à Princesa Isabel, e, depois, receberam imigrantes europeus) e às cadeias produtivas locais (plástico, moldura, agroindústria, fumicultura, avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite). O caráter administrativo e de apoio às administrações municipais que têm essas associações esvaziaram essa organização no momento de sua implantação e existe forte tendência de que ela seja extinta.

- Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral –

O Fórum foi estabelecido no ano de 2001 em decorrência da articulação da Agreco junto às prefeituras da região. O que ela buscava era um olhar supramunicipal sobre os problemas e potenciais da região e uma maior aproximação entre poder público e sociedade civil. Assim, o objetivo do Fórum foi o estabelecimento de ações prioritárias para o desenvolvimento sustentável da região, havendo um planejamento integrado pelas prefeituras dos municípios envolvidos (Cabral, 2004). Os municípios integrantes foram os seguintes: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Armazém, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Orleans, Rancho Queimado, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e São Martinho. A identidade era dada pelo número pequeno de habitantes e pela baixa densidade populacional (falava-se em pequenos municípios rurais), pela economia essencialmente agrícola, pelo predomínio de pequenas propriedades familiares e pelo mesmo interesse em torno do recurso natural água. Essa instância de governança foi sofrendo esvaziamento com as alternâncias de poder nas prefeituras e com a chegada de administradores públicos com visão mais localista.

- “Diagnóstico Territorial Participativo das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina”¹³

feito sob encomenda pela EPAGRI nos municípios de Anitápolis, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Lauro Muller, Rancho Queimado, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio, e São Martinho (Figura 7). Este “território em construção” foi escolhido para o Diagnóstico da EPAGRI em resposta às iniciativas presentes no local que já contribuem para um tipo de “desenvolvimento endógeno e sustentável”:

turismo rural comunitário, a associação de agricultores ecológicos, a produção agroecológica, as pequenas agroindústrias articuladas em rede, o trabalho com alimentação escolar orgânica, o fórum de desenvolvimento dos pequenos municípios, projetos de pesquisa-extensão rural participativos e iniciativas de fortalecimento de micro-territórios através da valorização das identidades culturais tradicionais. (EPAGRI, s.d. a)

¹³ O Diagnóstico Territorial Participativo das Encostas da Serra Geral busca a aprendizagem aos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para sua atuação na gestão integrada de territórios. Este trabalho deve ser considerado como “um programa de experimentação social de uma proposta metodológica – uma abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, em um programa de ação partilhado com os atores sociais (indivíduos, organizações públicas governamentais e não-governamentais, setor privado)” (EPAGRI, s.d. a).

Não se conhece, até o momento, ações efetivas resultantes deste diagnóstico.

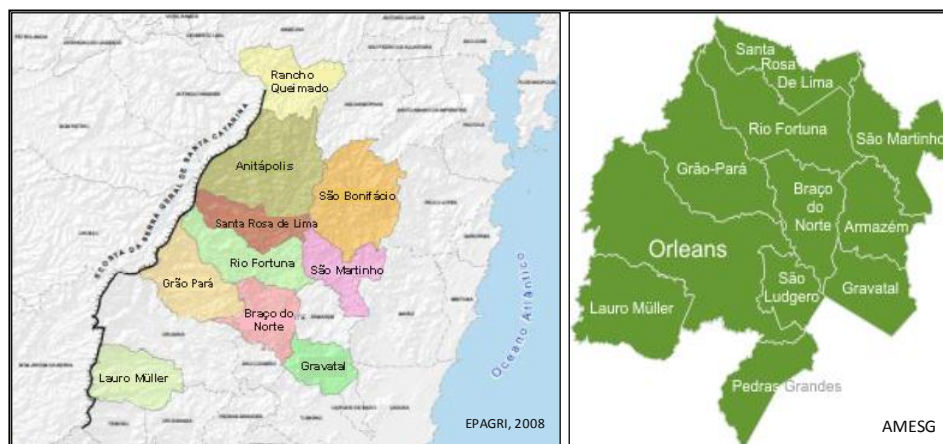


Figura 7. Propostas de delimitação do território das Encostas da Serra Geral: Diagnóstico Territorial Participativo e AMESG (Adaptado de EPAGRI, s.d. b) e AMESG).

- **Pré-Território Serra Mar** – Composto por vinte e quatro municípios ele atinge uma região bastante ampla. Entre eles, estão: Anitápolis, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatá, Lauro Muller, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e São Martinho. Sua construção está relacionada à captação de recursos associada à “*proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário de definir territórios rurais como estratégia para a implementação de políticas públicas*” (EPAGRI, s.d. a). A rede que dá sustentação a essa iniciativa é composta, majoritariamente, por sintonia política e iniciativas produtivas e de organização ligadas a uma corrente sindical, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

- **Comitê de Bacia do Rio Tubarão e o Complexo Lagunar** – É constituído pelos municípios de Anitápolis, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatá, Lauro Muller; Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e São Martinho; e está vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Sua criação, em 1997,

foi o resultado de um processo de mobilização social ancorado na conscientização a respeito da poluição das águas da bacia, deflagrada em 1996, pela AMUREL em conjunto com outras entidades e agentes da sociedade. O Comitê está constituído por representantes dos usuários da água (40%), da sociedade organizada (40%) e setoriais do governo (20%)” (EPAGRI, s.d. a).

- **SDR- Braço do Norte:** Trata-se de uma região administrativa do governo do estado de Santa Catarina, que diz pretender uma descentralização das iniciativas e políticas de desenvolvimento. Em tese, todas as ações de desenvolvimento precisam passar pelo Conselho Regional de Desenvolvimento, composto por representantes dos executivos, legislativos e sociedade civil dos municípios de: Armazem, Braço do Norte, Grão Pará, Rio

Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho. Há um gradativo esvaziamento dessas estruturas resultante de uma clara e estrita vinculação delas com interesses políticos partidários. A composição da representação da sociedade civil no Conselho Regional serve de principal ilustração.

- Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) – criada em 1996, a associação sempre buscou novas alternativas para a região das Encostas da Serra Geral, especialmente para a continuidade de uma agricultura de base familiar. Seu território de atuação é flexível e vem mudando ao longo desses quinze anos, abrangendo, atualmente, os municípios de: Santa Rosa de Lima (maior número de associados e de agroindústrias), Gravatal, Rio Fortuna, Anitápolis, Imaruí e Grão Pará. Atualmente 59 produtores familiares estão associados a Agreco.

- Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – A associação foi constituída em 1998, também como parte dos processos de desenvolvimento territorial sustentável nas Encostas da Serra Geral. A “Acolhida” tem promovido o agroturismo na região, como complementar às outras atividades econômicas da propriedade familiar. Atualmente, seu território de atuação¹⁴ nas Encostas da Serra Geral abrange os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Rio Fortuna, Gravatal, Grão Pará e Santa Rosa de Lima. Este último, além de ser o município sede da associação, concentra os resultados mais expressivos de sua atuação. Atualmente 180 famílias estão associadas a Acolhida na Colônia e destas, 25 estão nas Encostas da Serra Geral.

Delimitação de uma porção do território das Encostas da Serra Geral para a proposição chancela da Paisagem Cultural Brasileira

Dentro das diversas iniciativas de delimitação do território “em construção” das Encostas da Serra Geral, existe um “núcleo” de municípios (ou, mais precisamente, parte deles) que apresentam, de fato, uma forte identidade cultural. Tal identidade decorre de semelhanças no processo de colonização, do patrimônio cultural ligado à influência dos imigrantes europeus, da agricultura familiar de tipo colonial, da partilha do mesmo patrimônio natural,

¹⁴ A proposta da Acolhida na Colônia se expandiu e, além do território das Encostas da Serra Geral, engloba os seguintes municípios: Vitor Meirelles, Witmarsum, Presidente Getúlio, Lontras, Presidente Nereu e Ibirama (Regional Ibirama); Urubici (Regional São Joaquim); Agronômica, Agrolândia e Trombudo Central (Regional de Rio do Sul); Aurora, Atalanta, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos (Regional de Ituporanga), e mais recentemente, Imbituba.

de esforços recentes associados a uma vocação para o desenvolvimento sustentável e, por último, mas não menos importante, da localização junto às encostas da Serra Geral. Esse núcleo é formado por partes do território dos municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rio Fortuna, São Martinho e São Bonifácio (Wilson Schmidt, entrevista direta).

Mesmo considerando esta forte identidade cultural e semelhanças de paisagem, considera-se, contudo, inviável, do ponto de vista operacional e em um primeiro momento, a proposta de obter reconhecimento de Paisagem Cultural para esse território. Isto porque, como foi visto anteriormente, para obter a chancela da Paisagem Cultural Brasileira o local deve possuir um pacto de gestão previamente formado (conforme Capítulo 1) e porque a chancela pode ser retirada caso as características não sejam mantidas (Weissheimer, 2011). Ora, para a formação de um pacto de gestão coeso e duradouro, haveria a exigência de uma boa articulação entre os atores locais, o que inclui as administrações municipais e as organizações públicas não governamentais.

Em conseqüência, julga-se mais prudente e eficaz recomendar que se trabalhe a chancela para o município de Santa Rosa de Lima – onde já vêm ocorrendo diversos esforços que demonstram a consolidação de um capital social, com iniciativas de desenvolvimento que indicam confiança e cooperação entre diversas forças sociais. Desta forma, mesmo que uma parcela mais significativa da população esteja participando de iniciativas comunitárias de desenvolvimento territorial sustentável, relacionadas à agricultura de base ecológica e ao agroturismo (Cabral, 2004; Gelbcke, 2006), é mais interessante pegar o centro dinâmico e irradiador dessa perspectiva: Santa Rosa de Lima (Schmidt *et al*, 2003; Cabral, 2004). Como esse município também foi pioneiro e sempre esteve no centro dos esforços de territorialização, ele poderá, da mesma forma, apontar para um espraiamento em sua vizinhança da idéia da Chancela da Paisagem Cultural.

Correndo o risco de sermos repetitivos, podemos reforçar a opção pelo território restrito ao município de Santa Rosa de Lima como os seguintes argumentos:

- Santa Rosa de Lima é historicamente o centro em que surgiram e se estabeleceram parcerias que culminaram em iniciativas para o desenvolvimento territorial sustentável da região. Servem de exemplo maior a AGRECO, as pequenas agroindústrias rurais e associativas em rede, o agroturismo, promovido pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, a certificação por auditoria feita pela ECOCERT-Brasil dentro do sistema de grupos organizados de agricultores familiares (Müller, 2001; Cabral, 2004; Gelbcke, 2006);
- em Santa Rosa de Lima há uma aproximação e um vínculo entre as pessoas que partiram do campo para outros centros urbanos, e as pessoas que continuaram morando neste

município rural. Este fenômeno é estimulado por uma festa típica do município (Gemüse Fest) e pela proposta de agricultura agroecológica (Schmidt et al, 2003);

- Os resultados mais expressivos do trabalho desenvolvido com agricultura de base ecológica e agroturismo no possível Território das Encostas da Serra Geral são observados em Santa Rosa de Lima. Ela recebeu, inclusive, o título de Capital catarinense da Agroecologia e é considerada, pelo Ministério do Turismo, como destino de referência em turismo rural. Esforços recentes em torno do Plano Municipal de Agricultura 2009-2018 e do I Seminário Municipal de Agroecologia, que mobilizaram praticamente todas as forças do município, reforçam a idéia de que uma grande parceria pode ser feita para a formação e consolidação de um pacto de gestão da Chancela;

- Presença marcante de uma agricultura familiar colonial, com uma expressão crescente de sistemas orgânicos de produção;

- A consideração de que a escala descentralizada permite maior coesão entre os atores locais (Theys, 2006), uma menor abrangência pode influenciar positivamente na concepção e na aplicação do plano de gestão. Além disso, a opção pelo município permitirá uma análise mais aprofundada das características locais e a elaboração de propostas mais específicas e consistentes para o plano de gestão da paisagem;

- Por fim, a opção por Santa Rosa de Lima é, também, medida de precaução, para que a iniciativa tenha mais chances de prosperar e não desacreditar a chancela ou causar frustrações na população local. Não custa lembrar que as primeiras chancelas de Paisagem Cultural são de localidades; portanto, uma unidade territorial inferior ao município.

Desta forma, a caracterização da paisagem cultural apresentada por este trabalho constituirá a fase inicial de uma proposta de chancelamento da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina. O município de Santa Rosa de Lima representaria, assim, o núcleo de uma paisagem peculiar que se estende para fora dele. É importante lembrar a idéia de que os territórios podem ser flexíveis (Cabral, 2007) e que a revisão da Chancela se dará em um período de dez anos. Assim como outras ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, que tiveram seu nascedouro em Santa Rosa de Lima e se expandiram para os municípios vizinhos, uma vez que o pacto de gestão da Paisagem Cultural proposta estiver consolidado poderão ser realizados esforços para sua expansão aos municípios vizinhos com as mesmas características.

2.1.1 Características gerais de Santa Rosa de Lima

O município de Santa Rosa de Lima está situado geograficamente junto ao Vale do Rio Braço do Norte e às encostas da Serra Geral de Santa Catarina. Localiza-se a latitude 28°02'26"S e longitude 49°07'42"O, a uma altitude de 240 metros com uma variação em suas cotas altimétricas de 200 a 1.200 metros. Similarmente aos outros municípios da região, Santa Rosa de Lima apresenta relevo muito acidentado. Seu clima é subtropical com verão quente (Cfa), com temperaturas médias anuais entre 14 e 20°C e precipitação anual total de 1.400 a 1.600 mm. A vegetação original era composta por Floresta Ombrófila Densa e por Floresta Ombrófila Mista. Hoje, florestas secundárias exuberantes prevalecem na paisagem do município e os remanescentes de floresta primária existentes encontram-se principalmente junto a Serra Geral (Müller, 2001; Cabral, 2004; Uberti, 2004).

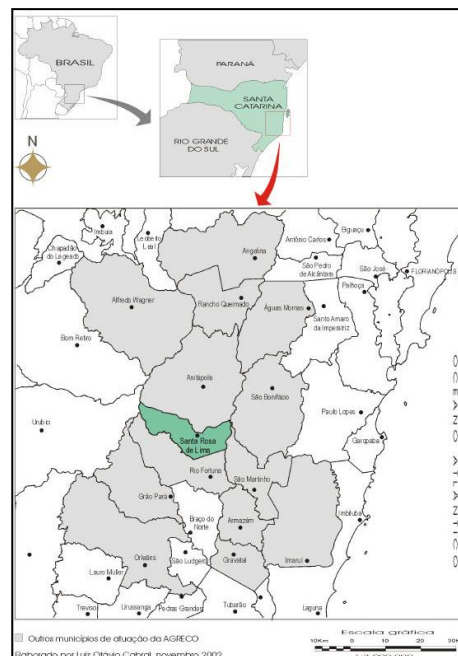


Figura 8. Localização do município de Santa Rosa de Lima (Fonte: Cabral, 2004).

Localizado a uma distância de 120 km da capital do estado, o município está em uma região caracterizada por seu isolamento geográfico relativo, pois está fora de qualquer eixo viário importante (Müller, 2001). Santa Rosa de Lima tem seus limites territoriais definidos ao norte por Anitápolis, ao sul por Rio Fortuna, a leste por São Bonifácio e São Martinho e a oeste por Rio Fortuna e Urubici. Integra a mesorregião Sul do Estado, a microrregião de Tubarão e faz parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) de Braço do Norte. O município de Santa Rosa de Lima integra ainda a Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

O município apresenta uma área de 203 km² e de acordo com o Censo Demográfico de 2010 tem 2.065 habitantes. Disso resulta uma densidade demográfica de 10 habitantes por quilometro quadrado, uma das mais baixas do estado. Desta forma, o município pode ser caracterizado como “eminente rural”. Durante um período, Santa Rosa de Lima apresentou a menor população do estado e talvez do país. Diz-se que ele possui “mais nascentes que habitantes” (Lunardi citado por Scheidt, 2009). De acordo com dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), das 579 famílias cadastradas em 2011, em torno de 76% têm seu abastecimento de água proveniente de nascentes e/ou de poços

("água da fonte"). As condições de saneamento no município ainda são precárias – das famílias cadastradas, apenas 33% tem seu lixo coletado, as demais queimam e/ou enterram (66%), ou destinam seu lixo a “céu aberto” (1,7%). Apenas 2% das famílias têm seu esgoto coletado por rede pública de esgoto, enquanto que aproximadamente 75% possuem sistema fossa-filtro e 25% destinam o esgoto a “céu aberto” o que põe em risco a qualidade dos recursos hídricos.

A economia de Santa Rosa de Lima se concentra no setor primário. Predomina a atividade agrícola realizada em pequenas propriedades de base familiar, destacando-se a lavoura temporária (milho, fumo, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, batata inglesa, batata doce e outros produtos de subsistência), o reflorestamento, a produção de carvão vegetal, a fruticultura e a produção animal (bovinocultura, suinocultura, avicultura, ovinocultura e a produção melífera) (Cabral, 2004; Prefeitura municipal de Santa Rosa de Lima).

Devido às importantes iniciativas de agricultura ecológica presentes em seu território, o município recebeu, em 2007, o título de Capital Catarinense da Agroecologia, através de um projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina (Weber, 2007). A presença de fortes elementos naturais aliados a cultura colonial e agricultura tradicional e ecológica conferem uma paisagem única ao município – considerado um Destino Referência em Turismo Rural no Brasil pelo Ministério do Turismo.

O processo participativo de desenvolvimento que vem ocorrendo neste município é ainda reconhecido em escala mundial. Os produtores orgânicos de Santa Rosa de Lima são considerados uma “Comunidade do Alimento” do Terra Madre¹⁵, e integram esta rede no Brasil. Destaque é dado à dimensão que vem tomando o projeto que ocorre neste território:

A comunidade está promovendo e comercializando os produtos em escala nacional em redes de supermercado através da AGRECO, [que] tem certificação orgânica da Ecocert [Brasil]” (Slow Food Brasil).

A Slow Food ressalta, ainda, que nesta “comunidade” parcela significativa dos agricultores é caracterizada pela sua ascendência de alemães e italianos e por produzir alimentos em pequenas agroindústrias a eles pertencentes.

¹⁵ Em 2004 o Slow Food realizou a primeira edição do Terra Madre, "o encontro mundial das comunidades do alimento. Esta iniciativa reúne [e cria redes de] comunidades do alimento que trabalham pela sustentabilidade de seus produtos alimentares, pela qualidade que confere sabor excepcional e pelo respeito ao ambiente e ao povo". Uma Comunidade do Alimento do Terra Madre "é constituída por todos os sujeitos que operam no setor agroalimentar, da produção de matérias-primas à promoção de produtos acabados, e que se caracterizam pela qualidade e a sustentabilidade das suas produções. A comunidade do alimento está intimamente ligada ao próprio território do ponto de vista histórico, social, econômico e cultural" (Slow Food Brasil).

2.2 A paisagem cultural das Encostas da Serra Geral

Para descrever a paisagem cultural das Encostas da Serra Geral, iniciaremos com um breve histórico da região, com ênfase no município de Santa Rosa de Lima e no desenvolvimento de sua principal atividade econômica – a agricultura (Item 2.2.1). O estudo do histórico de uma paisagem é indispensável para a compreensão de sua configuração e organização atual (Item 2.2.2), que por sua vez possibilitam a identificação de suas peculiaridades (Item 2.2.3) e/ou similaridades, quando comparada a outras paisagens do Brasil (e até do mundo).

2.2.1 Colonização e histórico de ocupação

Os colonizadores europeus que se instalaram na região das Encostas da Serra eram provenientes de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia¹⁶ alemã de Santa Catarina. Localizado a apenas 32 km da capital do estado, este núcleo foi fundado em 1829 por imigrantes oriundos principalmente da região de Eifel, no sudeste da Alemanha. A colônia de São Pedro de Alcântara foi estrategicamente instalada na estrada de comunicação entre o planalto e o litoral de Santa Catarina, que liga Lages a Florianópolis, conhecida como “Caminho das Tropas” (aberto em 1787). A instalação de núcleos coloniais planejados ao longo deste caminho, constituídos por soldados casados e lavradores, foi idealizada com fins militares para reforçar a proteção da Capitania de Santa Catarina contra invasores – principalmente os espanhóis (Schürhaus, 2007).

Em São Pedro de Alcântara, similarmente a outras regiões do estado de colonização européia, os agricultores encontraram condições pouco propícias para a realização as práticas agrícolas: falta de insumos e de instrumentos de trabalho, solos de qualidade mediana a inférteis, relevo acidentado – com poucas possibilidades de expansão da área agricultável (Schürhaus, 2007). Estas condições adversas refletem o fato das classes dominantes terem disponibilizado aos colonos as terras consideradas menos aptas ao latifúndio (Müller, 2001).

A estrada de ligação entre Lages e Florianópolis que antes passava por Angelina teve seu traçado mudado, passando por Teresópolis¹⁷, às margens do Rio Cubatão. Neste local instalou-se um novo núcleo colonial em 1860, organizado pelo governo e empresas

¹⁶ O termo “colônia”, além de se referir à totalidade da área colonizada, também era utilizado para designar os lotes individuais, ou seja, a pequena propriedade familiar, ficando assim seus habitantes conhecidos por “colonos” (Seyferth, 1974 citado em Müller, 2001)

¹⁷ O Distrito de Teresópolis passou a se chamar Queçaba em 1943 que posteriormente (1961), foi elevado a categoria de município, denominado Águas Mornas.

colonizadoras que ofereciam facilidades como a demarcação de terras e insumos para o início das práticas agrícolas. Na busca por melhores condições agrícolas, a partir do ano de 1865 os colonos prosseguiram até o Vale do Rio Braço do Norte e do Rio Capivari, onde se instalaram em terras cedidas pelo governo imperial. O interesse do governo era a instalação de colônias ao longo de uma nova estrada para o sul, que ligaria Florianópolis a Porto Alegre pelo litoral (Schmidt, 2000).

Foi a partir destas colônias que ocorreu a formação de outros povoados: São Ludgero, seguido de Braço do Norte, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, este último em 1905. A formação destas colônias no Vale do Rio Braço do Norte não foi promovida pelo governo nem pelas empresas colonizadoras, sendo uma iniciativa dos próprios colonos frente à falta de responsabilidade do Estado no atendimento às suas necessidades (Schmidt, 2000). Esta formação de colônias por iniciativa dos imigrantes, ou “espontânea”, demonstra desde a época de sua fundação a presença de união comunitária e de flexibilidade para enfrentar adversidades e prosperar. Estas características vão voltar a se manifestar ao longo da história desta região, seja na mudança nas produções agrícolas, seja na constituição da associação de agricultores ecológicos, seja na disponibilidade dos agricultores à participar de programas pioneiros de agroturismo em que abriram suas casas para os turistas e compartilharam com eles seus saberes.

O processo de colonização de Santa Rosa de Lima, iniciado, como foi visto, em 1905, se deu com a instalação de algumas famílias na localidade de Rio Bravo Alto. Ele foi intensificado a partir de 1920 por imigrantes de origem alemã (principalmente), italiana, açoriana e mestiça (Schmidt, 2000). As famílias chegaram a Santa Rosa de Lima provenientes de localidades colonizadas anteriormente, especialmente Rio Fortuna, Anitápolis, São Martinho, São Bonifácio e Braço do Norte. Assim, ela foi formada por descendentes de terceira e quarta geração dos primeiros imigrantes europeus que chegaram a Santa Catarina (Müller, 2001). Atualmente, pode-se observar os traços da cultura dos imigrantes, fortemente presentes na arquitetura, nas tradições e no cotidiano da população das Encostas da Serra Geral.



Figura 9. Influência dos imigrantes europeus na arquitetura das encostas da Serra Geral, nos municípios de Gravatal, Anitápolis e Grão Pará. (Fotos: dir.esq: 1, 3 e 4 – Gabriela Orofino; 2 – Google Earth).

Durante a instalação das colônias, além da falta de infra-estrutura fornecida pelo Estado (instrumentos agrícolas, estradas, comunicação, transporte etc.), os agricultores se depararam com condições pouco favoráveis para a prática da agricultura: região montanhosa, topografia acidentada, intempéries climáticas, florestas densas e a presença indígena. Embora os primeiros colonos não tivessem problemas com os índios que habitavam a região das Encostas da Serra Geral – botocudos, aweikomas e xoklengues, este último o principal grupo presente na região – ao longo de alguns anos houve uma relação de confronto, na medida em que os agricultores avançaram com sua ocupação das terras. Os índios foram então gradativamente recuando de seu território, sendo encurralados junto às encostas da Serra Geral “entre as armas dos serranos e as dos colonos”. Houve campanhas de extermínio através de expedições oficiais ou por “bugreiros” contratados por agricultores. Os índios sobreviventes ao extermínio foram encaminhados ao Posto Indígena Ibirama, no Alto Vale do Itajaí (SC) (Schmidt 2000; Müller 2001; Schmidt *et al*, 2003).

Apesar das condições adversas encontradas pelos imigrantes, as colônias da região das Encostas da Serra Geral prosperaram, a exemplo de Santa Rosa de Lima. Como havia dificuldade no estabelecimento de uma rede de comercialização adequada – decorrente do isolamento geográfico e da falta de infra-estrutura – estas colônias precisaram ser auto-suficientes na produção de alimentos, além de suas pequenas indústrias produzirem vestimentas, equipamentos necessários para a moradia e para a produção agrícola (Schmidt, 2000; Müller, 2001).

A auto-suficiência alimentar das famílias colonizadoras foi sustentada pela policultura vegetal associada à criação diversificada de animais, realizadas em suas pequenas propriedades rurais. Este sistema garantiu a “reprodução” da agricultura familiar do tipo colonial, que consiste na principal atividade econômica da região até hoje. A agricultura era praticada para o consumo da família e para comercialização do excedente da produção. As práticas culturais eram feitas manualmente ou com o auxílio de animais (bois e cavalos), principalmente porque além do relevo acidentado e da falta de infra-estrutura, as terras continham raízes e troncos remanescentes da derrubada e da queima da vegetação (Müller, 2001; Cabral, 2004).



Figura 10. Parelha de bois.

O principal produto da agricultura colonial até a década de 60 foi o porco “macau” – um suíno rústico de “tipo banha”. Os outros produtos agrícolas que garantiam estabilidade financeira das famílias (especialmente na “entressafra do porco”) eram, principalmente, o leite e derivados (manteiga e coalhada), além de feijão, arroz e ovos. A entrada dos suínos “tipo carne” e das gorduras vegetais (especialmente o óleo de soja) levam a cadeia

produtiva da banha a uma grande crise. A demanda e os preços do porco macau começam gradativamente a diminuir, o que resultou em mudanças na forma de produzir e viver dos agricultores familiares. Essa modificação foi acelerada pela diminuição da produtividade das culturas, relacionada à “falência” do sistema tradicional de coivara (pousio), praticado em áreas cada vez menores da propriedade (Müller, 2001). Foi nestes momentos de crise que Santa Rosa de Lima foi elevada a distrito de Braço do Norte, em 1957; passou a ser distrito de Rio Fortuna em 1958 e, em 1962, emancipou-se e foi elevada a categoria de município (Schmidt, 2000).

Como respostas à ruptura do sistema tradicional de produção, houve, por uma parte, a “modernização” da agricultura, de outra, a intensificação da exploração madeireira e, ainda, um forte movimento migratório das colônias do Rio Braço do Norte. Essa migração foi dirigida a outras regiões rurais – primeiramente, em direção ao Alto Vale do Itajaí e, posteriormente, para novas fronteiras agrícolas do Sul e do Oeste do Paraná – e a centros urbanos maiores (Schmidt, 2000). O desmatamento foi intensificado na década de 1960, já que a atividade madeireira representava uma fonte de renda alternativa, e foram instaladas serrarias “pica-pau” movidas por rodas d’água. A modernização parcial da agricultura de Santa Rosa de Lima deu-se a partir da cultura do fumo, com a instalação das primeiras estufas no final da década de 50 (Müller, 2001). De acordo com esta autora, a opção pela integração agroindustrial da cultura do fumo foi resultado da falta de opções e das dificuldades enfrentadas pelos agricultores no processo de comercialização, bem como da busca de um mercado mais seguro, com uma remuneração mais justa para seus produtos – recorde-se que são motivos similares aos que influenciaram os agricultores a optar, quatro décadas mais tarde pela proposta agroecológica. Além destes motivos, as fumageiras ofereciam crédito para o plantio e para os investimentos, garantia de compra e auxílio técnico.

A condução de lavouras essencialmente comerciais nunca tinha sido uma prática comum aos agricultores familiares do município. Assim, mesmo que a cultura do fumo tenha sido a lavoura comercial mais significativa, ela não foi adotada por todos os agricultores. Ela representou, no entanto, uma alteração maior na base técnico-produtiva das unidades familiares. Anteriormente à integração do fumo, as alternativas para aumentar o rendimento financeiro das propriedades tinham sido feitas em relação à intensificação do trabalho nos cultivos já existentes. Já a introdução da cultura do fumo foi acompanhada por um “pacote tecnológico” (insumos e métodos uniformes de produção) fornecido pela empresa fumageira, pela monocultura e pela conseqüente desativação das pequenas indústrias existentes (Schmidt, 2000; Müller, 2001). Apesar dessa mudança de sistema de produção agrícola e das estratégias da agricultura familiar, muito dos traços tradicionais foram

mantidos, como: o cultivo de variedades de milho “comum” (crioulo) na maior parte das propriedades (inclusive naquelas que cultivam o milho híbrido); a preocupação com a diversidade de espécies vegetais e de criações para o autoconsumo; a manutenção de laços de solidariedade e de ajuda mútua; o uso de adubação orgânica e o baixo índice de motomecanização (Müller, 2001; Cabral, 2004).

Nos anos 1990, principalmente na safra 96/97, a integração agroindustrial do fumo demonstrou sinais de estagnação e houve abandono desta atividade por parte dos agricultores. A crise na fumicultura é atribuída ao quadro de instabilidade de preços e de arbitrariedade na classificação do produto entregue pelos agricultores, que marcavam o mercado fumageiro. A isso se somava um contexto econômico negativo, marcado pela inflação e por sucessivos planos econômicos que, para o crédito agrícola significava restrições e forte aumento das suas taxas reais de juros. Os produtores cotejavam tal situação com suas precárias condições de trabalho: penoso e exaustivo, com utilização de grande quantidade de agrotóxicos (que traziam problemas de saúde), custos de produção e dívidas bancárias crescentes, condições climáticas desfavoráveis etc. (Müller, 2001; Cabral, 2004).

Uma parte das famílias migra. A outra, busca estratégias para continuar se reproduzindo como agricultura familiar. A intensificação da produção leiteira, surge como alternativa. Inicialmente, para a fabricação de queijo - que não era um produto típico da cultura dos imigrantes alemães da região. Em muitas propriedades, o leite se tornou a principal fonte de renda. A sua venda *in natura* foi intensificada em função da instalação de um laticínio no município (Müller, 2001). Outras alternativas foram a produção de carvão vegetal a partir de madeira nativa e/ou reflorestada (prática que tem se buscado substituir pelo cultivo ecológico de hortaliças) e o reflorestamento com exóticas (pinus e eucalipto) (Cabral, 2004). Embora estas estratégias tenham exercido importante papel na busca por atividades mais rentáveis, as principais mudanças na matriz produtiva e sócio-econômica de grande parte das propriedades agrícolas de Santa Rosa de Lima ocorreram a partir dos sistemas de produção agroecológicos, que ganharam maior dimensão com a criação da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco), em 1996 (Müller, 2001).

No final da década de 1980 – antes, portanto, da fundação da Agreco, já havia algumas iniciativas de produção alternativas à fumicultura, como a apicultura e o cultivo convencional de verduras e de frutas. A produção era feita por famílias da comunidade do Rio do Meio. Inicialmente ela era vendida diretamente em Tubarão ou Florianópolis por um membro da comunidade. Posteriormente, passa a ser comercializada através de uma rede de supermercados. No ano de 1996, na ocasião de uma festa típica do município – a *Gemüse Fest* - uma parceria foi estabelecida entre esta mesma rede de supermercados e algumas

famílias da região, para que estas produzissem alimentos sem agrotóxicos. Outras famílias se motivaram com a proposta e aderiram a esta alternativa, o que resultou na formação da AGRECO em dezembro do mesmo ano. Inicialmente, a associação era constituída por 12 famílias do município de Santa Rosa de Lima, número que aumentou significativamente em 1998 através do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (PIAMER)¹⁸, que previa a participação de 211 famílias inclusive dos municípios de Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, São Martinho, Armazém e Grão Pará (Müller, 2001; Cabral, 2004). Para dar uma idéia da evolução desse processo, em 2007, o município recebeu o título de Capital Estadual da Agroecologia, por apresentar, entre os municípios de Santa Catarina, a maior proporção de agricultores ecológicos dentro do total dos agricultores.

Atualmente, 59 famílias estão associadas à Agreco. A agricultura de base ecológica representou uma alternativa produtiva para as famílias da região, feita através da utilização e revitalização das técnicas e organização já existente em suas propriedades. Além disto, a associação foi a articuladora de parcerias que resultaram em outras estratégias de “reprodução socioeconômica” da agricultura familiar de tipo colonial e de desenvolvimento territorial sustentável – a exemplo da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

Uma linha do tempo, extraída do Plano Municipal de Agricultura de Santa Rosa de Lima para 2008 – 2018 (SRL, 2008), com a evolução, diagnóstico dos desafios e tendências da atividade agrícola e do bem-estar das famílias do município pode ser encontrado no anexo 7.

Levantar, ainda que brevemente, o histórico de ocupação e a sucessão dos principais “ciclos” econômicos das Encostas da Serra Geral e, especialmente, de Santa Rosa de Lima foi essencial para a compreensão de suas características de “colônia européia”. É preciso, todavia: (a) saber quais são suas peculiaridades – ou, o que a diferencia das demais; e (b) destacar elementos que possibilitem a integração da paisagem cultural proposta a outras similares, a fim de estabelecer, por exemplo, “roteiros culturais”.

¹⁸ O PIAMER foi um projeto para a instalação de pequenas indústrias rurais de pequeno porte, financiado pelo PRONAF - Agroindústria (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) através de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A participação da AGRECO foi proposta e coordenada pelo CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo). O objetivo geral do projeto era “*alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda*” (Agreco, 2000 citado por Cabral, 2004).

2.2.2 Um território marcado pela história agrícola

O desenvolvimento de atividades agrícolas e tradicionais, aliadas às condições ambientais da região e sua influência na estrutura da paisagem.

A formação de uma paisagem é condicionada a interação das condições edafoclimáticas, das formações geológicas, dos recursos naturais disponíveis e da dinâmica social de um determinado local durante um período de tempo. No caso de Santa Rosa de Lima, o fator que exerceu maior influência na conformação da paisagem (e que por ela foi influenciada) foi à atividade agrícola. Desta forma com base na bibliografia existente e também em trabalhos de campo no município, propomos uma associação entre os fatos marcantes no desenvolvimento sócio-econômico do local e sua influência na paisagem.

As difíceis condições do território de estudo encontradas pelos primeiros “colonos” – e que até hoje constituem um desafio à utilização de seu espaço para a ocupação humana e a prática das atividades agrícolas – estão relacionadas à geologia e às condições edafoclimáticas. Uberti (2005) ao propor a divisão de Santa Catarina em Regiões Edafoclimáticas Homogêneas (REH) enquadrou Santa Rosa de Lima na REH de Angelina. O relevo dominante, nesta região, compreende as fases “fortemente ondulada”, “montanhosa” e “escarpada”. Segundo o autor, o tipo de solo predominante na REH de Angelina é o Argissolo, com a presença de rochas cristalinas, granitos e granitóides. Cabral (2004) destaca que os tipos de solo mais comuns no município de Santa Rosa de Lima são os Argissolos vermelho-amarelos e os Cambissolos. Devido à presença de um forte gradiente textural no argissolo, ocorre um gradiente no fluxo de água no interior do perfil dele – o que resulta em elevada susceptibilidade de perda do solo pela erosão e de queda de barreiras em períodos muito chuvosos. Esta característica aliada ao relevo acidentado confere caráter altamente restritivo às atividades agrícolas, que é potencializado pela acidez, distrofismo e o caráter alumínico dos solos desta REH (Uberti, 2005).

Como anteriormente mencionado (cap 2.1.1), os imigrantes que chegaram a Santa Rosa de Lima conseguiram prosperar com base em atividades agrícolas, apesar de terem encontrado tais condições ambientais adversas. Alguns autores defendem que este êxito foi possível devido às iniciativas (e união) dos colonizadores, já que a colonização da área que compõem o município não foi planejada nem diretamente apoiada pelo Estado. Estas “colônias espontâneas” não apresentaram organização, direção ou um plano orientador em sua formação (Dall’Alba 1973 citado em Schmidt, 2000), em oposição a outras colônias alemãs que foram planejadas, e isto se traduz em sua organização espacial pela ausência

de um espaço comum no centro urbano – o Stadplatz¹⁹ - bem definido (Schmidt, 2000; Müller, 2001).

A “economia colonial” de Santa Rosa de Lima – como a de outros municípios das Encostas da Serra Geral – se baseou na agricultura praticada em pequenas unidades familiares de produção. Essa predominância de pequenas propriedades garantiu um aspecto fragmentado à paisagem do município, que vai ser amplificado com as novas gerações.

Segundo depoimento dos agricultores de Santa Rosa de Lima, a área média vendida aos primeiros colonos que ali se estabeleceram era de 50 a 77 hectares (...). Com o passar do tempo (...) ocorre o fenômeno de fragmentação destas terras, diminuindo ainda mais o tamanho médio dos terrenos” (Müller, 2001. p. 76).

Nessas unidades eram utilizadas algumas técnicas trazidas pelos imigrantes, mas que precisaram ser fortemente adaptadas às condições e aos cultivos encontrados²⁰.

“O conhecimento técnico trazido da Europa, bem como o nível de escolaridade dos imigrantes, permitiram uma policultura de pequena propriedade, com agregação de valor obtido pelas pequenas agroindústrias, como atafona para a farinha de milho, o engenho de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar, o alambique de aguardente, a fábrica de banha, serrarias (...).” (Schmidt, 2000 p. 110)

“(…) Embora esta agricultura estivesse baseada em sistemas de produção diversificados, a lógica de sua organização, como também as estratégias adotadas eram, de certa forma, partilhadas pela grande maioria das famílias. Com isso não se quer dizer que a diversidade não existisse, mas sim, que a “campesinidade” (Woortmann, 1990) e a presença de um patrimônio sociocultural (Lamarche, 1993) estavam presentes em sua plenitude, como elementos organizadores e ordenadores de um modo de vida específico” (Müller, 2001, p. 72)

A organização e as estratégias utilizadas nestes sistemas de policultura e criação diversificada produção na quase totalidade das propriedades rurais podem ser caracterizadas como um patrimônio sociocultural.

Percebe-se que a organização interna das unidades familiares de produção agrícola do município foi moldada em função do relevo acidentado e das florestas, que são considerados os traços ou tipos morfológicos definidores da paisagem local. Müller (2001) e Cabral (2004) descrevem a organização interna das propriedades rurais coloniais, mantidas até hoje em sua maioria:

¹⁹Uma colônia planejada era basicamente formada pelo conjunto dos lotes familiares (normalmente de 20 a 30 ha) com a sede administrativa, a qual constituía o espaço comum da colônia, o Stadplatz (“lugar da cidade”). Nestas colônias a demarcação de terras e o fornecimento de infra-estrutura básica eram responsabilidade do governo ou de empresas colonizadoras. A colonização de Anitápolis (1907), por exemplo, foi planejada pelo governo, sendo que o núcleo de seu perímetro urbano mantém até hoje ruas bem traçadas, ampla praça e jardim, raia de corridas de cavalos, pequeno hospital (Schmidt, 2000). Este autor menciona ainda a construção de uma hidroelétrica e *linda ponte de madeira coberta com zinco sobre o Rio Braço do Norte* (atualmente substituída por uma de concreto), que teriam sido feitas por consequência da existência do Stadplatz.

²⁰As principais espécies inicialmente cultivadas eram: o milho (por vezes consorciado com a abóbora), mandioca e batata-doce - destinadas principalmente à alimentação animal, em especial do porco. Para a subsistência familiar eram cultivados o arroz, feijão, batata inglesa, cará e o amendoim.



Figura 11. Organização interna da propriedade rural - Santa Rosa de Lima.

A disponibilidade de terras planas era pouca devido ao terreno acidentado. Neste sentido, as terras de várzeas eram destinadas primordialmente para a moradia, as benfeitorias da propriedade, o pomar, a horta e para a criação dos animais [pastagens]. Havia a preocupação de localizar esta sede primordialmente próxima a riachos e vertentes para que se pudesse garantir o fornecimento de água aos animais. Às lavouras, portanto, restavam as demais áreas da propriedade, situadas geralmente nas encostas dos morros (Müller, 2001. p. 64).

É sabido que todas as colônias daquela região foram estabelecidas em terrenos de relevo predominantemente acidentado e dissecados por numerosos cursos d'água. De muitas formas, estas características geográficas condicionaram a organização do espaço realizada pelos imigrantes. As estradas, por exemplo, acompanhavam o curso dos rios e afastavam-se deles na medida em que as quebras de perfil obrigavam a busca de condições mais adequadas para o traçado. As habitações (...) eram comumente construídas nas baixadas, nas imediações dos ribeirões e próximas da principal via de acesso (Cabral, 2004. p. 76).

Essa organização do espaço dentro das “propriedades rurais”, observada em Santa Rosa de Lima, é característica de grande parte das colônias dos imigrantes europeus em Santa Catarina. Elas deram origem a um patrimônio cultural “distribuído em pequenos lotes familiares ao longo das antigas estradas coloniais que, na maioria das vezes acompanhavam vales e cursos d'água” (Weissheimer *et al*, 2008). Estas similaridades no patrimônio cultural expresso pela organização da propriedade e arquitetura colonial conferem a Santa Rosa de Lima – assim como os demais municípios do território das Encostas da Serra Geral - um potencial para integrar rotas de turismo temáticas, além de contribuir para o estudo da imigração europeia no Brasil.



Figura 12. Paisagem das encostas da Serra Geral -Grão Pará. (Foto: Gabriela Orofino).

Com relação à arquitetura das “construções coloniais” das Encostas da Serra Geral, foram mantidas as características dos países ou locais de origem dos imigrantes, mas com readaptações às condições ambientais (EPAGRI, s.d. b). Luca (2007) explica que a construção das instalações rurais no Brasil foi feita pelos imigrantes europeus de maneira espalhada na propriedade, o que resultou em um “conjunto de edificações” – composta pela

casa de dormir, cozinha, latrina, instalações domésticas de apoio e edificações rurais complementares, por exemplo.

“O inverno rigoroso da Europa fazia da calefação o problema prioritário. A lenha era escassa e tornava-se necessário aproveitar o calor irradiado pelos animais. Havia também a necessidade de reduzir a ocupação de terras com edificações para economizar o solo arável. No Brasil, a temperatura torna-se fator desagregador, afastando estábulo, galinheiro, chiqueiro – com seus odores e insetos – das áreas de habitação. A extensão relativa das terras não levava o imigrante a preocupar-se em economia de solo na implantação.” (Luca, 2007. p. 93)

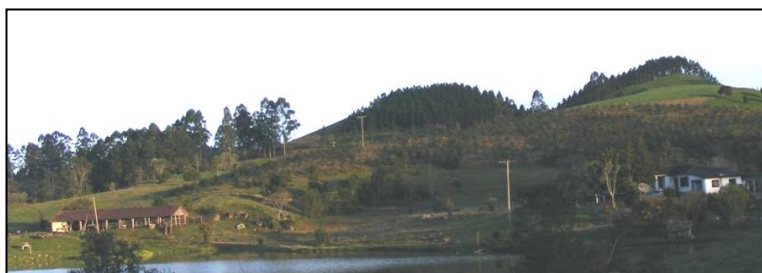


Figura 13. Conjunto de edificações da propriedade rural em Santa Rosa de Lima. (Foto: Gabriela Orofino).

Voltando à organização interna das propriedades, ela passou por alterações à medida que as práticas agrícolas foram sendo modificadas – o que, por sua vez, ocasionou a transformação da paisagem como um todo.

No início, o sistema de cultivo adotado foi o de rotação de terras – “roça de toco” ou “roça de coivara”, praticado pelos índios. A roça de coivara consiste na derrubada de mata seguida da queimada, implantação da lavoura e pousio²¹. As lavouras foram implantadas nas áreas de relevo acidentado, apesar dos terrenos planos serem preferidos. O pousio visava ao restabelecimento da vegetação original e assim, a recuperação (parcial) da fertilidade do solo pela formação de húmus. Para recuperar a fertilidade dos solos para os cultivos subseqüentes, os agricultores utilizavam adubos orgânicos, oriundos da produção animal da propriedade. Müller (2001) considera que a concepção da necessidade do pousio – “a terra precisa descansar” – consiste em parte do patrimônio sociocultural dos agricultores. A coivara é uma prática comum a muitos agricultores familiares do estado, e até hoje é praticada em Santa Rosa de Lima, apesar de sua proibição pelas leis e órgãos ambientais. Pode-se atribuir a presença de florestas secundárias em diferentes estádios sucessionais na paisagem das propriedades agrícolas do município como uma conseqüência da prática da roça de coivara.

²¹Após uma seqüência de cultivos com diversas espécies, a lavoura era deixada em pousio (“descansando”) com objetivo de recuperar sua fertilidade, e possibilitar assim, o aumento da produtividade dos cultivos - e implantava-se uma roça em outra área (novamente através de corte e queimada), procedendo-se assim a rotação de terras.

É interessante que tal prática vai passar a ser insustentável quando a organização das atividades, dos cultivos, do espaço e do sistema de produção vai priorizar a criação do porco macau.

Como o sistema de criação do porco Macau exigia lavouras relativamente extensas para os cultivos principalmente do milho, da mandioca e da batata-doce, a necessária fragmentação das propriedades e o conseqüente aumento da população acarretaram, portanto, a utilização mais intensiva dos solos, levando a seu esgotamento progressivo [o prejudicou o sistema de coivara] (Müller, 2001. p. 77)

Os solos em relevo acidentado sofreram forte erosão e as matas foram ficando escassas devido às derrubadas e ao sistema de rotação de terras adotado (áreas de pousio ou coivaras). (Schmidt et al, 2003).

Recorde-se que os porcos eram criados soltos (ao ar livre) exceto na época de engorda e de parição e amamentação, quando os animais eram mantidos nas instalações (chiqueiros) (Müller, 2001). É interessante registrar, também, que a criação confinada e integrada de suínos – considerado o principal fator desencadeador da “crise do porco banha”, no município – nunca foi significativa em Santa Rosa de Lima. Um dos motivos é que este novo sistema representava uma mudança na dinâmica de funcionamento das unidades de produção e representava uma ruptura com a lógica e a tradição cultural dos agricultores. Assim, o processo de transição da agricultura tradicional para a convencional (Müller, 2001), vai se dar especialmente através da cultura do fumo.

No “ciclo do fumo”, a organização espacial e as atividades priorizadas nas propriedades familiares foram estabelecidas em função deste cultivo.

“Esta agricultura mais autóctone, baseada primordialmente nas alternativas e nos processos internos de produção sofre, aos poucos, significativas alterações em sua base técnica e ecológica, com a entrada da integração agroindustrial do fumo” (Müller, 2001, pg 79)

O sistema “fogo e enxada” foi substituído pelo de “aração e adubação química”. As poucas áreas planas ou de menor declividade existentes nas propriedades foram priorizadas para o cultivo do fumo, sucedido pelo milho, intensificando assim a utilização do solo (Müller, 2001). Apesar do fumo representar a principal fonte de renda (para muitas propriedades esta é a principal atividade praticada até hoje), uma diversidade de cultivos foi mantida, visando especialmente ao autoconsumo. Assim, a policultura, que pode ser observada nas unidades familiares do município até os dias atuais, auxilia na auto-suficiência e na diversificação alimentar das famílias, além de diminuir os desembolsos (ou representar renda indireta ou não monetária). Desta forma, ela tem contribuído para “a continuidade da reprodução social do grupo familiar” (Müller, 2001).

Com a cultura do fumo foi introduzido, no conjunto de edificações das propriedades, um novo tipo de instalação rural: a estufa para a secagem²² das folhas colhidas (Müller, 2001), caracterizando um elemento típico da paisagem atual região. Hoje, muitas dessas estufas estão desativadas e recebem outra destinação. Em alguns poucos casos, elas foram adaptadas para receber turistas (Gelbcke, 2006).



Figura 14. Estufa de fumo na região das Encostas da Serra Geral.

Para o aquecimento de tais estufas de secagem são necessárias grandes quantidades de lenha. Na época de maior produção do fumo, o desmatamento na região foi intensificado. E tem início o plantio de reflorestamentos para a produção de lenha. As espécies plantadas com esta finalidade são as espécies exóticas (eucalipto e pinus). Estas espécies descaracterizam a paisagem de florestas com vegetação nativa, interrompem os corredores de biodiversidade e prejudicam a manutenção das características da paisagem cultural em estudo:

O incentivo das empresas aos programas de reflorestamento através do pinus e do eucalipto, além de implementados tardiamente no município, foram conduzidos em velocidade e extensão desproporcional às áreas devastadas. Além disso, a devastação das florestas nativas e o reflorestamento com espécies exóticas incorre numa perda praticamente irreversível de biodiversidade, na medida em que as florestas nativas dificilmente são reconstituídas. (Müller, 2011. p. 102)



Figura 15. Reflorestamento com espécies exóticas e seu impacto na paisagem.

(Foto: Gabriela Orofino).

Nas saídas de campo observou-se na paisagem da região a concentração acentuada de exemplares de espécies pioneiras na sucessão vegetal em algumas áreas vegetadas. A

²² Existem dois tipos principais de sistemas de produção de fumo, diferenciados quanto às variedades cultivadas e ao processo de secagem das folhas: o “fumo estufa” - no qual as folhas colhidas são acondicionadas em um galpão/estufa com circulação forçada de ar (com auxílio do calor e do fogo), e o “fumo galpão” - secado naturalmente (dispensa construção de estufa). Segundo Müller (2001, p. 80), o “fumo estufa” foi o mais utilizado entre os fomicultores de Santa Rosa de Lima.

presença destas espécies nos indica os locais em que a vegetação original foi retirada “recentemente”.

De acordo com o depoimento dos agricultores, da área total dos estabelecimentos agrícolas, cerca de 60% apresenta sérias restrições para seu cultivo, devido principalmente à topografia acidentada do relevo e/ou faz parte da reserva florestal na forma de “capoeirão” (vegetação secundária), de mata virgem ou mesmo de reflorestamento. (Müller, 2001, pg 86).

(...) a floresta original está confinada aos locais de difícil acesso. Aparecem também florestas secundárias que se desenvolveram após o abandono de áreas de cultivo agrícola (Schmidt et al, 2003).

Na década de 90, a produção agroecológica, trouxe a possibilidade de adaptação das propriedades às suas condições ambientais restritivas, aproveitando as pequenas áreas planas existentes e presença abundante de água. Esta proposta de agricultura ecológica não impôs mudanças significativas no sistema de produção existente, pois aproveitou a organização já estabelecida na propriedade pelos policultivos (Müller, 2001). As propriedades que optaram pela substituição da cultura do fumo pela produção ecológica apresentam como característica marcante em sua organização o mosaico de cores e formatos resultantes da policultura. Entre as propriedades, a diversidade de cultivos para o consumo familiar varia com relação à quantidade de espécies manejadas e a área utilizada para esta finalidade (Müller, 2001).



Figura 16. Diversidade de espécies produzidas nas propriedades familiares de Santa Rosa de Lima.(Foto: Gabriela Orfino).

Os agricultores orgânicos associados à proposta de turismo rural têm sido estimulados a valorizar a paisagem através da organização e embelezamento de suas propriedades

(Cabral, 2004). Estas estratégias de promoção do agroturismo, que têm o enfoque das “propriedades como paisagem”, vêm trazendo mudanças à paisagem da região abrangida pela proposta (Cabral, 2004):



Além das mudanças na estrutura socioeconômica da unidade de produção familiar, (...) as atividades agroturísticas vêm promovendo também a valorização estética e utilitária do espaço da propriedade, daí a referência à perspectiva da “propriedade como paisagem” (Cabral, 2004. p. 196).

Figura 17. Estímulo a valorização da paisagem (Cepagro, 2001 in Cabral, 2004).

Além disso, a proposta do agroturismo nesta região estimula a utilização de estruturas já existentes na propriedade (Gelbcke, 2006), o que contribui para a valorização do patrimônio cultural material do território e preserva marcas de sua história.

A definição do serviço a ser implementado e oferecido em cada propriedade partiu da adaptação de estruturas existentes nas propriedades rurais, com o objetivo de minimizar investimentos, tendo em vista que o agroturismo é uma atividade complementar as demais atividades realizadas na propriedade rural. Desta forma, casas antigas, quartos ociosos (dos filhos dos agricultores que foram para a cidade), estufas de fumo, galpões de madeira, etc. passam a ser pensados como locais para a recepção de "turistas" (GUZZATTI, 2003, citado em Gelbcke, 2006).

Atualmente, as propriedades ainda praticam a policultura e possuem remanescentes florestais em diferentes estágios de regeneração, em partes devido ao relevo acidentado e a impossibilidade de cultivo em algumas áreas. Observa-se ainda a organização da paisagem da região em função das pequenas propriedades rurais e de suas atividades agrícolas. Desta forma, as condições físicas restritivas, associadas ao processo de colonização da região caracterizaram a paisagem das Encostas da Serra Geral como um “mosaico” de pequenas propriedades agrícolas tradicionais, florestas e colinas, associado à imagem do próprio “paredão” das Encostas da Serra Geral.



Figura 18. Mosaico da paisagem das encostas da Serra Geral. (Foto: Gabriela Orofino).

2.2.3 Recursos naturais

As florestas imponentes com elevada diversidade de espécies (fauna e flora), a abundância de recursos hídricos (rios, cachoeiras, águas termais), o clima típico, aliados a topografia acidentada e o “paredão” da Serra Geral, símbolo da identidade cultural da região, constituem parte do patrimônio natural das Encostas da Serra Geral.



Figura 19. Biodiversidade nos remanescentes da Mata Atlântica em Santa Rosa de Lima. Foto: Gabriela Orofino.

Como citado anteriormente (item 2.1), as formações originais das Encostas da Serra Geral pertencem ao bioma Mata Atlântica: as florestas Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) e Ombrófila Densa Atlântica (Floresta Tropical Atlântica ou Floresta pluvial da encosta atlântica) - de formação Alto-Montana, Montana e Sub-Montana (EPAGRI, s.d. b).

A vegetação primária do município de Santa Rosa de Lima é caracterizada pela Floresta tropical do litoral e encosta centro-sul (Klein, 1978 citado em Cabral, 2004), uma sub-área característica da Floresta Tropical Atlântica. Esta formação ocorre em “áreas caracterizadas por matas de encostas íngremes, situadas nas diversas ramificações da Serra do Mar e da Serra Geral” e sua formação depende das condições edafoclimáticas do local (Sgrott, 2003). Nesta floresta pode-se observar a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), associada ao Aguai ou caxeta-amarela (*Chrysophyllum viride*), e o palmiteiro (*Euterpe edulis*), que ocorrem em abundância e dispersão uniforme. Dentre as árvores exuberantes e valor econômico, muito extraídas no último século destacam-se a canela-preta, a peroba vermelha, o Aguai, a bicuíba e o baguaçu (Sgrott, 2003). Cabral (2004) destaca que a vegetação do município é

composta autalmente por “parcelas de mata primária em locais de difícil acesso, áreas de vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração e parcelas mais ou menos extensas de reflorestamento com espécies exóticas (pinus e eucaliptos)”. Nos remanescentes de vegetação nativa em Santa Rosa de Lima, podem ser avistados bugios, gaviões-carrapateiros, inhambus, jacucacas e sabiás, entre outras espécies da fauna silvestre.

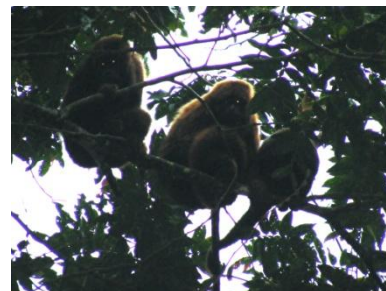


Figura 20. Bando de bugios em Santa Rosa de Lima.

As formações florestais originais possuem importância paisagística, conferem biodiversidade ao agroecossistemas²³, auxiliam na proteção do solo e dos mananciais de água potável, e ainda, apresenta estreita relação com o estabelecimento e consolidação do patrimônio cultural de uma região, como aponta Lino (2003):

“O patrimônio representado pela Mata Atlântica (...) [é de] importância (...) básica para a cultura nacional. Nas aquarelas dos antigos naturalistas (...), a própria imagem e identidade brasileira estão impregnadas de Mata Atlântica. Nas artes, na mitologia popular, na arquitetura e em todos os campos da cultura brasileira e Mata Atlântica deixou e deixa sua influência e, mais que qualquer ecossistema no país, essa floresta guarda os marcos de nossa história. É exatamente nas comunidades tradicionais indígenas, camponesas e de pescadores que talvez persiste alguns de nossos maiores patrimônios: a diversidade étnica e cultural, o conhecimento ancestral sobre a ecologia da floresta e a experiência concreta de alternativas de manejá-las de forma sustentável” (Lino, 2003).

Além de sua importância a prática da agroecologia e do agroturismo, a preservação do patrimônio natural do município é essencial devido à sua localização estratégica em áreas de conservação ambiental, como o projeto de corredor ecológico estadual “Caminho das Águas”, mencionado no item 2.1. O município de Santa Rosa de Lima integra o Setor “Campo dos Padres” do corredor ecológico, que conecta os ambientes do PARNA de São Joaquim com os municípios de Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Alfredo Wagner e Bom Retiro. Este setor ainda estabelece uma conexão com a serra da Boa Vista, que potencializa a interação da biota com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (FATMA, 2006).

Como mencionado anteriormente (item 2.1) Santa Rosa de Lima se localiza na bacia Rio Braço do Norte e tem como principais afluentes o Rio do Meio, Rio dos Bugres, Rio Santo Antônio, Rio Bravo e Rio dos Índios, que, aliados às frequentes rupturas de declive, resultam em cachoeiras ao longo de seu percurso. A abundância de recursos hídricos é refletida na representação do espaço local pela população, a exemplo das denominações das

²³ Na agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é essencial para garantir sua auto-regulação e sustentabilidade. A produção estável somente poderá acontecer “no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente” (ALTIERI, 1998).

localidades do município (Rio Bravo Alto, Rio dos Índios, Rio do Meio, Águas Mornas etc.) (Cabral, 2004). O município apresenta também fontes de água (termo) mineral (Cabral, 2004).

2.2.4 Patrimônio cultural

“Danças, festas, comidas típicas, dialetos, artesanato, produção familiar são expressões vivas que, juntamente com a arquitetura, o traçado urbano de cidades e vilas, as estradas rurais e a paisagem natural, dão cores especiais aos mais diversos recantos do estado, constituindo uma Paisagem Cultural singular” (IPHAN, 2008).

Os bens culturais do território das Encostas da Serra Geral e de sua comunidade são associados aos costumes, tradições e técnicas praticadas pelos colonizadores europeus e por seus descendentes. Como pode ser visto anteriormente (item 2.2.2), a expressão cultural destes colonizadores foi adaptada às espécies, aos materiais e às técnicas disponíveis neste território (Müller, 2001). Atualmente, o patrimônio cultural e suas manifestações culturais têm sido valorizados e estimulados pelos projetos de agroecologia e agroturismo executados na região. Esses mesmos projetos caracterizam, por sua vez, a paisagem cultural proposta como uma “Paisagem de Futuro”.

Organização do espaço, construções típicas e outros bens materiais

A paisagem cultural das Encostas da Serra Geral, que possui traços fortes da cultura dos imigrantes europeus, tem seu patrimônio material composto pelo conjunto de bens por ele identificados, assim como pelos objetos utilizados em seu cotidiano. Este patrimônio é descrito em alguns dos estudos feitos sobre o município de Santa Rosa de Lima:

Os imigrantes iam chegando [nas Encostas da Serra Geral] e derrubando a floresta, construindo barracos de madeira, mais tarde substituídos por casas de tijolo batido a mão, com coberturas de tábuas. (...) No decorrer dos anos, foram surgindo tafonas, pilões de arroz, serrarias pica-pau tocadas a água (...) [Schmidt *et al*, 2003. p.295]

Com efeito, o “patrimônio sociocultural” dos colonizadores contribuiu ainda para a constituição de pequenas manufaturas: atafonas de farinha de milho, engenhos de farinha de mandioca e de açúcar, alambiques, cervejarias, xarqueadas, serrarias pica-pau, marcenarias, olarias (louças, tijolos, telhas), ferrarias e até pequenas usinas hidrelétricas. Tais atividades, combinadas à produção policultura-pecuária caracterizavam o caráter pluriativo de muitas unidades familiares (Cabral, 2004. p. 78).

Como descrito no item 2.2.2, na arquitetura das construções coloniais das Encostas da Serra Geral foram mantidas as características dos países ou locais de origem dos imigrantes, sendo suas técnicas readaptadas às condições ambientais e aos valores culturais preservados (EPAGRI, s.d. b). As pequenas propriedades rurais, características das regiões colonizadas pelos europeus em Santa Catarina, são as estruturas mais representativas do patrimônio do imigrante neste estado (Weissheimer *et al*, 2008). A organização do espaço pelo imigrante europeu e seus descendentes em suas atividades agrícolas nas Encostas da Serra Geral, descritas neste trabalho (item 2.2.2), vão em favor da caracterização da paisagem das pequenas propriedades rurais feita no Roteiro Nacional de Imigração de Santa Catarina:

“A singeleza dos detalhes da casa, de organização e arquitetura peculiar; os grandes ranchos de madeira de proporção e volumetria singulares; a relação do conjunto construído com as pastagens, plantações e cursos d’água, são alguns dos elementos que conferem às regiões onde estão inseridas características especiais e paisagens únicas. Além disso, as pequenas propriedades calçadas na mão-de-obra familiar representaram a base das transformações sociais, econômicas e culturais do sul do Brasil” (Weissheimer *et al*, 2008).

Este patrimônio cultural foi confirmado na ocasião das saídas de campo, nas quais se registrou a presença de construções típicas na paisagem da região. Santa Rosa de Lima já não apresenta um acervo importante destas construções históricas. Localidades lindeiras ao município, e pertencentes a Rio Fortuna e São Bonifácio, contam ainda com significativo número de edificações características da influência dos colonizadores da região:



Figura 21. Construções coloniais/ históricas em Santa Rosa de Lima. (Foto: Gabriela Orofino).

Destacamos que tem sido feito um esforço pela comunidade local, coordenado pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em relação à preservação do patrimônio cultural de Santa Rosa de Lima, em especial às seguintes construções históricas:

- **Centro de Formação em Agroecologia e Agroturismo das Encostas da Serra Geral e Museu Histórico:** a sede do Centro de Formação funciona desde 2003 neste “antigo casarão de 1933 – que foi até o ano de 1960 um hotel para hospedar visitantes que vinham se banhar nas águas termais. O prédio foi doado à Prefeitura em 2003, que, por sua vez, o cedeu à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, que com o apoio da Santur promoveu sua restauração” (Acolhida, s.d.).

- **Igreja Santa Catarina:** o restauro da Igreja Santa Catarina foi executado através do voluntarismo de arquitetos e demais atores locais interessados no desenvolvimento local, que cederam sua experiência para buscar recursos através de projetos para restaurar a Igreja. A comunidade também auxiliou por meio de mutirões na reconstrução e do apoio para difundir as melhorias. Foi feita a doação do conjunto arquitetônico pela Igreja Católica à Associação Acolhida na Colônia a fim da captação de financiamentos para a sua restauração.

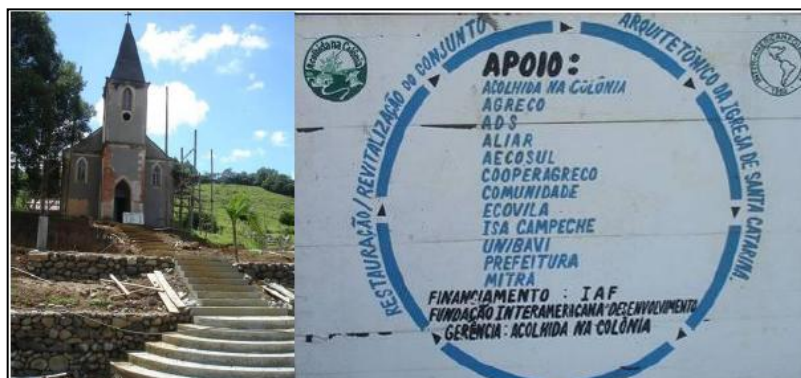


Figura 22. Restauração do conjunto arquitetônico da Igreja de Santa Catarina em Santa Rosa de Lima (Fonte: Vivências Brasil).

Mesmo que se proponha, neste estudo, que a proposta de chancela da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral seja limitada a Santa Rosa de Lima, a proteção do rico conjunto arquitetônico existente nas suas localidades vizinha é possível, através da utilização de outros instrumentos de preservação do patrimônio cultural, como o tombamento de bens imóveis, por exemplo.

Assim como os traços herdados pela arquitetura típica, também são elementos representativos da identidade cultural da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral: a

culinária, as práticas agrícolas coloniais (item 2.2.2) e as demais técnicas e costumes herdados dos colonizadores, bem como as festividades que ocorrem nas comunidades.

A diversidade dos cultivos agrícolas e os produtos da agroindústria, a culinária, assim como as técnicas têxteis – muitos destes elementos ainda hoje expressos no cotidiano das famílias das Encostas da Serra Geral, foram descritos nos escritos do inglês Charles Mitchel Leslie, chefe da Comissão de Colonização das terras dotais da Princesa Isabel, na ocasião de sua visita a lotes das colônias no Vale do Rio Braço do Norte no século XIX (Schmidt, 2000):



Figura 23. Almoço colonial (Foto: Marta Tie - Caminhos do Sertão Cicloturismo).

Pão e bolo de farinha de mandioca, de fubá de milho e fubá de arroz. Melado, mel de abelha, manteiga, rica nata de leite para temperar erva-mate, chá e café, leite em abundância para beber. Carne de vaca, de carneiro, de porco, de galinha assada e ensopada. Legumes de toda qualidade. Conservas, doces, vinho, produtos de sua própria lavoura e indústria. (...) atafona para a farinha de milho, o engenho de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar, o alambique de aguardente (...). Até a roupa é feita de algodão por eles cultivado. As mulheres se ocupam nas horas vagas da fiação e tecelagem pelo antigo meio do 'Spinig cokeel' e 'handloom', tocados a pé e a mão. (Dall'Alba, 1973 citado em Schmidt, 2000. p. 110).

Como vimos anteriormente, a grande diversidade de cultivos e a autosuficiência das famílias em suas atividades foi atribuída às condições ambientais restritivas e ao isolamento no qual se encontravam (Müller, 2001). Embora a agricultura de Santa Rosa de Lima tenha passado, nos anos 1960 e 70, por um processo de transição, do tradicional para o convencional (Müller, 2001), muitos destes costumes tradicionais não se perderam. Como destaca aquela autora:

(...) pode-se dizer que esta modernização foi, portanto, 'parcial', seja em relação à base técnica do processo produtivo como também em torno da organização do trabalho, mantendo a lógica familiar e a preservação de um sistema de valores, ordenador de um 'modo de vida' peculiar. [Müller, 2001. p. 102]

Muller (2001) observa que este fato pode ser percebido através do cultivo do milho comum na maioria das propriedades do município. Ele é mantido pela população não apenas por suas características agrônômicas (mais rusticidade que o milho híbrido), mas principalmente por ser preferido na alimentação familiar, "devido ao seu sabor, à sua coloração mais amarela e sua melhor qualidade na confecção do tradicional pão de milho" (Müller, 2001, p.103).

Produtos artesanais típicos

A culinária típica que pode ser apreciada atualmente nas famílias da região de estudo é o resultado da interação entre as diversas nacionalidades colonizadoras com as práticas e condições ambientais existentes na região. O Gemüse, o pão de milho e a rosca de polvilho são alguns dos pratos típicos que ainda fazem parte da rotina alimentar de grande parte dos moradores de Santa Rosa de Lima.

- Pão de milho

O pão de milho é um produto tradicional e indispensável à alimentação das famílias das Encostas da Serra Geral, já que o trigo não pode ser cultivado pelos colonos, na região. Para a confecção deste pão, o milho crioulo é preferido, pois o confere a coloração amarelada e o sabor desejados.

- Gemüse

É um prato típico dos alemães das Encostas da Serra Geral. Ele consiste em um cozido de batatas e couve, sendo, em geral, acrescentados pedaços de carne de porco defumada. Historicamente, o Gemüse era feito aos domingos pela manhã antes do culto dominical. A panela contendo o Gemüse era envolta em um acolchoado de penas, para manter sua temperatura durante o período no qual a família estava na missa. Este prato empresta seu nome à principal festa de Santa Rosa de Lima, a *Gemüsefest*.

“A palavra *gemüse* traduzida do alemão significa legumes. Não se sabe ao certo a origem deste prato, o que os antigos falam é que a mistura de couve, batatas e um defumado de porco para dar o gostinho, transformou-se nesta combinação tão apreciada nas mesas de nossos colonos” (SRL, 2010).

Além destes pratos típicos, na região de atuação do projeto de agroturismo Acolhida na Colônia nas Encostas da Serra Geral, existem muitos outros produtos da culinária colonial como: a boleira, a bijajica, a cuca de farofa, o pão de abóbora, a polenta de milho verde, a galinha caipira, o recheio alemão, o toucinho do céu e o pudim de aipim (Bastezini *et al*, s/d).



Figura 24. Receitas coloniais: boleira, bujajica, cuca de farofa, gemüse (5). (Fonte: 1,2,3,5 - Bastezini et al, s.d. 4- Gabriela Orofino).

Atualmente, esta Associação de agroturismo está realizando um levantamento do artesanato típico de sua região de atuação. Este estudo e a rede de contatos que está sendo estabelecida através do mesmo poderão ser de grande importância para possíveis ações de inventário e registro dos bens culturais imateriais da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral.



Festividades/ encontros da comunidade local

No município de Santa Rosa de Lima ocorrem muitas festividades e eventos para promover o encontro da comunidade local²⁴, com uma frequência quase semanal. A festa mais conhecida é a *Gemüse-fest*, já citada.

Realizada de dois em dois anos, sempre no mês de maio, a *Gemüse-fest* reúne descendentes dos primeiros colonizadores alemães da região (SC, 2011) e é considerada um espaço de aproximação (estreitamento de vínculos) entre os habitantes rurais – aqueles que ficaram em Santa Rosa – e os habitantes que foram para cidades maiores (Schmidt, 2003). A festa, que em 2010 teve sua 12ª edição, tem recebido um grande número de turistas devido a expansão do agroturismo na região e pela procura por ambientes naturais (SRL, 2011). A partir dos encontros promovidos através de sua realização surgiram importantes iniciativas e parcerias, e assim a *Gemüse Fest* se mostra como um espaço de questionamento e de busca de alternativas à crise vivida pela agricultura familiar da região (Cabral, 2004). Algumas reuniões e parcerias resultantes foram as seguintes: a constituição de um Conselho de Desenvolvimento Municipal, a *Agreco* e a Associação Cultural de Santa Rosa de Lima²⁵.

²⁴ Percebe-se que o patrimônio cultural das encostas da Serra Geral tem sido valorizado pela comunidade local em suas festividades. Em 18 e 19 de junho de 2011, por exemplo, ocorreu a primeira edição da *Gemeindefest* (Festa das Comunidades) em Rio Fortuna, na qual as pessoas das diversas localidades do município compartilharam sua história de colonização e os costumes dela herdados.

²⁵ Esta Associação desenvolve trabalhos de valorização da cultura local, tendo constituído o Grupo de Dança Típica Alemã, o *Wasserthal Volkstanzgruppe* (Grupo de Dança Alemã Vale das Águas) e a Banda musical de sopro Santa Rosa de Lima.

Outras festas são realizadas durante o ano nas comunidades, principalmente as de caráter religioso, para prestigiar os padroeiros que dão nome às localidades. A festa da padroeira principal do município - Santa Rosa de Lima²⁶ - é realizada no final do mês de agosto.

Além da influência dos colonizadores nas construções, nos costumes e na prática da agricultura, a paisagem cultural das Encostas da Serra Geral se destaca, hoje, pela presença da agricultura de base ecológica. Ela merece destaque neste estudo, porque representa um resgate dos costumes e técnicas tradicionais. De acordo com Cabral (2004), os “agricultores comungam o reconhecimento de que a agricultura de base ecológica é mais adequada às condições geoambientais e à lógica de funcionamento da agricultura familiar, predominantes na região”. Desta forma, consideramos que as técnicas agroecológicas praticadas por parte dos agricultores das Encostas da Serra Geral compõem suas manifestações culturais (“produção familiar – expressão viva que constitui as paisagens culturais”).

Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral, uma “Paisagem do futuro”

Destacamos neste item as características que, juntamente com os aspectos relacionados anteriormente, conferem um aspecto peculiar ao território de estudo: as iniciativas que promovem o desenvolvimento endógeno e sustentável²⁷ na região. Embora exista um conjunto de iniciativas, daremos maior ênfase à proposta da agroecologia – fortemente vinculada à associação de agricultores agroecológicos – e as parcerias que dela decorrem, como o projeto de agroturismo.

Estas propostas são estratégicas para o estímulo, valorização e manutenção da agricultura familiar do tipo colonial e da identidade cultural regional. Podemos afirmar que estas iniciativas têm objetivos comuns à chancela da Paisagem Cultural Brasileira, nos sentidos de promover o desenvolvimento sustentável dos territórios e de valorizar a manifestação e as marcas da cultura local.

²⁶ Santa Rosa de Lima foi uma freira peruana beatificada em 1668 e canonizada em 1671 como padroeira da Igreja da Hispanoamérica e Filipinas. Foi escolhida pelo bispo de Florianópolis em 1922 como padroeira da primeira capela construída no então distrito, posteriormente paróquia e município de Santa Rosa de Lima (Franco *et al*, 2001). Percebe-se a presença marcante do catolicismo no município com um todo – a exemplo de cada localidade possuir um santo padroeiro.

²⁷ De acordo com EPAGRI (s.d. a), existem importantes iniciativas para a promoção de um desenvolvimento endógeno e sustentável no território em construção das encostas da Serra Geral, sendo elas: a produção agroecológica, turismo rural comunitário, a associação de agricultores ecológicos, a produção agroecológica, as pequenas agroindústrias articuladas em rede, o trabalho com alimentação escolar orgânica, o fórum de desenvolvimento dos pequenos municípios, projetos de pesquisa-extensão rural participativos e iniciativas de fortalecimento de micro-territórios através da valorização das identidades culturais tradicionais.

A proposta da Agroecologia

Para possibilitar uma melhor compreensão da importância das iniciativas existentes na região de estudo, primeiramente convém explicar brevemente o conceito e alguns princípios da agroecologia.

A agroecologia é uma ciência que estabelece princípios básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas que possibilitem ao mesmo tempo a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais, e que sejam “culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (Altieri, 1987 citado em Altieri, 1998). Seu objetivo básico é o estabelecimento de sistemas agrícolas complexos, auto-regulados e sustentáveis, que possuam a mínima dependência de insumos agroquímicos e energéticos externos. Este objetivo é alcançado através da utilização de alguns princípios, como a ampliação da biodiversidade funcional do agroecossistema, e espera-se que assim “as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas” (Altieri, 1987 citado em Altieri, 1998).

Para que exista este agroecossistema “auto-suficiente”, sustentável e de menor impacto ao ambiente, considera-se que é essencial a preservação da diversidade cultural presente nas agriculturas locais (Altieri, 1998). Isto porque os princípios agroecológicos propõem a utilização de espécies nativas ou locais (conhecidas e cultivadas pela comunidade tradicional local), a adoção de técnicas adequadas às necessidades locais e ao contexto agroecológico e socioeconômico e, ainda, a interação dos pesquisadores com os camponeses para o conhecimento de suas técnicas e a incorporação de elementos do manejo tradicional dos recursos (Altieri, 1998). Tudo isso contribui, sem dúvidas, para a valorização do patrimônio e da identidade cultural local. De acordo com Altieri (1998, p. 21),

a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.

Considerando os conceitos da agroecologia e da chancela da Paisagem Cultural Brasileira, percebe-se que há uma convergência entre seus objetivos no que se refere à valorização do patrimônio cultural representado pela agricultura tradicional e à participação da comunidade nos processos para o seu desenvolvimento. Por isto, consideramos que a presença de iniciativas de desenvolvimento territorial baseadas na agroecologia, aliada a seu rico patrimônio natural e cultural, faz com que a região escopo de nossa proposta de Paisagem Cultural Brasileira possua grande potencial para seu reconhecimento pelo IPHAN. Soma-se a isso o fato das práticas agroecológicas requererem condições ambientais (biodiversidade,

proteção do solo e dos recursos hídricos), que são possibilitadas pelos projetos de corredores ecológicos e de áreas prioritárias para a proteção da biodiversidade. Estas práticas também promovem condições ambientais mais adequadas às áreas de entorno de unidades de conservação por possibilitarem a prática de atividades antrópicas menos impactantes ao ambiente.

A prática agroecológica em Santa Rosa de Lima e sua importância

Em Santa Rosa de Lima, a produção agrícola baseada na agroecologia iniciou-se “formalmente” em 1996 a partir de uma parceria entre famílias do município e uma rede de supermercados, que culminou no surgimento da Associação de Agricultores Ecológicos da Serra Geral (Agreco), uma sociedade civil sem fins lucrativos. Anteriormente a esta parceria algumas famílias da região já trabalhavam com produções alternativas à cultura do fumo – produtos apícolas, queijo, pequenas frutas e hortaliças – que embora sob manejo convencional (Cabral, 2004), demonstravam a busca dos agricultores por melhores condições de vida e em suas atividades econômicas.

A consolidação da AGRECO motivou a busca de outras alternativas de trabalho e renda com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e preservar o ambiente natural. Assim, as ações para contribuir com o desenvolvimento territorial foram moldando-se no tripé: produção agroecológica/orgânica de alimentos, agroindústria familiar e agroturismo. O processo incluiu meios e estratégias que visam além da produção propriamente dita, o associativismo, a participação dos agricultores no processo de construção de uma nova ruralidade, e a diversificação das atividades (Gelbke, 2006. p. 2).

Um dos motivos pelo qual a proposta agroecológica tem se mostrado de grande importância para as pequenas propriedades da região é promoção de atividades adaptadas às condições ambientais restritivas – considera-se que estas condições (relevo acidentado e abundância de recursos hídricos conferem uma vocação à região para uma produção sem agrotóxicos²⁸ (Schmidt, 2011). As práticas agroecológicas estimulam ainda a diversificação de cultivos historicamente presente na agricultura colonial. No lugar de grandes culturas comerciais, ganham espaço os pequenos cultivos, a apicultura, a exploração de recursos

²⁸ A produção agrícola dos associados da AGRECO é referenciada tanto como “agroecológica” quanto “orgânica”, entre outras denominações (Cabral, 2004). Ambas são escolas em agricultura ecológica, que buscam uma agricultura menos dependente de insumos químicos dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável – a *orgânica* possui normas específicas de produção (nacionais e internacionais) que em linhas gerais proíbem a utilização de agrotóxicos, restringem a utilização de adubos químicos e incluem ações de conservação dos recursos naturais; o movimento da *agroecologia* surgiu na América Latina com o objetivo de atender às necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores (Khatounian, 2001) - como é considerada uma ciência, não possui um regulamento específico para produção. Desta forma, os produtos da agricultura familiar da Associação são certificados e comercializados como orgânicos, mesmo em sistemas agroecológicos de produção – sendo que, atualmente, a maior parte dos produtores da Associação são orgânicos.

florestais não-madeireiros etc., em um arranjo já presente na agricultura colonial. Não há, assim, mudanças significativas na organização das unidades familiares de produção. Neste sentido, os projetos de incentivo à instalação de agroindústrias na região, promovidos pela Agreco e suas parceiras, previram o beneficiamento de uma variedade de produtos, de acordo com a realidade local.

Embora tenha havido algumas alterações no processo produtivo como um todo, como a escala de produção, sua canalização para o mercado como também algumas etapas do processo de produção, como é o caso das estufas [cultivo protegido] e do processamento e industrialização, a forma ecológica de produzir não foi considerada uma novidade pelos agricultores (Müller, 2001 p. 133).

(...) a AGRECO recorreu a um conjunto de instrumentos espacialmente localizados e que se colocaram como alternativas de reprodução socioeconômica à agricultura familiar. Estas estratégias de desenvolvimento podem ser vistas como sistemas de objetos e de ações introduzidos em meio aqueles já existentes, redefinindo e atualizando seus significados, seus usos e suas inter-relações. (...) Esta é uma característica do processo de recomposição da ruralidade voltado à agricultura familiar: ações coletivas associam-se à ecológização/agroindustrialização da produção que, por sua vez, vêm acompanhadas de estratégias de comercialização e de financiamento de cooperativas e assim por diante (Cabral, 2004, p.86).

Através desta Associação estão sendo possibilitadas, ainda, a organização produtiva e a articulação entre os agricultores do território, melhor qualidade de vida a seus associados e preservação ambiental. Para um agricultor ser associado à Agreco, ele deve primordialmente produzir alimentos sem a utilização de agrotóxicos ou de adubos sintéticos. As regras para a produção e comercialização dos associados são definidas no documento denominado “Regimento Interno” que, assim como os Planos de Trabalho da Associação, demandam a participação dos associados em sua formação. Os espaços de articulação dos agricultores locais foram estabelecidos através das reuniões da Agreco, normalmente feitas através de encontros amistosos com refeições comunitárias na casa dos próprios agricultores associados (Cabral, 2004). O acompanhamento técnico aos produtores, a organização de seu trabalho em grupos (núcleos de produção), a promoção de encontros de capacitação em agroecologia e planejamento agrícola foram todos feitos pela associação com o apoio de colaboradores (Cabral, 2004). O papel fundamental da Agreco, estabelecido por seus associados é:

Melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural (Plano de Trabalho da AGRECO 1997-2000, citado por Schmidt, 2003 p. 305).

Além da revitalização e estímulo à prática da agricultura colonial e da agricultura alternativa, a Agreco – muitas vezes, através de suas parcerias – promove condições à continuidade de expressão do patrimônio cultural da região e fortalecimento de sua identidade cultural. Como

exemplo, podemos citar o programa de valorização dos produtos típicos da culinária local²⁹ e a iniciativa de ampliação de suas estratégias de desenvolvimento, incluindo atividades não agrícolas como as agroindústrias de pequeno porte e o agroturismo (Cabral, 2004).

A integração agroturismo/agroecologia/agroindústrias rurais visa, de acordo com a Agreco, além do aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, ou seja, do patrimônio sociocultural local, o qual pretende-se que seja preservado e, em alguns casos inclusive, recuperados” [CEPAGRO, s/d. citado em MÜLLER, 2001. p.130].

Em sua formação a Agreco contou com a assessoria de profissionais da UFSC, da Epagri, do Cepagro, da Comissão Pastoral da Terra, do poder público local, entre outras (Figura 25). Foi esse esforço conjunto que conferiu agilidade ao projeto de desenvolvimento protagonizado por esta Associação. Houve uma mobilização de atores de diversos segmentos da sociedade a fim de encontrar alternativas produtivas para a agricultura familiar da região, inserida em uma conjuntura de crise (local e nacional) e em um ambiente pró-associativismo (Cabral, 2004). Muitas destas parcerias ainda existem, e algumas de suas instituições participantes foram apontadas como possíveis atores do plano de gestão da paisagem cultural proposta (item 3).

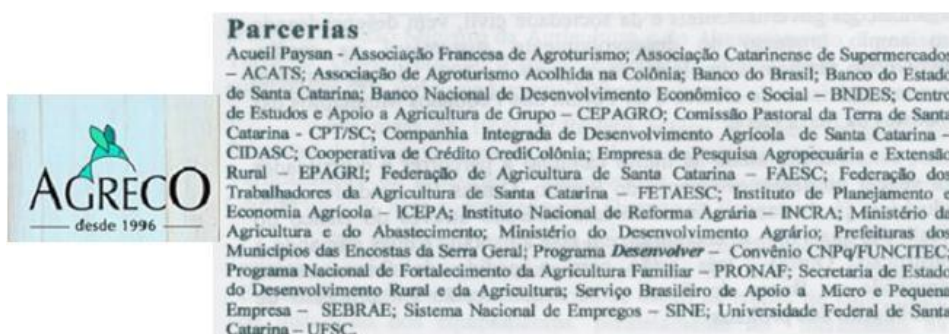


Figura 25. Colaboradores da AGRECO na ocasião da implantação das primeiras agroindústrias do PIAMER – recorte do folder de inauguração (Fonte: Cabral, 2004).

Apesar de ter recebido o apoio do poder público através de recursos humanos e financeiros ao longo de sua trajetória, é importante frisar que a Agreco foi surgindo da iniciativa de atores locais. Além disso, a partir da Associação (e de suas necessidades ao longo do tempo) foram surgindo outros espaços de discussão, outras parcerias e projetos de desenvolvimento da região – sempre buscando estratégias que complementassem e

²⁹ O programa “Saber e Sabor” (assim como o “Fórum de Economia Solidária), que resultou de uma parceria entre a AGRECO e o Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz do município de Florianópolis, procurou “resgatar a cultura do meio rural através da culinária, dos costumes e do conhecimento do homem do campo”. Os principais objetivos deste programa eram: “fornecer uma alimentação de qualidade aos estudantes de ensino fundamental através do consumo de produtos orgânicos e auxiliar no desenvolvimento de áreas rurais pela consolidação de oportunidades de trabalho e renda para famílias de agricultores filiadas à AGRECO” (Cabral, 2004). Atualmente, a AGRECO abastece o Núcleo de Desenvolvimento Infantil – no qual as merendas são compostas unicamente por produtos orgânicos - e o Restaurante Universitário da UFSC, ambos em Florianópolis – este último ainda em pequena proporção: menos de 10% das refeições oferecidas são orgânicas (Reis, 2011).

fortalecessem o processo em andamento (Gelbcke, 2006). Surgiram, desta maneira a Associação de Desenvolvimento Sustentável Encostas da Serra Geral (ADS), a Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável Encostas da Serra Geral (Aliar), o Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Cabral, 2004). Mais recentemente foi constituída a Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (CooperAgreco), para comercializar a produção dos associados da Agreco. A partir desta interação social é que está sendo construído um território (em constante movimento) cuja denominação faz referência a sua identidade cultural e a sua localização geográfica – o território das Encostas da Serra Geral.

É evidente que o conjunto de estratégias promovido pela AGRECO e demais entidades está voltado à construção de um território com uma forte referência de identidade, numa tentativa do que Pecqueur (2005) chama de "panier de biens" cujos recursos ambientais e estruturais contribuem para qualificar o território, construir sua imagem, condicionando assim, as demandas de consumo. Esta rede de estratégias vinculadas a uma identidade forte e reconhecida (preservação ambiental, agricultura familiar, desenvolvimento) foi preponderante para a constituição de um diversificado espaço de negociações (...)" (Gelbcke, 2006. p. 81).

Cabe sublinhar que nas saídas de campo pode-se perceber que os trabalhos da Associação e de suas entidades parceiras têm envolvido a família dos associados como um todo, especialmente os jovens. É comum que os filhos dos agricultores se envolvam nos projetos que estão sendo executados. Em diversos casos, percebemos que eles demonstram interesse em permanecer no município e em contribuir com o processo que vêm ocorrendo na região. Servem de exemplo, a prestação de assessoria através das entidades envolvidas; a participação direta nos trabalhos desenvolvidos na propriedade ou os empreendimentos próprios por eles montados.

Atualmente, 59 produtores familiares estão associados à AGRECO. Destes produtores, 32 são do município de Santa Rosa de Lima, ou seja, mais da metade dos associados. Todos os produtores associados comercializam sua produção pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)³⁰ através da CooperAgreco. Esta produção é destinada a mercados institucionais (creches, escolas etc). Além dos associados, mais de 320 produtores familiares convencionais da região e também produtores "em transição para a produção orgânica" são cadastrados à Agreco para comercialização ao PAA, fato que

³⁰ O PAA, criado em 2003, é uma das ações do programa Fome Zero. É executado pelo MDA e MDS (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) em parceria com "governos estaduais e municipais, sociedade civil, organizações da agricultura familiar e rede de entidades socioassistenciais". Os objetivos do programa são: "garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos; promover a inclusão social no campo". Para participar do programa os agricultores familiares devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (Brasil, 2011). Atualmente, os agricultores que fornecem alimentos orgânicos recebem uma adição de 30% no pagamento pelo PAA – sendo esta uma forma de estimular os agricultores a conversão orgânica.

contribui para a troca de experiência entre os agricultores e para a ampliação da rede (Sibeli Lunardi, entrevista direta).

A inspetora do Sistema de Controle Interno (SCI) da CooperAgrego, em entrevista direta, informou que o número de produtores que desejam se associar tem aumentado intensivamente (“todo dia chega um produtor novo”). Este fato é relacionado a uma mobilização que vem ocorrendo desde o final de 2008, entre as entidades de SRL que trabalham com a agricultura, com o objetivo de ampliar o número de produtores orgânicos do município. As entidades envolvidas são o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Epagri, Secretaria da Agricultura, Cresol, Agrego, CDL (Clube de Diretores Lojistas), Prefeitura e Câmara de Vereadores. Tais organizações estão realizando um trabalho articulado, em que cada uma contribui em seu campo de atuação (por exemplo, a Cresol oferece linhas de crédito, a CooperAgrego abre possibilidades de comercialização etc.). As reuniões para iniciar a mobilização para a conversão orgânica são feitas nas casas dos próprios agricultores. Nesse processo, diversos produtores das comunidades de Rio Santo Antônio, Nova Esperança e Campos do Rio Bravo Alto já iniciaram a conversão para a produção orgânica.

Na mesma entrevista com a responsável pela inspeção interna da CooperAgrego, percebemos que atualmente a cooperativa trabalha mais fortemente com a abordagem da “transição para o orgânico”. Tal estratégia permite abranger um número maior de produtores e é considerada de menor impacto. Isso porque, na fase inicial, se aceita que os produtores tenham uma parte da sua produção sob sistema convencional. A transição nestas propriedades com dois sistemas de produção tem permitido que as parcelas convencionais sejam gradativamente convertidas, em função do êxito obtido naquelas manejadas organicamente. O mesmo fenômeno ocorre com os agricultores. Assim que eles percebem que seus vizinhos estão prosperando utilizando o manejo orgânico, mostram interesse em iniciar a conversão.

Em nossas saídas de campo, percebemos crescente inter-relação entre os produtores do território: rede de contatos e mobilizações são estabelecidas pelos próprios agricultores da Agrego – especialmente aqueles que respondem pela gestão das agroindústrias e buscam novos fornecedores de matérias primas – a fim de ensinar as técnicas orgânicas que dominam e, em decorrência, aumentar o número de associados. Desta forma, a agricultura orgânica e as atividades a ela relacionadas se expandem com base na confiança, na união e na articulação da comunidade local. Se essas iniciativas estiverem apoiadas por programas governamentais (por exemplo, de valorização territorial, ou de organização da cadeia produtiva) há expectativa de consolidação da perspectiva sustentável no território.

A produção agroecológica para região se traduziu, portanto, em uma alternativa encontrada por parte da população local em um contexto de crise econômica (crise da fumicultura) e como uma possibilidade de adaptação às condições ecológicas restritivas das propriedades (Müller, 2001). As práticas agrícolas tradicionais (colonos europeus) e agroecológicas são compartilhadas entre os agricultores locais (conhecimento em comum) e constituem um patrimônio cultural imaterial – ou “sócio-cultural” (Cabral, 2004) – significativo e que precisa ser preservado. Essa perspectiva tem, ao mesmo tempo, grande potencial para influenciar outras comunidades que se encontrem em condições (ambientais e sociais) semelhantes.

O projeto de Agroturismo

O projeto para o desenvolvimento do agroturismo na região das Encostas da Serra Geral foi concebido através de uma parceria entre a Agreco – que previa em seu regimento interno a diversificação das atividades não agrícolas na propriedade, sob um contexto de desenvolvimento territorial - e o Cepagro – que propiciou a troca de experiências e o estabelecimento de parcerias com instituições francesas (Gelbcke, 2006). A proposta surgiu em um contexto de necessidade de iniciativas de desenvolvimento do turismo rural em Santa Catarina como também de demanda crescente de infra-estrutura aos visitantes (consumidores de produtos ecológicos, professores, estudantes, técnicos, agricultores) que vinham conhecer a experiência da Agreco nas Encostas da Serra Geral (Gelbcke, 2006). Os turistas, em grande parte oriundos de centros urbanos, foram considerados como consumidores potenciais de produtos agroecológicos *in loco* e difusores da proposta em seus centros de origem (CEPAGRO, s/d citado em MÜLLER, 2001).

Um projeto para o “Desenvolvimento do Agroturismo” foi submetido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que contemplou a região das Encostas da Serra Geral – já que esta possuía características potenciais para a prática da atividade (agricultura familiar, grande potencial humano e paisagístico). O circuito de agroturismo do projeto foi delimitado pelos municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal, pois, entre outros motivos, estes se localizam nas encostas da Serra Geral e possuem a inserção da Agreco em seus territórios (Gelbcke, 2006).

“A construção desse processo teve participação efetiva dos agricultores, e se dividiu nas seguintes etapas: mobilização/sensibilização; associativismo; diagnóstico participativo; capacitações. (...) O associativismo foi fundamental, tanto para reforçar a importância da parceria entre as propriedades (complementaridade de atividades), como com os demais projetos em andamento na região” (Gelbcke, 2006. p. 82 e 83).

O projeto teve como objetivo a recepção de visitantes nas propriedades familiares. Para isso, foi elaborado, de forma participativa com os agricultores, o levantamento das potencialidades das unidades familiares e a definição de um roteiro turístico. Na definição do circuito turístico foi previsto o atendimento das demandas turísticas (hospedagem, lazer, alimentação) aproveitando-se ao máximo as



estruturas já existentes nas propriedades. O agroturismo foi concebido como uma atividade complementar às atividades agrícolas e articulada à proposta da agroecologia (Müller, 2001; Gelbcke, 2006) e concebido dentro de uma perspectiva solidária, enfatizando a idéia da não-concorrência entre as propriedades rurais (Gelbcke, 2006).

Durante a elaboração do projeto surgiram alguns desafios como a produção de espaços propícios as atividades turísticas nas propriedades, a necessidade de um maior número de agricultores (visando o fortalecimento da proposta), e ainda, a possível constituição de uma associação – o que demandava a criação de um Estatuto para seu funcionamento (Gelbcke, 2006). A partir destas demandas uma parceria foi estabelecida com a associação francesa de agroturismo "Accueil Paysan"³¹, que culminou com a criação da "Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia", no ano de 1999. Os princípios da Accueil Paysan foram utilizados na elaboração de um caderno de normas da Acolhida na Colônia. Esse caderno apontava para a agricultura familiar, a produção orgânica de alimentos, o turismo como uma atividade complementar à agricultura e à manutenção e valorização das características culturais da população local (Gelbcke, 2006). Desta forma, a "Acolhida" passou a ter papel fundamental na consolidação e valorização da identidade cultural local, assim como na gestão de sua paisagem cultural.

Focando o turismo, buscou-se salientar que a multifuncionalidade vai além do reconhecimento de outras funções sociais do espaço rural, tais como a conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade, etc.); do patrimônio cultural e natural (paisagens); e da segurança alimentar. Mais do que isso, o contexto de diversificação de atividades, atores e interesses que compõem atualmente os espaços rurais, amplia esse quadro de discussão, mostrando que a coexistência de diferentes funções supõe interações nem sempre harmônicas, considerando-se que todo e qualquer uso do espaço afeta os outros, mesmo que não exista nenhuma conexão produtiva entre eles, resultando em complementaridades ou conflitos (Gelbcke, 2006. p.7).

A Associação de Agroturismo atua principalmente na assessoria técnica para implantação da infra-estrutura e dos serviços agroturísticos, na promoção de cursos de capacitação e dias de campo para discussão e trocas de experiência entre agricultores, na divulgação e comercialização do produto agroturístico, na valorização e conservação da cultura e da

³¹ A *Accueil Paysan* possui associados em várias regiões da França e em outros países, sendo que o Brasil foi o primeiro país latino americano vinculado a seus roteiros através da parceria com a Acolhida na Colônia. A associação francesa forneceu apoio técnico inicial e ainda hoje incentiva a visita de turistas estrangeiros para a região das Encostas da Serra Geral (Gelbcke, 2006).

natureza da região e na formulação de projetos e captação de recursos. Neste sentido, até o presente, esta entidade é responsável pela coordenação de um circuito agroturístico na região das Encostas da Serra Geral. Esse circuito conta com a participação das famílias de agricultores através de seus empreendimentos, que variam entre pousadas ou quartos coloniais, restaurantes e cafés coloniais, agroindústrias, postos de venda de produtos, campings etc. Atualmente, 180 famílias estão associadas à Acolhida. Aproximadamente 25 destas famílias estão no território das Encostas da Serra Geral da Acolhida na Colônia (que abrange Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima e Gravatal).

O estabelecimento e fortalecimento do turismo rural praticado pelas famílias associadas, tanto em Santa Rosa de Lima quanto nos outros municípios de abrangência do projeto da Acolhida, evidenciou a importância desta atividade no desenvolvimento econômico dos municípios e mobilizou o Poder Público e demais setores da sociedade local (Guzzatti & Turnes, 2011). Segundo estes autores, esta dinâmica influenciou a melhoria da gestão do turismo na esfera municipal, já que é necessária a articulação entre os Conselhos Municipais de Turismo, que por sua vez constituem importantes espaços de governança do desenvolvimento local.



Figura 26. Valorização dos recursos culturais e naturais do território pela proposta do agroturismo. (Foto: esq.dir: 1 – Gabriela Orofino; 2,3 – Google Earth; 4 – Caminhos do Sertão Cicloturismo).

O projeto de agroturismo implantado na região possui reconhecimento nacional³² e recebe visitantes atraídos pelas oportunidades de lazer e convívio com o ambiente local – que se diferencia daqueles ambientes do cotidiano deles – e/ou interessados em conhecer o trabalho desenvolvido pelas famílias de agricultores (Gelbcke, 2006) intimamente relacionados com as práticas de agricultura orgânica e com as tradições coloniais. Em Santa Rosa de Lima, os visitantes podem participar de atividades como o ciclismo (existem roteiros de cicloturismo organizados pela Acolhida na Colônia) e caminhadas, nas quais os agricultores familiares muitas vezes atuam como guias. Os turistas podem, ainda, buscar

³² Em 2002, a Associação Acolhida na Colônia foi reconhecida pelo “Prêmio Destaque Ministério do Desenvolvimento Agrário” na categoria “Diversificação das Economias Rurais” (Cabral, 2004). Em 2005, esta associação foi selecionada pelo Prêmio ODM Brasil, do Pnud e governo federal por contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas – no qual destacou-se seu trabalho de suporte e incentivo à agricultura familiar e proteção e recuperação do meio ambiente (Fernandes Jr.,2005).

acomodação em pousadas e, nelas, compartilhar a história de vida e as tradições culturais dos agricultores. Neste sentido, pode-se afirmar que dentre outras funções, as atividades turísticas evidenciam e valorizam os recursos patrimoniais (culturais e naturais) da região (Gelbcke, 2006).

Considerações finais sobre a paisagem cultural peculiar das Encostas da Serra Geral...

Com base no exposto, consideramos que o conjunto das iniciativas que visam ao desenvolvimento sustentável da região - principalmente a agricultura de base ecológica e o agroturismo - aliadas ao patrimônio cultural dos descendentes dos imigrantes e aos recursos naturais exuberantes, constitui a Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral (Figura 27). Nela, percebe-se um processo de construção coletiva de um território - através da interação entre as pessoas do local - considerado como o resultado da união e da grande capacidade de adaptação desta comunidade junto ao ambiente no qual está inserida. Ela é considerada como uma paisagem de futuro, pois é uma referência de esforços conjuntos para realizar atividades que prezam o bem estar dos habitantes locais, a preservação do meio ambiente e a continuidade das tradições culturais.

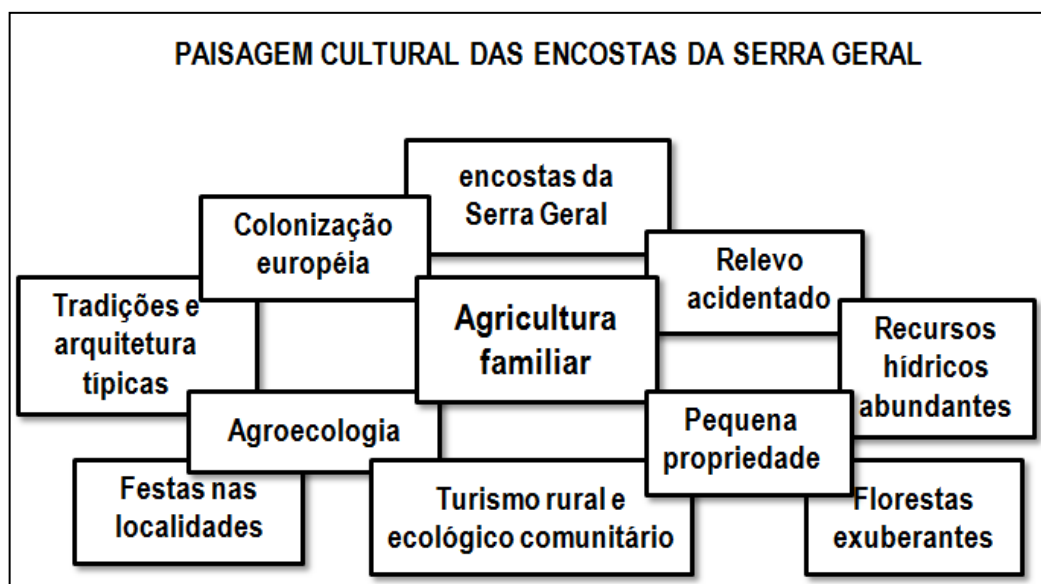


Figura 27. Elementos que caracterizam a paisagem cultural das encostas da Serra Geral.

Neste contexto, entendemos que a Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral tem grande potencial para obter o cancelamento pelo IPHAN.

Após o estudo sobre esta paisagem cultural, percebemos que existe um grupo potencial para compor o pacto de gestão. Ele é composto pelas associações que promovem o desenvolvimento sustentável do território e suas parceiras. Para isso, haverá a necessidade de sensibilizá-las e articulá-las em torno desta proposta. Consideramos que as ações promovidas por estas entidades tendem a ser duradouras, pois resultaram da articulação de atores locais, havendo, atualmente, forte integração da comunidade envolvida.

Julgamos que as Encostas da Serra Geral, com suas peculiaridades, têm grande potencial para responder a um dos principais desafios para a proteção do patrimônio cultural brasileiro presente no meio rural e ligado às “pequenas propriedades”:

Muitas dessas propriedades se mantêm até hoje. Porém muitas vezes, sua produção já não é suficiente para garantir o sustento da família. Em muitos casos, o colono tem sido obrigado a vender suas terras em busca de outra fonte de renda. No entanto, são grandes os potenciais da região e é preciso que se busque alternativas capazes de reverter o processo atual e revitalizar as pequenas propriedades da região da imigração (Weissheimer *et al*, 2008).

Ora, nas Encostas da Serra Geral, a agricultura orgânica associativa e o agroturismo já se apresentam como essas alternativas necessárias, ao propiciar melhores condições de trabalho, de renda e de vida nas pequenas propriedades.

Os possíveis benefícios do reconhecimento do território das Encostas da Serra Geral em esfera nacional, através da chancela de Paisagem Cultural, seriam relativos principalmente: à possibilidade de gestão participativa do território; ao estímulo à continuidade e ao fortalecimento das atividades que têm sido ali executadas; à ampliação do número de agricultores envolvidos nos projetos; à valorização e proteção do patrimônio cultural e natural; à priorização no acesso a fontes de financiamento; ao aumento do fluxo de turistas e outros interessados em conhecer o processo de desenvolvimento que vem ocorrendo na região e no contato com a cultura dos imigrantes; bem como o aumento do número de consumidores dos produtos oriundos da agricultura familiar do tipo colonial e de base ecológica.



Figura 28. A paisagem cultural das Encostas da Serra Geral. (Fotos: esq-dir: 1,2,3,4,5,7,9 – Gabriela Orofino; 6 – Caminhos do Sertão Cicloturismo; 8 – Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima).

CAPÍTULO 3 - Proposta de um pacto de gestão

A rigor, se não houver possibilidade do pacto não haverá chancela. Não há um elenco pré-estabelecido e imutável de parceiros, mas um leque de possibilidades, que entre outros, busca valorizar sempre a comunidade envolvida (Weissheimer, 2011).

A existência prévia de um pacto de gestão da paisagem cultural, como mencionado anteriormente no item 1.4, é condição essencial para que a chancela de Paisagem Cultural Brasileira seja concedida pelo IPHAN. Este pacto deve ser formado por atores que atuam na “porção do território a ser chancelada” (Weissheimer, 2011), no caso, o município de Santa Rosa de Lima. O objetivo principal do pacto é estabelecer um esboço de um “plano de atuação de curto, médio e longo prazos”, que possibilitará a gestão da paisagem cultural proposta. Assim, a definição dos participantes (idealmente envolvendo poder público, sociedade civil e iniciativa privada) do pacto de gestão e seu estabelecimento, são necessários para as “ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelada e das práticas culturais que a particularizam como paisagem cultural” (Weissheimer, 2011). Desta forma, o pacto pode ser entendido como uma ferramenta estratégica para a preservação e para a gestão da paisagem já que a necessidade de seu estabelecimento prévio à chancela estimula a articulação dos atores locais, além de possibilitar um espaço de planejamento regional (Weissheimer, 2010).

Desta forma, para o estabelecimento do pacto, após as definições do recorte territorial e da abordagem que o particulariza (feitos no item 2), é necessário o conhecimento dos principais desafios enfrentados no território para que sejam definidas as principais medidas a serem executadas pelos atores locais. Estas ações devem ser concebidas e negociadas pelos atores locais de forma que estimulem, garantam ou possibilitem a preservação da paisagem cultural proposta (Weissheimer, 2011). É importante lembrar que o instrumento da chancela, quando utilizado isoladamente, não proíbe as transformações na paisagem. E, também, que ele não deve ser visto como um solucionador de todos os problemas enfrentados pela comunidade.

Neste sentido, realizamos um breve levantamento dos desafios enfrentados para a manutenção das especificidades da paisagem cultural (3.1); sugerimos alguns atores para compor o pacto de gestão (3.2); recomendamos etapas para o seu estabelecimento e para que a proposta de Paisagem Cultural seja encaminhada ao IPHAN (3.3); e, finalmente, propomos algumas ações para o planejamento estratégico a ser realizado pelo pacto de gestão (3.4).

3.1 Principais desafios enfrentados no território

Com base nos dados secundários consultados – complementados com observações feitas nas saídas de campo – levantamos alguns desafios percebidos, principalmente em relação à continuidade das propostas de desenvolvimento endógeno e territorial (agricultura de base ecológica e agroturismo), e também, dos desafios à manutenção do patrimônio cultural e natural do território; uma vez que este conjunto de características é que compõe a paisagem cultural proposta. Estes desafios foram descritos considerando-se como essencial o bem-estar das famílias envolvidas com a agricultura orgânica e o agroturismo.

Não buscamos, através deste estudo, uma exaustiva pesquisa sobre os problemas existentes no território e nem consideramos que as questões apontadas – que julgamos as mais importantes – podem ser solucionadas através da chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

- Infra-estrutura ainda precária

Desde a época de sua colonização, o município de Santa Rosa de Lima sofreu com a falta de apoio governamental na instalação de infra-estrutura básica necessária ao desenvolvimento (estradas, energia elétrica, telecomunicações, escolas, hospitais etc). Isto repercutiu no desenvolvimento das atividades econômicas do município. As difíceis condições de acesso prejudicaram a comercialização da produção agrícola. A precariedade das estradas gerava um isolamento relativo e resultava em “poucas opções de mercado”. Estas condições também representam um desafio à prática do agroturismo, especialmente consideradas as poucas alternativas de transporte público. Pesquisas indicam que uma menor procura por turistas é associada a este fator (Medeiros e Bioni, 2010).

Este panorama tem mudado mais recentemente. O acesso rodoviário a Rio Fortuna (saída Sul, foi pavimentado em 2010), houve melhorias na telefonia fixa e o acesso à telefonia móvel, redes de internet gratuitas foram instaladas e houve melhoria e barateamento da energia elétrica. Além disso, o modelo de saúde existente no município passou de “curativo e não preventivo” (Schmidt *et al*, 2003) para outro em maior sintonia com a Estratégia Saúde da Família (ESF)³³ e com as abordagens agroecológicas e de valorização dos recursos patrimoniais (valorização dos conhecimentos etnobotânicos, hortas medicinais, prevenção, autonomia).

³³ A ESF busca atuar na manutenção da saúde e na prevenção de doenças; reorganizar a prática assistencial em novas bases e critérios, como a atenção centrada na família que é entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social etc. Um de seus princípios é “desenvolver processos de trabalho baseados nos conceitos de prevenção, promoção e vigilância da saúde” – o que “significa atuar nos momentos mais precoces iniciais da transmissão das doenças, assim como sobre os riscos sanitários, ambientais e individuais” (Ministério da Saúde).

- Pouca assistência técnica especializada

O município de Santa Rosa de Lima quando comparado aos outros da região, recebeu tardiamente infra-estrutura de assistência técnica e extensão rural: “*somente em 1979 é que foi aberto um escritório local da ACARESC [atual EPAGRI]*” (Müller, 2001). Dentre os problemas enfrentados pelos agricultores ligados à Agreco, em relação à produção primária e ao beneficiamento, estão: ”

deficiência no planejamento integrado das propriedades a partir de princípios ecológicos, dificuldades na organização da produção através do estabelecimento de cotas, perda de qualidade e falta de padronização dos produtos, deficiências no serviço de assistência técnica; [técnicos com] conhecimento e experiência restritos em termos de produção agroecológica e agroindustrialização de pequeno porte (Cabral, 2004).

O Plano Municipal de Agricultura (2008-2018) traz prioridades de ação neste sentido, mostrando que a necessidade de assistência técnica adequada às práticas inovadoras da região, é atual:

(...) o ‘planejamento das propriedades levando em conta as suas aptidões’; ‘a criação de condições para que as propriedades se tornem sustentáveis’; ‘a disponibilidade de técnicos para assessorar nesse sentido em vários setores de produção’ e a implantação de ‘uma autoridade ambiental no município’ foram as ações colocadas em primeiro lugar (SRL, 2008).

- Conflitos de uso do espaço e proteção bacias hidrográficas

Dentro das inúmeras possibilidades de utilização do espaço pelo homem, a necessidade da adoção de técnicas agrícolas menos impactantes ao meio ambiente é ressaltada como um desafio em escala regional:

(...) [nas Encostas da Serra Geral] o meio ambiente vem sendo comprometido em decorrência da inadequação das políticas de saneamento básico no meio urbano e rural, do desenvolvimento da suinocultura e do uso de pesticidas químicos na atividade agrícola. Da mesma forma, a adoção de práticas inadequadas de conservação e manejo do solo em cultivos como o da mandioca, da batata e, principalmente do fumo, vem provocando processos erosivos e o conseqüente assoreamento de rios e riachos [Schmidt *et al*, 2003. p. 296].

Ainda que não se verifique com a mesma abrangência espacial daquela observada ao tratar da poluição por esgotos domésticos, [na REH Atlântico Sul] tem-se a degradação gerada, principalmente, pela agricultura, indústria e mineração (...) afetando significativamente a qualidade dos recursos hídricos da região. (...) No caso da agricultura, a dificuldade decorre dos diferentes métodos de cultivo empregados, cada um apresentando diferentes potenciais poluidores, ou pelas diferentes práticas sanitárias utilizadas com os rebanhos, com destaque para a suinocultura [MMA, 2006a].

Foi possível confirmar durante nossas saídas a campo que os aspectos acima ressaltados, em relação ao manejo do solo e à prática de atividades potencialmente poluidoras, ainda representam um grande desafio à gestão do território do município de Santa Rosa de Lima,

assim como do território das Encostas da Serra Geral. Estes conflitos de uso do espaço parecem ser muito comuns às zonas rurais. No caso do município de estudo, ressaltamos o conflito entre os produtores orgânicos e convencionais, principalmente em relação à possibilidade de contaminação de lavouras ou de fontes de água pelo uso de agrotóxicos.

Estes desafios ganham uma dimensão maior quando refletimos que o território faz parte de importantes bacias hidrográficas, que muitas cidades se abastecerão com a água dos rios que ali nascem, e que ele está situado em áreas de extrema importância para a conservação da biodiversidade (item 2). Por isso, as formas predatórias de manejo do solo e das florestas no município terão um impacto mais amplo do que o comprometimento direto das atividades agrícolas sustentáveis e de agroturismo:

“Deposítórios principais da biodiversidade, de um rico patrimônio paisagístico e de formas de vidas crescentemente valorizadas nos dias de hoje, os espaços rurais ganham dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento. Deve ser encarado como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vão sair produtos agropecuários. Vão surgindo novas formas de relação entre o homem e o território, em que as necessidades da produção agrícola são apenas um componente (...) na utilização do espaço. Dentro dessa ótica, o desenvolvimento rural dentro de uma bacia hidrográfica deve ser um conceito espacial e multissetorial e a agricultura, como parte dele. A unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas economias regionais” [Santana, 2003. P.38].

Desta forma, neste item vale a pena apontar para a idéia de “pagamento por serviços ecossistêmicos” (PSE)³⁴, prestados pelos agricultores ao preservarem os recursos naturais. Ressalte-se, de passagem, que Santa Catarina ainda não possui legislação específica para o ICMS Ecológico³⁵. As condições restritivas impostas às práticas agrícolas nesta paisagem cultural representam um grande desafio para que os produtores consigam conciliar a geração de renda com o indispensável cumprimento da legislação ambiental. Desta forma, o sistema de PSE representaria uma compensação importante e poderia incluir propostas de criação de Unidades de Conservação (UC) e estar ligada com a consolidação de uma Paisagem Cultural Brasileira (ao buscar a gestão participativa do território e a preservação patrimonial - cultural e natural).

³⁴ Os serviços ecossistêmicos são definidos segundo Caixeta (2009) como “os benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos ecossistemas (...)”, como a “provisão de alimentos, fibras e energia; a manutenção dos recursos genéticos para o desenvolvimento de produtos industriais, farmacológicos e agrícolas; a possibilidade de estudos científicos; a provisão de madeira e minerais; a estabilização do clima; o controle de pestes e doenças; a purificação do ar e da água; a regulação do fluxo e qualidade dos recursos hídricos; o controle da sedimentação; a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes; a decomposição dos rejeitos orgânicos; os benefícios estéticos e culturais e as possibilidades de lazer” (Geluda, 2005). Um sistema de pagamentos por estes serviços ecossistêmicos (PSE) é estabelecido entre os beneficiários (demandantes) e fornecedores (proprietários ou gestores) destes serviços em determinada área (Geluda, 2005).

³⁵ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico pode ser definido como o “critério ou conjunto de critérios ambientais, utilizados para a determinação do quanto cada município vai receber na repartição dos recursos financeiros, arrecadados com o ICMS”. O ICMS Ecológico “pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade” por recompensar um município pela existência ou pelo incentivo na criação de Áreas Protegidas (APA's), já que este instrumento “considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação em seus territórios”. Ainda assim, “o critério ambiental refletido no ICMS Ecológico é mais amplo” e inclui também “outros fatores, como a gestão de resíduos sólidos, o tratamento de esgoto e outros determinados de acordo com cada lei estadual” (TNC, 2011).

Outro conflito atual de uso do território é a possível instalação de um empreendimento para extração de fosfato, a ser localizado no município de Anitápolis – limítrofe com Santa Rosa de Lima. Boa parte da população vê tal instalação como ameaça, principalmente aos recursos hídricos da região e a sua beleza cênica, que são “vitais para o agroturismo e a agricultura orgânica” (Scheidt, 2009). Além deste empreendimento, destacamos o conflito existente acerca da implantação de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em Santa Rosa de Lima: “PCH Santa Rosa de Lima; PCH Nova Fátima; e PCH Barra do Rio Chapéu, esta na divisa com Rio Fortuna, ocupando também área desse município” (EPAGRI, s.d. c). É ressaltado o fato que as análises – tanto ambiental, quanto de conflitos de uso – foram feitas “individual e isoladamente” (EPAGRI, s.d. c) por PCH, sem uma visão global da influência deste conjunto no município e no território.

- verbas oriundas de projetos para o desenvolvimento da região

Cabral (2004) apontou, há oito anos, que o término dos projetos e da injeção de recursos externos no território tinha gerado dificuldades e problemas que assumiam um peso cada vez maior. Pelas entrevistas com alguns técnicos da Agreco e da Acolhida, percebemos que este problema persiste. Ele tem impacto, sobretudo, sobre a equipe técnica que, com a descontinuidade dos projetos, pode ficar meses sem remuneração. Poucos profissionais conseguem ou podem continuar trabalhando nestas condições. A baixa relação número de técnicos-número de famílias associadas gera transtornos ao processo de transição orgânica para a inclusão de novas famílias e pode resultar em perda de credibilidade da proposta e em menor qualidade da produção por desinformação ou dificuldades pontuais enfrentadas pelos agricultores.

- Desafios à continuidade da atividade agroturística

Os principais desafios apontados por Medeiros e Bioni (2010), através da realização de entrevistas com membros das famílias que participam do programa de agroturismo foram os seguintes:

- 1) *A quebra de hábitos e de ritmos típicos da ruralidade. O trabalho concentrado nos finais de semana quebra a possibilidade de participar das atividades que ajudam a manter as relações de interconhecimento típicas dessas “comunidades” (festas de localidades, missas etc.)”.*
- 2) *Jovens não tem o o know how (ou saber-fazer) dos seus pais no que diz respeito às atividades agrícolas. E, aparentemente, não estão dispostos a adquiri-lo porque o associam a trabalho árduo, pouco valorizado socialmente e de baixo retorno financeiro”. Além deste aspecto possivelmente afetar a continuidade da prática do agroturismo nos moldes atuais (uma vez que parte-se do princípio que o turismo*

não é a atividade principal da propriedade, e sim, a agricultura), ele figura como um desafio também à preservação do patrimônio cultural representado pelas práticas agrícolas e costumes tradicionais.

3) A proposta se restringe às famílias que tem vocação para o agroturismo – não consegue abranger todas as famílias que trabalham nos moldes da associação, com manejo orgânico. Necessária abertura, disponibilidade (tempo/vontade/espço) pelos agricultores.

Além disto, consideramos que todas as práticas que prejudiquem a biodiversidade e beleza cênica da paisagem, como o reflorestamento com espécies exóticas em extensas áreas (Muller 2001), a construção de empreendimentos de exploração de minérios (Scheidt, 2009) e de recursos hídricos, bem como a falta de condições adequadas de saneamento (SIAB, 2011) são desafios à prática das atividades de agroturismo.

Ainda neste sentido, durante a pesquisa sobre a região, percebemos que nas informações turísticas sobre a região Sul do estado e nos outros circuitos que a incluem, a região das Encostas da Serra Geral é muito pouco mencionada. Ou seja, apesar das belas paisagens, do agroturismo e da agricultura de base ecológica, ela ainda não está presente como um roteiro turístico regional/ institucional. Tal reconhecimento é necessário, tendo em vista sua importância cultural e natural.

- dificuldade de regularização da produção artesanal de agroalimentícios

Em nossas saídas de campo, foi possível perceber que alguns produtores têm interesse em manter o processamento de alimentos de forma tradicional - como, por exemplo, a produção de farinha em engenho histórico, com atafona de moagem de milho/trigo movida por roda d'água e por tração animal. Há, contudo, dificuldades para a adequação dessas estruturas às normas sanitárias hoje previstas em lei. Esse fato põe em risco a expressão do patrimônio cultural, já que a prática das atividades é necessária para a perpetuação da tradição – senão vira apenas uma “peça de museu”. A idéia é que as práticas continuem para dar um significado aos bens materiais.

Outros desafios/ tendências do município de Santa Rosa de Lima podem ser encontradas no anexo 8, no diagnóstico participativo feito com a comunidade por ocasião do Plano Municipal de Agricultura (SRL, 2008)

3.2 Atores sugeridos para compor o pacto de gestão

É importante destacar que além das iniciativas descritas neste trabalho (item 2.2.4), em 2008 teve início o processo participativo de construção do Plano Municipal da Agricultura 2009-2018, por iniciativa da Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente de Santa Rosa de Lima. Desta forma, os atores aqui identificados como possíveis pactuantes, além de demonstrarem grau significativo de envolvimento nas iniciativas de desenvolvimento “endógeno e sustentável” descritas neste trabalho, têm participado e apoiado o referido Plano.

[O Plano Municipal de Agricultura teve] (...) apoio amplo e irrestrito dos Poderes Públicos, seja do Executivo (Prefeitura), seja do Legislativo (Câmara de Vereadores). Da mesma forma, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), a Cooperativa de Crédito Cresol, o Clube de Diretores Lojistas (CDL), o Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral e o Escritório Municipal da EPAGRI apostaram neste jeito colaborativo de pensar o futuro de nossa agricultura e das nossas comunidades rurais. Ao final e sempre por unanimidade, ela [a Conferência do Plano Municipal de Agricultura] definiu as propostas prioritárias que representam diretamente os anseios de quem vive da agricultura e de quem mantém vivo o meio rural [SRL, 2008].

Os atores sugeridos abaixo também foram selecionados por demonstrar algum potencial para a participação nas linhas de ação descritas anteriormente (item 3.2).

- **Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia** – Indicada porque desempenha importante papel no desenvolvimento territorial: pela iniciativa da proposta agroturística nas Encostas da Serra Geral (item 2.2.4), promoção das tradições culturais e dos recursos naturais da região, além da capacitação e envolvimento dos agricultores para estas finalidades.

- **Associação de Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO)** – Indicada porque também desempenha papel fundamental como articulador do desenvolvimento territorial das Encostas da Serra Geral: introduziu a proposta da agricultura de base ecológica no território (item 2.2.4) iniciada em Santa Rosa de Lima.

- **Associação dos Municípios (AMUREL) e Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) de Braço do Norte** – Indicadas porque realizam a articulação regional e poderão ter papel relevante para a continuidade da proposta em longo prazo.

- **Clube dos Diretores Lojistas (CDL) de Santa Rosa de Lima** – Indicado por sua participação no Plano Municipal de Agricultura e por manifestar disponibilidade de associar-se a iniciativas que dinamizem a economia e o comércio local. Isso inclui não apenas o turismo, mas outras atividades que façam o dinheiro girar localmente.

- Conselho do Plano Municipal de Agricultura (**COMPLAMA**) – É composto uma cinquentena de delegados escolhidos pelas comunidades que participaram da elaboração do Plano Municipal além deste conselho. O Conplama tem como principal motivação “*melhorar a economia e a qualidade de vida no município*” (SRL, 2008). A indicação do Complama se dá por suas importantes representatividade e ligação com as comunidades, o que favorecerá a perspectiva de trabalhar também participativamente a proposta da Paisagem Cultural.

- **Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Santa Rosa de Lima** – Pela necessidade de sua participação estratégica no desenvolvimento do turismo rural³⁶. Sua indicação se dá pelas atividades por ele já propostas para a valorização dos recursos naturais e culturais e para a melhoria do serviço do agroturismo do município³⁷.

- **Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária Santa Rosa de Lima (CRESOL-SRL)** – Esta instituição é considerada um instrumento eficaz na captação, gestão e aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável (local) da agricultura na região. Sua indicação se deve à contribuição que ela dá e poderá dar – através de recursos financeiros e humanos – às iniciativas de produção orgânica, de agroturismo e de preservação do patrimônio. Em 2010, a CRESOL SRL criou o Fundo de Fomento e Apoio à Agroecologia (Schmidt, 2010).

- **Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima** – Indicado porque se considera adequado não prescindir do poder público municipal, em um pacto para gestão de um território que em uma instância é de competência da municipalidade (Weissheimer, 2011). Além disso, a prefeitura vem fornecendo apoio a iniciativas sustentáveis e à recuperação e valorização do patrimônio cultural de Santa Rosa de Lima, inclusive junto ao IPHAM. A continuidade deste

³⁶ De acordo com Gelbcke (2006), os conselhos de turismo devem ser um dos articuladores (entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada) para que as diretrizes propostas pelo Ministério do Turismo (MTUR) para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil sejam atingidas (como por exemplo, o ordenamento do segmento do Turismo Rural; promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais, viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade; incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; estimular o envolvimento de comunidades locais etc.).

³⁷ Como uma das ações do COMTUR realizadas com a população, podemos citar a promoção do Concurso de desenho e slogan para o município, feito com o objetivo de “*estimular crianças, jovens e educadores para refletirem sobre o potencial turístico do município, da sua relação com o meio ambiente, na qualidade de vida e no valor de nossas águas*”. O conselho busca ainda a melhoria das condições ao agroturismo como “*o Centro de Atendimento ao Turista, Portal Turístico, sinalização, paisagismo, entre outras melhorias de infraestrutura*” (SRL, 2009).

tipo de auxílio é indispensável à manutenção das características da Paisagem Cultural proposta.

- **Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente de Santa Rosa de Lima – Indicada porque foi** iniciativa desta secretaria o processo participativo de construção do Plano Municipal de Agricultura 2009 - 2018 de SRL. Sua participação é, assim, essencial na execução das ações de médio prazo do pacto de gestão.

- **Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF-SRL)** – Indicado porque é organização sindical recente no município, conta com uma participação mais efetiva de jovens e mulheres, e comporta um leque de lideranças municipais de diversos partidos políticos. Sua principal linha de atuação é a inclusão e a equidade social por iniciativas produtivas sustentáveis.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (STTR-SRL) – Indicado por sua representatividade e pelo “trânsito” entre os pequenos produtores convencionais, devendo desempenhar um importante papel de informação e de negociação sobre a proposta de Paisagem Cultural.

- **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) – Escritório municipal de Santa Rosa de Lima** – Indicada porque sua atuação é essencial, já que as peculiaridades da Paisagem Cultural proposta estão essencialmente relacionadas com atividades e técnicas agropecuárias e, como foi visto, essas têm impacto sobre a paisagem e sobre as tradições culturais dos produtores familiares.

Possíveis apoiadores:

Sugerimos como possíveis apoiadores do pacto, alguns atores que não necessariamente se responsabilizariam pela execução das medidas estabelecidas para a gestão da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral, mas que poderiam contribuir com elas, através de auxílio técnico ou disponibilização de recursos humanos ou financeiros.

- **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e Fórum Municipal da Juventude de Santa Rosa de Lima**³⁸ - Julgamos que a participação direta e efetiva dos jovens será um ponto essencial à execução e inovação das ações de gestão da paisagem

³⁸ “Firmado em julho de 2006 através de convênio bienal entre o CEDEJOR, o Instituto Souza Cruz e o SEBRAE-SC, o PJRM foi implementado conjuntamente com vistas à construção de alternativas territoriais de intervenção na realidade. Além do coordenador do PJRM, os atores diretamente envolvidos são jovens provenientes da formação em alternância (ciclo de 22 semanas presenciais) propiciada pelo CEDEJOR - organização da sociedade civil de interesse público que faz parte de um rol de organizações educativas do campo” (Soares, 2009).

de curto, médio e de longo prazos (em especial deste último). O Cedejor é, assim, indicado como um apoiador desta proposta por sua atuação direta com os jovens do município.

- **Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial das Encostas da Serra Geral** Nasceu da idéia de recuperar um patrimônio arquitetônico do município e suas atividades também estão voltadas “à promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e cultural e preservação do meio ambiente” (Gelbcke, 2006). Sugerimos que as discussões em torno da proposta de Paisagem Cultural sejam feitas em sua sede – cuja edificação faz parte do patrimônio histórico de Santa Rosa de Lima e abriga o Museu Histórico do município – a fim de que seja promovido o resgate e valorização da cultura local como também das iniciativas de desenvolvimento territorial (agroecologia e agroturismo).

- **Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA)** – Indicada em função do seu projeto de implantação do Corredor Ecológico Caminho das Águas, que inclui o município de Santa Rosa de Lima. Além disso, a FATMA pode orientar debates e iniciativas relacionadas à implantação de Unidades de Conservação.

- **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)** – O SEBRAE é considerado um parceiro histórico do desenvolvimento sustentável em Santa Rosa de Lima, desde o projeto “Vida Rural Sustentável”. Sua ações nas Encostas da Serra Geral visaram à viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares; a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e a sua permanência no meio rural; e a produção e oferta de produtos saudáveis aos consumidores. Esses objetivos estão em alta sintonia com aqueles da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral e Sebrae poderá aportar sua expertise, além de viabilizar recursos financeiros e humanos.

3.3 A formação de um pacto de gestão

Estabelecendo metas e parceiros...

(...) mais importante que uma prefeitura, um órgão regulador ou outra entidade externa, é a participação e o desejo do grupo social envolvido em obter reconhecimento e lutar pela preservação de seu modo de vida e de seu território que constitui o fator determinante e condição *sine qua non* para a proposição da chancela [Weissheimer, 2011. p.8].

A ação preliminar para que a presente proposta de Paisagem Cultural Brasileira “se torne realidade” será a sensibilização da Coordenação de Paisagem Cultural do IPHAN sobre a

pertinência da proposta. Uma vez que seja indicada a existência de um potencial real de chancelamento de Santa Rosa de Lima, algumas etapas precisarão ser realizadas para dar continuidade ao processo. A primeira destas etapas será a formação e consolidação de um pacto de gestão, que como vimos anteriormente, é um passo essencial para que seja possível o início de um processo de reconhecimento da Paisagem Cultural pelo IPHAN. Nestes dois casos, apostamos que este TCC possa fazer às vezes de documento que instigue técnicos do IPHAN e lideranças locais a pensar que essa proposta pode gerar uma parceria em que todos são ganhadores, o maior deles a sociedade.

Na ponta da sensibilização dos atores sociais locais, será preciso fazer uma formação sobre a chancela da “Paisagem Cultural Brasileira”, discutindo a importância do pacto de gestão. – Convém ressaltar que em um primeiro momento, esta sensibilização será realizada apenas com representantes das organizações indicadas no item anterior para compor o pacto de gestão. Isso é para evitar a criação de uma falsa expectativa e a distorção de informações na comunidade como um todo. Percebida a motivação e o envolvimento dos membros potenciais do pacto de gestão em relação a proposta de Paisagem Cultural, a segunda etapa será a formação e consolidação do grupo gestor, feita através da articulação entre seus membros e de seu comprometimento com a gestão desta paisagem cultural. A terceira etapa será relativa à elaboração de um planejamento de curto, médio e longo prazos que considere o caráter dinâmico da paisagem, o desenvolvimento territorial e a valorização das peculiaridades da Paisagem Cultural proposta. Uma vez estabelecidos os parceiros e ações a serem executadas, consideramos que seja possível a realização da quarta etapa: de elaboração de uma proposta final (documento), a ser apresentada ao Conselho Consultivo do IPHAN para avaliação e parecer final. Destaque-se que as ações seguintes, que ocorrerão somente no caso de um parecer positivo, serão feitas juntamente com os técnicos do IPHAN. Neste sentido, sugerimos de forma preliminar, alguns aspectos a serem abordados nas ações de sensibilização da população que será beneficiada com a chancela a fim de sua participação, troca de conhecimentos e maior educação patrimonial³⁹.

Para a execução destas etapas de encaminhamento da proposta da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral, propomos, em linhas gerais:

1) Sensibilização dos atores sugeridos para composição do Pacto de Gestão

Como a intenção é de que, em um primeiro momento, seja feita a sensibilização apenas dos atores indicados como parceiros potenciais na execução e planejamento de ações, bem

³⁹ Como Educação Patrimonial entende-se “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (Grunberg, 2007).

como na gestão da Paisagem Cultural proposta, sugerimos a realização de reuniões de formação. Inicialmente, elas poderão ser feitas com a participação das entidades mais atuantes e que já se sentem mais concernidas pelo tipo de proposta (por exemplo, Agreco, Acolhida, Conplama, Prefeitura, Cresol). Essas “oficinas” abordariam os seguintes aspectos e/ou etapas:

- troca de conhecimentos sobre a importância: da escala de paisagem nos trabalhos de gestão territorial (importância tanto das propriedades rurais na gestão da paisagem quanto dos instrumentos oficiais ou institucionais de proteção da paisagem); da identidade cultural da população local e da preservação de seus recursos patrimoniais (culturais e naturais);
- apresentação da Portaria no 127/09 do IPHAN, bem como deste estudo preliminar sobre as potencialidades das Encostas da Serra Geral e proposição para que seja requerida a chancela da Paisagem Cultural Brasileira (ou seja, a apresentação das linhas gerais deste documento);
- discussão sobre as consequências, benefícios e limites da chancela da Paisagem Cultural;
- aplicação de dinâmicas de grupo que facilitem a percepção do interesse, do grau de compreensão e da disponibilidade de participação dos atores nas oficinas. Essa etapa é fundamental para avaliar a possibilidade da continuação do processo.

Após a fase de sensibilização e partindo-se do princípio de que haverá interesse no estabelecimento do pacto de gestão da paisagem cultural, deverá ser iniciado o processo de construção coletiva do planejamento, visando atingir este objetivo.

2) Definição do grupo de gestão

Os membros do grupo de gestão serão definidos pelo interesse e engajamento com as ações necessárias à chancela, evidenciado nas reuniões prévias de sensibilização.

3) Plano de Gestão e estabelecimento do Pacto de Gestão

O pacto convencionado para a proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrada de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN” [Art. 5º da Portaria IPHAN 127/09].

Nesta etapa será acordado, entre os membros do pacto de gestão, um planejamento a curto, médio e longo prazos visando a “gestão compartilhada da porção do território” (Brasil, 2009) a ser chancelada como Paisagem Cultural Brasileira. As ações a serem estabelecidas neste Plano de Gestão devem considerar “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana”, “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis”, além de valorizar a “motivação responsável pela preservação do patrimônio” (Weissheimer, 2011). Desta forma, a preservação dos “atributos e qualidades que particularizam” a porção escolhida do território das Encostas da Serra Geral é aspecto primordial nas ações a serem acordadas entre os membros do pacto de gestão. Sugerimos que sejam feitas para o planejamento do pacto de gestão:

- Reuniões para a discussão e validação deste estudo preliminar: da delimitação feita da porção do território a ser proposta como Paisagem Cultural Brasileira, do levantamento que foi feito de suas peculiaridades, bem como das sugestões de linhas de ação propostas. Recomendamos, portanto, que sejam estabelecidas, junto aos membros do pacto de gestão, as ações necessárias para o Plano de Gestão. Nestes encontros devem ser definidas as atribuições de cada um dos membros envolvidos no pacto – ou seja: que pactuante será responsável por qual ação.

4) Constituição do dossiê final e seu encaminhamento ao órgão avaliador

Considerando que o pacto de gestão será estabelecido e acompanhado por um Plano de Gestão, será possível a elaboração e encaminhamento da versão final da proposta de Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral ao corpo técnico do IPHAN. Destaque-se que “qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira” [Art. 6º da Portaria IPHAN 127/09].

Como cada membro do pacto de gestão possuirá atribuições claras, deve ser definido qual será o responsável pela elaboração da versão final da proposta, que será construída na medida em que ocorrem as reuniões de sensibilização e de estabelecimento do pacto. Esta proposta final deve ser entregue ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que realizará sua avaliação e julgamento e, em consequência, emitirá um parecer final sobre sua aprovação ou não (Weissheimer, 2011).

O processo administrativo será instaurado se o requerimento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira às Encostas da Serra Geral for considerado pertinente, sendo o

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do IPHAN o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo (Brasil, 2009). Após a instrução do processo administrativo, este será submetido para análise jurídica seguida de expedição de edital de notificação da chancela, publicação no Diário Oficial da União (DOU), abertura para manifestações, eventuais contestações e análise das mesmas. Desta forma, o processo será remetido para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - para decisão e possível aprovação da chancela, seguida de publicação no DOU (Brasil, 2009).

Lembramos que, conforme foi sugerido na delimitação da porção do território “escopo” da chancela da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral, nossa indicação é para que, em seguida, seja estimulada a aplicação destes instrumentos de proteção às localidades lindeiras pertencentes a outros municípios. Pode se buscar seja a possível ampliação do território da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral (uma vez concedida tal chancela), seja a criação de outras Paisagens Culturais na região.

5) Ações de conscientização

Tendo em vista que a valorização do território pela população é indispensável para o estabelecimento da chancela (Weissheimer, 2011) e também visando à manutenção das características peculiares da Paisagem Cultural proposta, sugerimos que, em um segundo momento (após o encaminhamento da proposta ao IPHAN), sejam executadas medidas que preconizem a conscientização da comunidade local em relação à sua importância na construção da paisagem, sua identidade cultural e seus recursos patrimoniais (naturais e culturais). Neste sentido, propomos que seja estabelecido um grupo – formado por pessoas da comunidade e/ou das entidades envolvidas no pacto de gestão - para colaborar como agentes facilitadores e/ou animadores do processo de conscientização da população. Este grupo de agentes deverá participar de oficinas de capacitação animadas por profissionais qualificados, que contarão com o apoio de professores, técnicos do IPHAN etc. Os membros deste grupo poderiam ser divididos entre as localidades do município (mas trabalhando sempre de forma articulada). Sua atuação se iniciaria após um primeiro contato do grupo gestor da paisagem com as famílias do município – aproveitando, por exemplo, assembleias ou plenárias de associações, cooperativas, sindicatos ou conselhos.

As ações de conscientização sugeridas ao grupo de facilitadores se concentrariam basicamente em:

- trocar conhecimentos sobre a importância da paisagem para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e vice-versa; assim como definir o papel das atividades agrícola sobre a formação da paisagem.
- fornecer esclarecimentos sobre a chancela de Paisagem Cultural: o que é, quais as medidas necessárias para receber este título, como isto afeta a vida das pessoas e os benefícios trazidos.
- retomar os trabalhos feitos pela proposta do agroturismo em relação à noção da “propriedade como paisagem” (Cabral, 2004) e ampliar sua abrangência às demais famílias do município, priorizando as propriedades familiares que praticam agricultura de base ecológica e/ou agroturismo e/ou as que possuem recursos patrimoniais relevantes. Como mencionado anteriormente, a propriedade familiar é o bem mais representativo das Paisagens Culturais das áreas rurais que foram colonizadas por imigrantes europeus (Weisshmer *et al*, 2008). Além disso, a escala da propriedade pode ser adotada na gestão das paisagens rurais (Van Ruyskensveld, 2009). Considera-se que uma vez que os agricultores percebam a importância da integração de sua propriedade em objetivos maiores, através da escala de paisagem, será possível negociar certos conflitos de uso da terra entre os produtores, melhorar condições para as práticas de base ecológica, além de tornar o território mais atrativo às atividades turísticas.
- promover a conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural, ressaltando a importância da preservação dos bens culturais, da continuidade das práticas tradicionais e demais expressões culturais, além do fortalecimento da identidade cultural local. Para esta finalidade sugerimos a utilização do manual de Educação Patrimonial elaborado por Grunberg (2007).

É importante que, durante os encontros com a comunidade envolvida, seja percebido o grau de interesse e comprometimento da população local em receber e manter a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, além de acatar possíveis sugestões dos agricultores para a melhoria da paisagem na qual estão inseridos.

Mesmo no caso (não desejado) de um parecer negativo à proposta de chancela pelo IPHAN, ressaltamos a importância da utilização de metodologias que utilizem a escala de paisagem nos trabalhos de gestão do território rural pelos técnicos de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) nas Encostas da Serra Geral.

3.4 Plano de ação preliminar

A pesquisa bibliográfica realizada sobre as características peculiares da paisagem cultural das Encostas da Serra Geral, complementada com observações feitas em saídas de campo, nos permitiu elaborar algumas recomendações de linhas de ação. Acreditamos que elas mereçam ser consideradas pelos membros do pacto de gestão quando realizarem o planejamento das medidas a serem adotadas a curto, médio e longo prazos e voltadas à preservação da paisagem cultural proposta. No mínimo, esta proposta preliminar poderá trazer, ao pacto de gestão, esclarecimentos ou reflexões em relação à continuidade deste trabalho.

O pacto (...) [deve] considerar o 'caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica', buscando a convivência harmoniosa com 'as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis' e valorizando a 'motivação responsável pela preservação do patrimônio' [Weissheimer, 2011. p. 4].

Com base no exposto e na necessidade de preservação das características peculiares desta paisagem cultural, as medidas sugeridas estão relacionadas especialmente à continuidade das atividades inovadoras executadas pelas famílias do município – com destaque às práticas de agricultura de base ecológica e do agroturismo e à preservação de seu patrimônio cultural e natural.

- **Fornecer condições aos jovens rurais** para expressarem seu potencial. A continuidade do processo de transmissão do conhecimento aos mais jovens é fundamental para a preservação das tradições coloniais e técnicas agrícolas de base ecológica. Recomendamos linhas de ação que valorizem a presença das famílias inteiras no meio rural. *Possíveis parceiros: Cedejor, Acolhida, Prefeitura, Agreco.*

- **Melhoria das infra-estruturas do município**, especialmente quanto às condições de acesso, para possibilitar a expansão da atividade turística e para facilitar o escoamento da produção agrícola. *Possíveis parceiros: Prefeitura (buscar auxílio junto aos Governos do Estado e Federal).*

- **Estimular práticas agrícolas de base ecológica** com os objetivos de minimizar os efeitos da atividade agrícola sobre os recursos naturais; fornecer subsídios e promover condições para a continuidade do processo que vem ocorrendo através da Agreco, da rede de

agroindústrias e da Acolhida na Colônia; preservar a biodiversidade e a beleza cênica do local; promover condições para que as técnicas tradicionais sejam expressas. Como exemplos de práticas potenciais estão o plantio direto sem herbicidas; o pastoreio rotativo; o controle biológico de pragas; o sistema agrosilvipastoril etc. Tendo em vista que

são desafios do poder público, dos sistemas estaduais de recursos hídricos, de um modo geral, dos comitês, dos setores usuários e da sociedade como um todo, atuar de maneira coordenada e segundo diretrizes eficazes de planejamento, buscando atender, em quaisquer intervenções, critérios essenciais de sustentabilidade que visem: (...) incentivar e viabilizar, ainda na agricultura, a adoção em larga escala de práticas sustentáveis (...) [MMA, 2006a];

os atores sugeridos são: agricultores, Agreco, Acolhida na Colônia, Cedejor, Complama, Comtur, Cresol, Prefeitura Municipal SRL, Epagri, SDR Braço do Norte, Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente de SRL; e Sintraf.

- Assistência técnica específica à agricultura de base ecológica, exploração sustentável dos recursos e ao agroturismo. Como se deseja que as atividades desenvolvidas no território (especificidades) se perpetuem, há necessidade de que a assistência técnica seja feita por mais profissionais e que as propostas de trabalho sejam mais duradouras e tenham continuidade. Isto atenuará o grande problema decorrente das frequentes interrupções de trabalhos que resulta da dependência de projetos de captação de recursos com cronogramas curtos para contratação de técnicos. Pensar na possibilidade de contratação direta, no município, de mais profissionais especializados em agricultura orgânica, comercialização e agregação de valor à produção, agroturismo. *Possíveis parceiros: Prefeitura Municipal SRL, Epagri, Cresol.*

- Melhoria da infra-estrutura turística. Ações visando melhorar as condições de acesso (estradas e transportes), de sinalização, de atendimento ao turista (ampliar os horários/dias de funcionamento dos estabelecimentos – Museu, restaurantes, sede dos projetos – especialmente nos finais de semana, quando o turista tem maior disponibilidade para visitação). Da mesma forma, ações visando à continuidade das atividades já promovidas de capacitação dos participantes do programa de agroturismo e, ainda, medidas visando o aumento do fluxo de turistas. *Parceiros sugeridos: Prefeitura Municipal SRL, Acolhida na Colônia, Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente SRL, Comtur, Sebrae.*

- **Realização de inventários do patrimônio cultural** – levantamentos de construções históricas, bens culturais materiais móveis; conhecimentos e modos de fazer das comunidades (artesanato, gastronomia, ofícios e saberes coloniais); manifestações literárias, plásticas, musicais etc.; e demais bens culturais com o fim de promover e proteger o patrimônio cultural. Este pode ser futuramente protegido por meio de inventários, registros, vigilância, tombamentos etc. pelo IPHAN ou ainda, através da “proteção de comidas excepcionais” do Slow Food; ou por outros instrumentos de valorização e proteção.

- **Articulação com o projeto “Roteiros Nacionais de Imigração”** - Após a descrição/estudo sobre a formação da paisagem das Encostas da Serra Geral, percebemos que a nossa proposta de Paisagem Cultural possui similaridades - em relação à influência da colonização européia e dos recursos naturais disponíveis - com a paisagem cultural de certas regiões rurais de Santa Catarina, descrita no projeto do IPHAN “Roteiros Nacionais de Imigração”:

A relação entre uma paisagem natural exuberante, marcada por montanhas, vales e cursos d’água, é complementada com os conjuntos de casas e ranchos das pequenas propriedades rurais, resultando em uma composição única [Weissheimer *et al*, 2008].

Desta forma, sugerimos que seja discutido, entre os membros do pacto de gestão e o IPHAN, a possibilidade de inclusão de algumas paisagens culturais das Encostas da Serra Geral neste projeto.

- **Promover a recuperação de áreas degradadas, o manejo conservacionista do solo, a exploração de recursos florestais não-madeireiros e o reflorestamento com espécies nativas.** Para possibilitar a conservação da biodiversidade, possibilitar o manejo sustentável dos recursos naturais e conciliar as questões estéticas (beleza cênica) da paisagem. Nesta linha de ação é importante considerar a conectividade dos remanescentes florestais e de linhas de vegetação entre as propriedades (que as práticas realizadas nas propriedades rurais sejam planejadas de forma articulada com as das propriedades vizinhas). Sugerimos as seguintes ações:

- cultivos de espécies florestais nativas da Mata Atlântica (ex. plantio de bracatinga, cedro, canafístula etc.), após análise de viabilidade econômica e das espécies mais adequadas à região;

- o cultivo do palmiteiro (*Euterpe edulis*) para produção de açaí, espécie que apresenta um grande potencial na região de estudo, principalmente porque as propriedades possuem

terrenos em graus acidentados de declividade (não propícios a outros cultivos) e por esta espécie ser facilmente encontrada nas áreas do município com matas preservadas. A população já está atenta a este potencial e já existem iniciativas neste sentido. Nas pousadas da Acolhida na Colônia, por exemplo, o suco de açaí faz parte do cardápio oferecido aos visitantes. Vantagens: recurso contínuo – não necessita derrubada de espécies, mantém a mata nativa e biodiversidade a ela associada, auxiliando também a preservação das características da Paisagem Cultural proposta.

- recomposição da mata nativa em áreas degradadas (pelo isolamento da área a fim da regeneração natural) e promoção de práticas conservacionistas de manejo do solo (plantio direto sem herbicidas, rotação de culturas, adubação verde e culturas de cobertura, faixas de bordadura e quebra-ventos, sistemas silvipastoris etc).

Ressaltamos que as ações que visem à preservação dos recursos naturais devem ser preferencialmente acompanhadas de assistência técnica especializada e do pagamento pelos serviços ambientais.

- Integração à proposta de Corredor Ecológico “Caminho das Águas” e criação de Unidades de Conservação (UC).

A sugestão de que o pacto faça o planejamento das ações de gestão da Paisagem Cultural considerando as propostas de criação de áreas de preservação ambiental, como o Corredor Ecológico “Caminho das Águas” será uma medida auxiliar e paralela à conservação em longo prazo dos recursos naturais que compõem a peculiaridade à Paisagem Cultural em questão.

Os atores locais já estão atentos ao potencial que a região exerce como um conector de ilhas de biodiversidade. Um exemplo disso pode ser visto pela expressiva participação no seminário “Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais em Santa Catarina - Reflexões a partir das Encostas da Serra Geral” (realizado em abril de 2010), no qual a discussão de “Um Projeto de Corredor Ecológico das Encostas da Serra Geral” esteve em pauta. Além disso, pode-se perceber nas saídas de campo que há certo interesse de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) por alguns proprietários de terras do município. Este interesse pode ser integrado ao projeto do Corredor Ecológico “Caminho das Águas” proposto pela FATMA. A proposta deste Corredor Ecológico – que ainda aguarda institucionalização por Decreto governamental – estimula a criação de Unidades de Conservação e a recuperação de áreas degradadas, que favoreceriam, dentre outras vantagens, a conectividade da biota e a conservação da biodiversidade catarinense e brasileira.

Os recursos naturais do município de Santa Rosa de Lima e sua localização em uma posição estratégica para a preservação da biodiversidade (item 2.1) conferem, as suas propriedades rurais, um potencial para a criação de UC de Proteção Integral (como Estações Ecológicas e Monumentos Naturais) ou UC de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as RPPNs (BRASIL, 2000). Consideramos estas últimas categorias são as mais indicadas para as propriedade rurais do município, já que muitas famílias dependem de sua exploração econômica. As APAs e RPPNs prevêm um certo grau de ocupação humana em sua área de abrangência e podem ser constituídas por terras privadas. No caso da proposição de uma RPPN⁴⁰, a área em questão deve apresentar critérios ambientais de relevância - como, por exemplo, a presença de florestas primárias ou importantes recursos hídricos – e sua proposição e gestão será de responsabilidade de seu proprietário e não exclusivamente de órgãos públicos. Além da preservação da biodiversidade, os principais benefícios trazidos pela criação destas Unidades, são a possibilidade e estímulo à exploração sustentável dos recursos – como a coleta de Açaí; a valorização dos recursos naturais presentes na propriedade – incentivando o turismo ecológico; e a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Uma das preocupações dos proprietários da região de estudo, que foram percebidas nas conversas realizadas nas saídas de campo, é se, com a criação deste tipo de UC, suas atividades agrícolas seriam restringidas. Na verdade é possível delimitar zonas mais ou menos restritivas dentro da área de abrangência da UC proposta, através da elaboração de um Plano de Manejo. Desta forma, é possível que na mesma RPPN existam áreas para a prática agrícola, zonas de exploração sustentável dos recursos florestais, zonas de visitação - para a prática do turismo sustentável, zonas que necessitam de ações de recuperação ambiental e até zonas restritas apenas à pesquisa etc. (Informação pessoal obtida no curso de Plano de Manejo de Unidades de Conservação – PET/BIO-UFSC – maio/2011).

Possíveis parceiros: Prefeitura Municipal, FATMA, agricultores, proprietários de áreas potenciais no município etc.

- Articular as metas do Plano Municipal de Agricultura com as ações propostas pelo pacto de gestão – Isso ocorrerá no caso de cancelamento da Paisagem Cultural das Encostas da Serra Geral. Essa mesma ligação deverá se dar com o projeto do Corredor Ecológico Caminho das Águas.

⁴⁰Para maiores detalhes sobre a criação de uma RPPN, consultar a instituição à qual deve ser encaminhado o requerimento de criação da reserva, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) (<http://www4.icmbio.gov.br/rppn/>). O ICMBio é uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Este Instituto executa as ações referentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação relativas à gestão e fiscalização das UC's instituídas pela União, além de poder fomentar e executar programas de pesquisa e preservação nas mesmas.

- **Promover o cultivo de espécies tradicionais** – promoção do conhecimento etnobotânico, a fim de estimular e preservar a cultura popular local e a articulação e troca de conhecimento entre os membros da comunidade. As atividades com este fim podem ocorrer nas propriedades rurais (milho crioulo, plantas medicinais) ou em espaços coletivos (hortas comunitárias) e nelas podem ser ministradas oficinas de compostagem e outras para a sensibilização ambiental. Há uma ligação com a linha de trabalho executada atualmente pelo grupo de saúde.

Possíveis parceiros: Prefeitura Municipal (Posto de Saúde/Estratégia Saúde da Família), Acolhida na Colônia, Agreco

- **Identificar fontes de financiamento e formas de obtenção de recursos** - para que seja viabilizada a execução das ações planejadas, como a melhoria serviços turísticos, a melhoria da produção e a valorização patrimônio cultural. Como alguns exemplos, podemos citar: editais dos Ministérios brasileiros, SEBRAE, Fundação Interamericana (IAF); Fundação Grupo Boticário, SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy (especialmente para a criação de UC) etc.

As “linhas de ação” descritas acima – que podem não ser completamente novas, mas devem ser (re)pensadas – apontam caminhos para as ações a serem estabelecidas pelo pacto de gestão visando a manutenção e a valorização das características peculiares da paisagem em questão. Consideramos que o levantamento de todas as ações necessárias ao pacto de gestão deve ser executado de forma participativa. De qualquer forma, julgamos que ele extrapola em muito os limites deste trabalho de conclusão de curso.

À guisa de síntese e de conclusão

Como foi discutido no capítulo 2, consideramos que o território das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina possui argumentos sólidos para seu reconhecimento nacional. Definimos a paisagem cultural das Encostas da Serra Geral como um conjunto de marcas e tradições culturais deixadas pelos imigrantes europeus e pelos habitantes originais em um território com isolamento relativo, relevo acidentado, clima típico de encosta de serra e rico patrimônio natural. Aliado ao saber-fazer deixado pelos imigrantes europeus (dentre os quais se incluem as práticas agrícolas em um ambiente restritivo e a autosuficiência na produção de outros bens) são executadas nesta paisagem, mais recentemente, iniciativas que visam ao seu desenvolvimento territorial sustentável e que possibilitam a continuidade das tradições culturais coloniais, inclusive a prática da agricultura familiar. Dentre estas iniciativas, destaca-se a da agricultura de base ecológica e do agroturismo, que surgiram no município de Santa Rosa de Lima. Este município, além de possuir todas as características representativas do território das Encostas da Serra Geral (patrimônio natural e cultural), funciona como eixo dinâmico destas iniciativas e possui forte articulação dos atores locais (o que facilitaria na gestão da paisagem). Por isso, o território para a nossa proposta de Paisagem Cultural Brasileira coincide com aquele deste município.

Esta paisagem cultural é considerada como uma paisagem de futuro, pois é uma referência de esforços conjuntos de atores locais para realizar atividades que prezam o bem estar dos habitantes, a preservação do meio ambiente e a continuidade das tradições culturais. Estes esforços trazem boas perspectivas também em relação à conciliação da produção agrícola de base ecológica com a viabilidade econômica.

Consideramos, portanto, que a paisagem cultural proposta tem grande potencial para o reconhecimento pelo IPHAN, pois, além de sua excepcionalidade, as iniciativas ali realizadas vão em favor dos princípios que embasam este instrumento: a proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, a valorização da relação harmônica com a natureza, o estímulo da dimensão afetiva com o território e a qualidade de vida da população. Além disto, ao recordar que o principal desafio das paisagens culturais rurais é manter vivas suas tradições culturais, através da revitalização das pequenas propriedades (Weissheimer *et al*, 2008), podemos constatar que diversas iniciativas já tem sido feitas neste sentido no território das Encostas da Serra Geral.

Além da chancela de paisagem Cultural à porção do território proposta, consideramos que possam ser aplicados outros instrumentos visando à proteção do patrimônio cultural dos demais municípios do território. Consideramos que o sucesso desta iniciativa

(reconhecimento como Paisagem Cultural Brasileira) poderá gerar um efeito de espalhamento para outros municípios da região.

Para que um território tenha reconhecimento nacional, é essencial, no entanto, que exista nele interesse e comprometimento dos atores locais em relação à proposta de reconhecimento através da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Se houver interesse da comunidade local, antes da submissão de uma proposta final de Paisagem Cultural Brasileira ao IPHAN (para a qual este estudo e proposição podem ser uma base), é necessária formação prévia de um pacto de gestão da paisagem. Este pacto seria formado por um grupo de atores locais que, juntamente com o poder público, planejariam ações de gestão do território a fim de promover e preservar as especificidades da paisagem cultural em questão e se responsabilizariam pelo cumprimento das mesmas. Assim, propusemos um pacto de gestão, bem como algumas linhas de ação para ele. Para isto, foi necessário levarmos em consideração os principais desafios que afetam a continuidade das tradições culturais do local, bem como a prática do agroturismo e da agroecologia.

Desta forma, os principais fatores foram relacionados às condições de infra-estrutura proporcionadas às famílias do local, à necessidade da adoção de técnicas agrícolas menos impactantes à paisagem e demais recursos naturais, e conflitos de uso do território. Estes conflitos assumem hoje uma esfera regional e vão além dos existentes entre agricultores convencionais e orgânicos. Entre eles está a instalação de empreendimentos voltados ao aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica e/ou de exploração de recursos minerais. Atualmente, existe uma necessidade de amenizar o impacto destes empreendimentos e de integrá-los à paisagem e às atividades inovadoras desenvolvidas pela população – que estão intimamente ligadas a esta paisagem. Acreditamos que todas as práticas que prejudiquem a biodiversidade, os recursos hídricos e a beleza cênica desta paisagem cultural representam barreiras à prática das atividades de agroturismo e da agricultura orgânica. Estas barreiras afetam, portanto, a continuidade das características peculiares desta paisagem cultural e devem ser consideradas na elaboração de um planejamento de ações a serem tomadas a curto, médio e longo prazos pelo pacto de gestão.

Consideramos que as linhas de ação propostas neste trabalho podem fornecer caminhos em relação à continuidade dele, no possível estabelecimento de um pacto de gestão desta Paisagem Cultural e no planejamento das ações a serem definidas posteriormente. Consideramos que o levantamento de todas as ações necessárias ao pacto de gestão deve ser executado de forma participativa e que, por isso, extrapola os limites desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Ressaltamos que na porção do território escolhida para ser o escopo desta chancela – o município de Santa Rosa de Lima - existe uma boa articulação local, entre diversas entidades que buscam o desenvolvimento territorial sustentável das Encostas da Serra Geral. Desta forma, pensamos que o grupo formado por estas entidades tem potencial para ser a base de um futuro pacto de gestão, e possibilitar assim a aplicação das medidas necessárias à gestão da paisagem cultural proposta. Acreditamos que muitas das medidas propostas têm sido buscadas por estas entidades (já estão em desenvolvimento ou em vias de), e que, assim, sua continuação seria estimulada através da formação do pacto de gestão da paisagem e do possível reconhecimento das Encostas da Serra Geral como uma Paisagem Cultural Brasileira. Além disso, este instrumento de preservação do patrimônio cultural auxiliaria nas discussões sobre os conflitos de uso do território, ao possibilitar um espaço em que isto ocorra e ao dar subsídios e reforçar a importância de que sejam preservados os recursos culturais e naturais do território – que sustentam as atividades peculiares ali realizadas.

Ao elaborar este trabalho, consideramos que o reconhecimento nacional da paisagem da Encostas da Serra Geral através da chancela de Paisagem Cultural poderá contribuir e valorizar as iniciativas de desenvolvimento sustentável deste território. Acreditamos ainda que o estudo preliminar sobre as Encostas da Serra Geral possa trazer subsídios à comunidade, para ressaltar a importância de seu território em esfera local/ regional/ nacional, especialmente na ocasião de *espaços de discussão* visando à gestão participativa de conflitos de uso do território. Convém destacar que os instrumentos de preservação do patrimônio cultural já são realidade em Santa Catarina e têm sido utilizados para o ordenamento territorial: na região da Coxilha Rica (Lages), estão sendo feitos pelo IPHAN diversos levantamentos dos bens culturais da região: bens culturais materiais, artesanato, pratos típicos, técnicas tradicionais etc. Entretanto, o patrimônio cultural desta região também está ameaçado pelos conflitos de uso do território, especialmente devido à implantação de PCH, sem conectividade entre seus projetos e com a paisagem cultural local. Assim, através de uma demanda do IPHAN, a Eletrosul realizou um estudo sobre o impacto das estruturas de transmissão de energia na região de Lages, em especial na Coxilha Rica, a fim de que sejam preservados os remanescentes do Caminho das Tropas. Esta ação possibilitou a articulação entre diferentes esferas do poder público (FATMA, Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual) e da sociedade local, e está sendo negociado o licenciamento de tais empreendimentos, que serão liberados apenas se o patrimônio histórico for preservado e valorizado. Além disso, foi possibilitada a discussão sobre o plantio de espécies exóticas nesta região de campos, o que certamente traria impactos negativos a sua paisagem cultural e ao bioma no qual está inserida. Este caso é

um exemplo da importância que os instrumentos de preservação do patrimônio cultural podem ter na gestão do território e, desta forma, é um argumento positivo na motivação dos atores das Encostas da Serra Geral para o reconhecimento de sua paisagem cultural pelo IPHAN.

Considerações finais

A elaboração deste trabalho de conclusão de curso teve significado especial em minha formação. Além de ser uma tentativa de dar um retorno aos professores e à sociedade pelo investimento em minha formação, esta foi uma ocasião em que pude relacionar as áreas com as quais tive mais afinidade durante o curso de Agronomia na UFSC e nos intercâmbios estudantis realizados e que desejava nelas me aprofundar.

Sua execução foi muito prazerosa, mas também, muito desafiadora. Primeiro porque no curso de Agronomia as minhas experiências se concentraram principalmente no manejo dos recursos naturais em condições de laboratório ou de unidades experimentais. Esta foi a primeira ocasião em que me concentrei (ou tive o primeiro contato mais profundo) em temas que abordam o aspecto social. Depois, porque a abordagem da paisagem durante o período da graduação foi apresentada somente por ocasião de um intercâmbio na França e, assim, eu possuía um conhecimento apenas inicial sobre o assunto. Ao iniciar a pesquisa, percebi que havia vários conceitos sobre a paisagem e que a abordagem de paisagem cultural na gestão do território e na preservação de seu patrimônio cultural é um tema novo também para o Brasil. Isto trouxe dois desafios principais: a definição de qual abordagem de paisagem utilizar e a definição de um método para o trabalho. Outro grande desafio foi perceber que ao propor a descrição e o plano de gestão da paisagem, eu necessitaria de conhecimentos de diversas áreas – das quais pude ter apenas uma noção. Por fim, para a proposição de ações a serem tomadas e dos atores a serem indicados para o grupo de gestão, percebi a necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre a região de estudo e que estas ações deveriam ser construídas em conjunto com tais atores – o que significaria certamente, um trabalho maior e mais longo do que um TCC. Durante toda a elaboração deste trabalho, uma coisa muito difícil de fazer foi *manter o foco*. De um lado, a área exigia multidisciplinaridade. De outro, havia meu interesse em aprofundar conhecimentos em tudo. Desafiador, também, foi explicar a meus colegas o tema do meu trabalho e tentar convencê-los que não era relativo ao desenho de parques e jardins.

Durante este TCC percebi que nas ações de preservação do patrimônio cultural das comunidades rurais também se faz necessária a presença de um profissional capaz de propor métodos e ações que conciliem a continuidade da expressão cultural de um povo, técnicas agrícolas menos impactantes ao meio ambiente e às características paisagísticas. Assim, compreendi que as atividades realizadas nas propriedades rurais não deveriam ser planejadas isoladamente e sim de forma a considerar uma dimensão maior, por fazer parte de uma paisagem cultural, território ou zonas de conservação. Este fator dá relevância à forma com que as atividades são realizadas nas propriedades e mostra um grande desafio

aos profissionais que trabalham nesta área. Considero, em consequência, que são necessários profissionais que compreendam que as pessoas estão essencialmente integradas ao meio ambiente e que tenham uma formação multidisciplinar, possibilitando assim uma visão holística da realidade e capacidade de trabalho em equipe.

Desta forma, gostaria de sugerir que nos curso de graduação em Agronomia a abordagem da paisagem fosse utilizada, seja como “ecologia da paisagem”, seja como “paisagem cultural”. Creio que as duas dão relevância ao enfoque que muitos professores têm dado em suas disciplinas, relativos à agroecologia, à preservação dos recursos naturais, ao desenvolvimento territorial sustentável e muitos outros. Além disso, por seu caráter multidisciplinar, o trabalho utilizando a escala de paisagem auxiliaria na conexão de tais conhecimentos e ajudaria, ainda, na capacitação para trabalhos de sensibilização dos agricultores familiares quanto à adoção de técnicas menos impactantes ao meio ambiente e a valorização de sua tradição cultural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: VIEIRA, P.F. CAZELLA, A. CERDAN, C. CARRIÈRE J.P. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010. 488p.

Acolhida na Colônia. **Acolhida Recomenda em Santa Rosa de Lima**. Disponível em: <<http://www.acolhida.com.br/destinos/santa-rosa/acolhida-recomenda.html>>. Acesso em jun. 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998. 110p.

AMESG. Associação dos Municípios das Encostas da Serra Geral. Disponível em: <<http://www.orleans.sc.gov.br/noticias/266-amesg-associacao-dos-municipios-das-encostas-da-serra-geral>>. Acesso em set. 2010.

BASTEZINI, D. A. GELBCKE, D. L. GUZZATTI, T. **Culinária Colonial de Santa Catarina**. (Livro de receitas servidas nos destinos do projeto Acolhida na Colônia). Acolhida na Colônia & Ministério do Turismo, s.d. 24 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/26545436/Acolhida-Livro-Receitas-SC>>. Acesso em mai. 2011.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico**. *Revista RA'EGA*. Curitiba: UFPR, n. 8, p. 141-152, 2004.

BESIO, M. Conservation Planning: **The European Case of Rural Landscapes**. In: **Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation**. World Heritage 2002. Shared Legacy, Common Responsibility. Associated Workshops, 11-12 November 2002, Ferrara – Italy. UNESCO World Heritage Center: Paris, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]: Brasília, DF, 1937.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Tít. VIII, Cap. III, Seção II, artigo 216. Senado Federal: Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]: Brasília, DF, n. 138, 18 jul. 2000. Seção 1, pg 45.

BRASIL. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, n. 83, 5 mai. 2009. Seção 1, pg 17.

CABRAL, L. O. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. Março de 2004. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0229.pdf>>. Acesso em out. 2010.

CABRAL, L.O. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica**. *Revista de Ciências Humanas*, EDUFSC, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr-out. 2007.

CAIXETA, D. C, ROMEIRO A. R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano.** *Textos para Discussão*, IE/UNICAMP, Campinas, n. 155, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto155.pdf>>. Acesso em jun. 2011.

Caminhos do Sertão Cicloturismo. **Circuito Acolhida na Colônia.** Disponível em: <<http://www.caminhosdosertao.com.br/blog/>>. Acesso em: mai. 2011.

CASTELLA P. R. BRITZ, R. M. (Org.). **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais.** Fundação de Pesquisas Florestais no Paraná; apoio: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTRIOTA, L. B. **Paisagem cultural e sustentabilidade.** Belo Horizonte: IEDS, UFMG, 2009. 233 p.

EMBRAPA. **Mapa de relevo de Santa Catarina.** EMBRAPA Monitoramento por Satélite. 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/sc/index.htm>>. Acesso em abr. 2011.

EPAGRI. **Diagnóstico Territorial Participativo das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina.** Convênio Epagri – MDA nº 701.337/2008/ Projeto ATER 2008. Plano de trabalho. S.d. (a). 34p.

EPAGRI. **Diagnóstico Territorial Participativo das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina.** Convênio Epagri – MDA nº 701.337/2008/ Projeto ATER 2008. Levantamento Panorâmico. S.d (b). 134 p.

EPAGRI. **Diagnóstico Territorial Participativo das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina.** Convênio Epagri – MDA nº 701.337/2008/ Projeto ATER 2008. Documento final. S.d (c). 239 p.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina. **Corredor Ecológico Caminho das Águas.** (Folder) Florianópolis, março de 2006.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina. **Unidades de Conservação Estaduais.** Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br>>. Acesso em mai. 2011.

FERNANDES Jr, O. **Aposta no turismo ecológico.** *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, ed. 20. jun. 2005. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/20/artigo15707-3.php>>. Acesso em abr. 2011.

FRANCO, H. M. GUZZATTI, T. C. **Contando casos aos agroturistas: resgate de flagrantes da história das encostas da Serra Geral.** Florianópolis: Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, 2001. 44p.

GELUDA, L. **Pagamentos por serviços ecossistêmicos previstos na lei do SNUC – teoria, potencialidades e relevância.** 2005. 29p. Projeto de Final de Curso (Programa de Formação Profissional em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro & Escola Politécnica/NADC. Disponível em: <<http://ww2.ie.ufrj.br/gema/pdfs/PFC%20-%20Leonardo%20Geluda.pdf>>. Acesso em jun. 2011.

GELBCKE, D. L. **Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral: entre idéia e prática**. 2006. 199p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0287.pdf>>. Acesso em mar. 2011.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007. 24 p. Disponível em: <<http://www3.iphan.gov.br/bibliotecavirtual/?p=873>>. Acesso em jun. 2011.

GUZZATTI, T. C. TURNES, V. A. **O papel da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC) na construção de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento rural e na promoção da agricultura familiar**. V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Florianópolis, maio de 2011. Disponível em: <http://www.rgs.wiki.br/index.php/biblioteca/doc_view/365-p168.raw?tmpl=component>. Acesso em jun. 2011.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em abril de 2011.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília:IPHAN, 2007. 32 p.

IPHAN, Ascom. **Bens relacionados à imigração em Santa Catarina recebem a primeira chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. 03 de maio de 2011. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=717AB95A606ABC0F19B00AF2766BFB4B?id=15968&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em mai. 2011.

ICMBio. **Parque Nacional de São Joaquim**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em mai. 2011.

ICR. **Projeto de Criação e Implantação da Área de Proteção Ambiental**. Coxilha Rica, Lages: Instituto para Proteção Ambiental e Desenvolvimento da Coxilha Rica (ICR), 2007. 23p.

JEAN, B. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais**. In: VIEIRA, P.F. CAZELLA, A. CERDAN, C. CARRIÈRE J.P. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010. 488p.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

LINO, F.C. **A Mata Atlântica**. Anuário Mata Atlântica, Conselho Nacional "Reserva da Biosfera da Mata Atlântica" (RBMA), 2003. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/anuario>>. Acesso em mai. 2011.

LUCA, V. G. de. **O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana**. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em jun. 2011.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2008. 26p.

MEDEIROS, C. GUERRA, A. B. **Turismo e bem-estar de quem acolher - Análise de uma experiência de turismo rural: O caso dos agricultores ligados à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima (SC)**. 2010. 32p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

MMA. **Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade**. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=14>>. Acesso em mai. 2011.

_____. **Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006a. 128 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao.publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=161>>. Acesso em mai. 2011.

_____. **Caderno da Região Hidrográfica do Uruguai**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Brasília, 2006b. 128 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao.publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=161>>. Acesso em mai. 2011.

Ministério da Saúde. **Estratégia Saúde da Família**. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/>>. Acesso em junho de 2011.

MÜLLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC)**. 2001. Dissertação (Pós-Graduação em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

NAVARRETE, L. MATUS, C. AGURTO, I. ASTORGA, M. **Santiago 2021: Región Multicultural. Identidades para el desarrollo de la región post-bicentenario**. Santiago: Gobierno Metropolitano de Santiago (CL), Fundación Ideas; 2010. 137 p. Disponível em: <http://www.ideas.cl/stgo_mas_region.pdf>. Acesso em Out 2010.

ODUM, E. BARRETT, G. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 162p.

PORTUGAL. Decreto n.º 4/2005. Aprova a **Convenção Europeia da Paisagem**, feita em Florença em 20 de outubro de 2000. Diário da República, Lisboa, n.31, I Série A, 14 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>>. Acesso em ago. 2010.

RANABOLDO, C. **Desarrollo Territorial Rural con Identidad Cultural: Una oportunidad para territorios rurales pobres en America Latina. Experiencias y perspectivas**. Roma, Italia: Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), 2008.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – Fase VI/ 2008**. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, setembro de 2008. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi.asp> Acesso em julho de 2011.

- RUIVO, P. **Amenidades rurais – que contributo? Estudo de caso em territórios rurais.** In: III CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS (III CER), 2007, Faro. *Anais...* Faro: Universidade do Algarve, 2007. Disponível em: <http://www.sper.pt/IIICER/Comunicacoes/PaulaRuivo_com.pdf>. Acesso em jun. 2011.
- SCHMIDT, W. **Mais orgânicos na Universidade:** Depoimento. [25 de maio de 2011]. Florianópolis: *Notícias da UFSC*, Agecom UFSC. Entrevista concedida a Cláudia Reis. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/>>. Acesso em mai. de 2011.
- SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Atlas escolar de Santa Catarina.** Secretaria de Estudo de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. 96p.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Informações municipais de Santa Rosa de Lima.** Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/framesetmunicipios.htm>>. Acesso em abr. 2011.
- SANTA ROSA DE LIMA (SRL). Prefeitura Municipal. **Premiados vencedores do Concurso COMTUR de desenho e slogan.** Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.santarosadelima.sc.gov.br/conteudo/?item=8656&fa=1&cd=52706>>. Acesso em jun. 2011.
- _____ (SRL). Prefeitura Municipal. **Contagem regressiva para a 12ª Gemüse Fest.** Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.santarosadelima.sc.gov.br/conteudo/?item=8656&fa=1&cd=64092>>. Acesso em abr. 2011.
- _____ (SRL). **Plano Municipal de Agricultura 2009-2018.** Santa Rosa de Lima, nov. 2008. 19 p.
- SANTANA, D. P. **Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas.** Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2003. 63p. (Embrapa Milho e Sorgo: Documentos, 30). Disponível em: <http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/publica/2003/documento/Doc_30.pdf>. Acesso em jun. 2011.
- SAUER, C. **The Morphology of Landscape.** University of California Publications in Geography, n.22, p. 19-53, 1925.
- SCHMIDT, A. P. **Opções de desenvolvimento em xeque em SC.** *Notícias.* Instituto Carbono Brasil, 18 set. 2009. Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=723165>. Acesso em jun. 2011.
- SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia.** *Revista RA'EGA.* Curitiba: UFPR, n.7, p. 79-85, 2003.
- SCHMIDT, W. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995).** 2000. 189f. Dissertação (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, São Paulo. 2000.
- SCHMIDT, W. SCHMIDT, W. TURNES, A. V. **Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina.** In: PAULILO, M. I. SCHMIDT, W. (Org.) *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.* Florianópolis: UFSC, 2003. 311 p.

SCHMIDT, W. **O ótimo é inimigo do bom**. Canal Aberto SRL. *Jornal Folha do Vale*, ed. 807. 2010. Disponível em: <<http://www.folhadovale.com.br>>. Acesso em jun. 2011.

SCHÜRHAUS, M. **A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens**. *Revista Santa Catarina em História*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v.1. n.2. 2007.

SGROTT, E. **Fitossociologia da zona ripária no Estado de Santa Catarina**. In: I Seminário de Hidrologia Florestal: Zonas Ripárias, 22 de setembro 2003, Alfredo Wagner. *Anais...* Alfredo Wagner: PPGA-UFSC, 2003. p. 14-39.

SIAB. **Situação de Saneamento de Santa Rosa de Lima**. Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB). 2011. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/siabcSC.def>>. Acesso em jun. 2011.

Slow Food Brasil. **Programa Fortalezas. Comunidades do Alimento**. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com>>. Acesso em abr. 2011.

SOARES, L.A.G.M. **A experiência do projeto juventude rural em movimento no território das encostas da Serra Geral, Santa Catarina**. In: Global Forum - America Latina, 2009. *Anais...* Disponível em: <http://www.congresso.globalforum.com.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00027_PCN04166.pdf>. Acesso em jun. 2011.

SOS Mata Atlântica. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2005 – 2008**. Fundação SOS Mata Atlântica & Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2008. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/>>. Acesso em mai. 2011.

_____. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – Período 2008 – 2010. (Relatório Parcial)**. Fundação SOS Mata Atlântica & Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2010. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/dados/>>. Acesso em mai. 2011.

SOUZA, B. **Aspectos fitogeográficos do Parque Nacional de São Joaquim**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 2004.

THEYS, J. **O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentidos e limites de uma integração**. *Eisforia*. Florianópolis, Dez, 4 (especial). p. 179-97. 2006.

TNC. The Nature Conservancy. **O ICMS Ecológico na Constituição Brasileira**. Disponível em: <<http://www.icmsecologico.org.br>>. Acesso em jun. 2011.

UNESCO. **Recommandations de la réunion thématique d'experts sur les paysages culturels de l'agro-pastoralisme méditerranéen**. In: Les Paysages Culturels De L'agro Pastoralisme Mediterranéen – Réunion Thématique d'experts. Lozère (Meyrueis), França, 2007. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-489-4.pdf>>. Acesso em abr. 2011.

_____. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>>. Acesso em mar. 2011.

VAN RUYSKENSVELD, J.P. **Projet d'Exploitation agricole et paysage. Des outils pour des projets de développement durable des territoires**. Colléction APPORT Paysages

agricoles. IFV (Institut Français de la Vigne et du Vin): 2009. Disponível em: <www.agriculture-et-paysage.fr>. Acesso em ago. 2010.

Vivências Brasil: **Aprendendo com o Turismo Nacional 2008/2009 - Santa Catarina**

(Relatório Final, abril de 2009). Ministério do Turismo (MTUR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRATZOA). Disponível

em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/qualificacao_equipamentos/galeria_qualificacoes_equipamentos/Relatorio_Acolhida_Colonia.pdf>

Acesso em jun 2011.

WEBER, B. **Santa Rosa de Lima: a capital agroecológica**. Jornal Notisul. Tubarão, 21 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.notisul.com.br/>>. Acesso em mai. 2011.

WEISSHEIMER, M.R. VIEIRA FILHO, D. (Org.). **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina: Preservação do Patrimônio Cultural**. Florianópolis: IPHAN/ 11^a

Superintendência Regional, 2008. 48p. Il. 15 cm.

WEISSHEIMER, M.R. **A chancela da Paisagem Cultural: uma estratégia para o futuro**.

Revista Desafios do Desenvolvimento, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, ed. 62. Jun/jul.

2010. Disponível em:

<http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14737>. Acesso em mai 2011.

WEISSHEIMER, M. R. (Org.) **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, mar. 2011.

ANEXO 1

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural
Brasileira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL -IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta; CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

I -DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único -A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II -DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III -DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV -DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo

IPHAN.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

V -DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo

administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação

pertinente, poderá ser dirigido:

I -às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;

II -ao Presidente do IPHAN; ou

III -ao Ministro de Estado da Cultura.

VI -DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º -O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização

-DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo. § 2º -A instauração do processo será comunicada à Presidência do IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII -DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio

Material e Fiscalização -DEPAM/IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII -DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

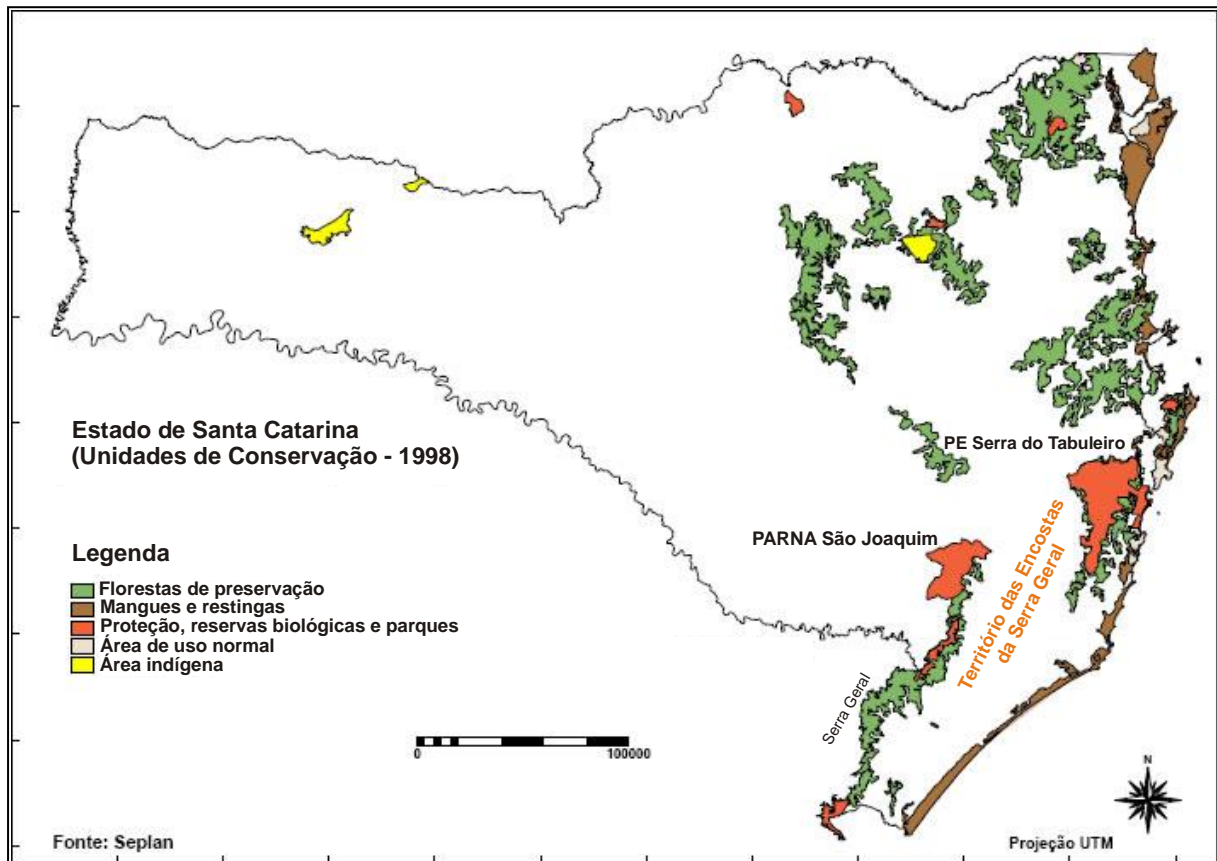
Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

ANEXO 2

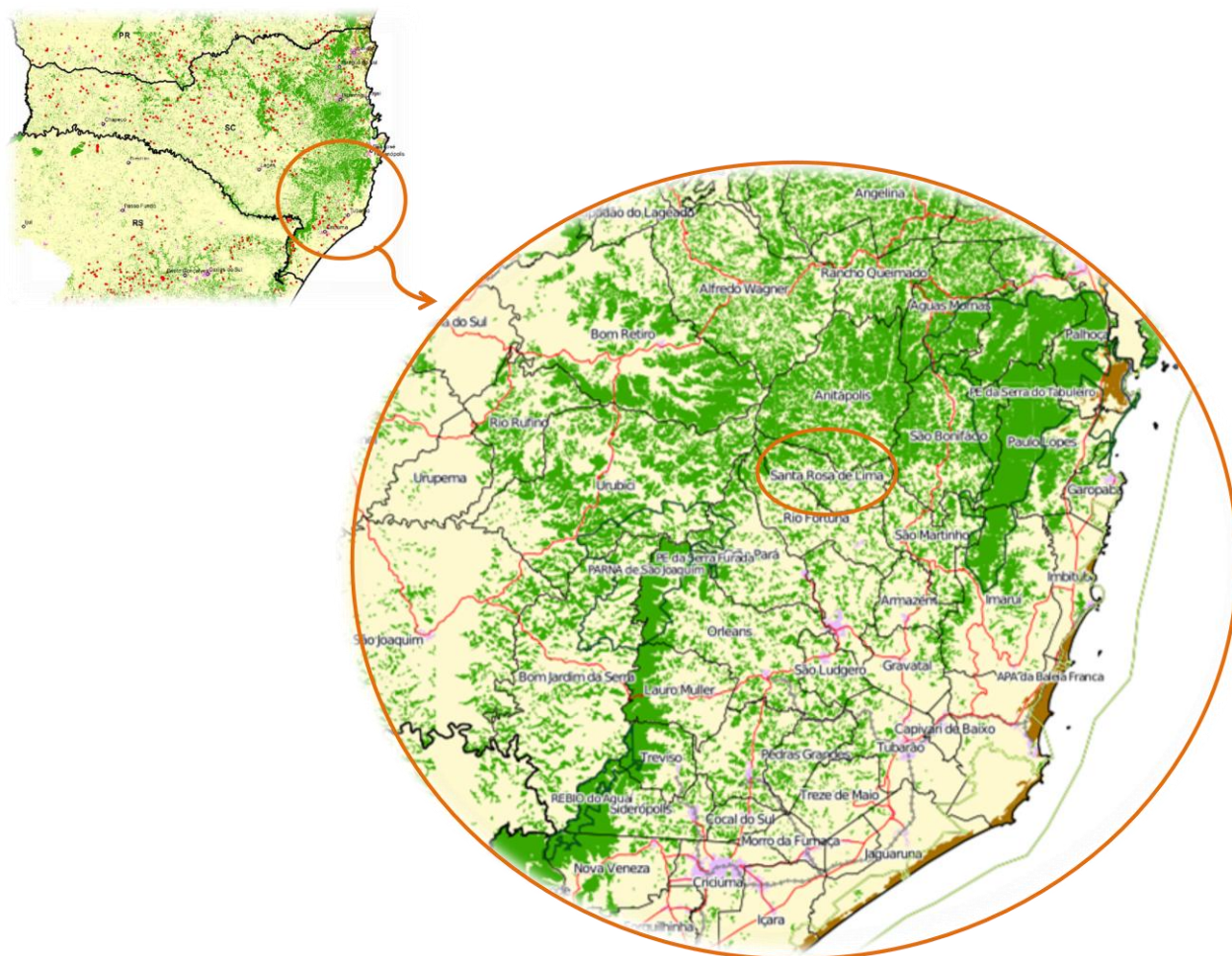
Localização estratégica do território das Encostas da Serra Geral entre Unidades de Conservação de Santa Catarina.



(Adaptado de Seplan por Gabriela Orofino)

ANEXO 3

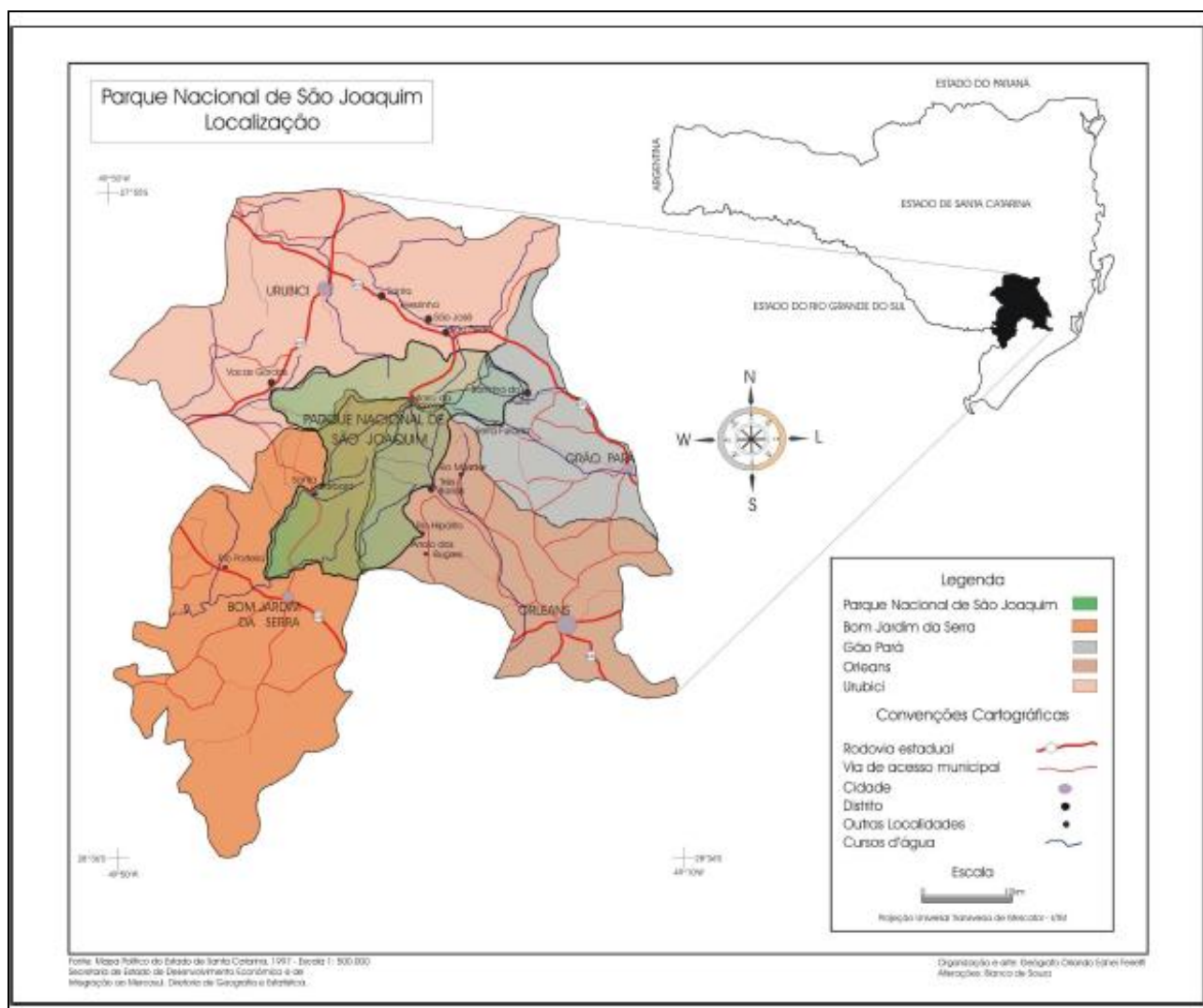
Remanescentes florestais da Mata Atlântica em Santa Catarina.



O território das Encostas da Serra Geral atua como um corredor ecológico, ao conectar remanescentes da Mata Atlântica. Em destaque o município de Santa Rosa de Lima. (Adaptado de SOS Mata Atlântica, 2010 por Gabriela Orofino).

ANEXO 4

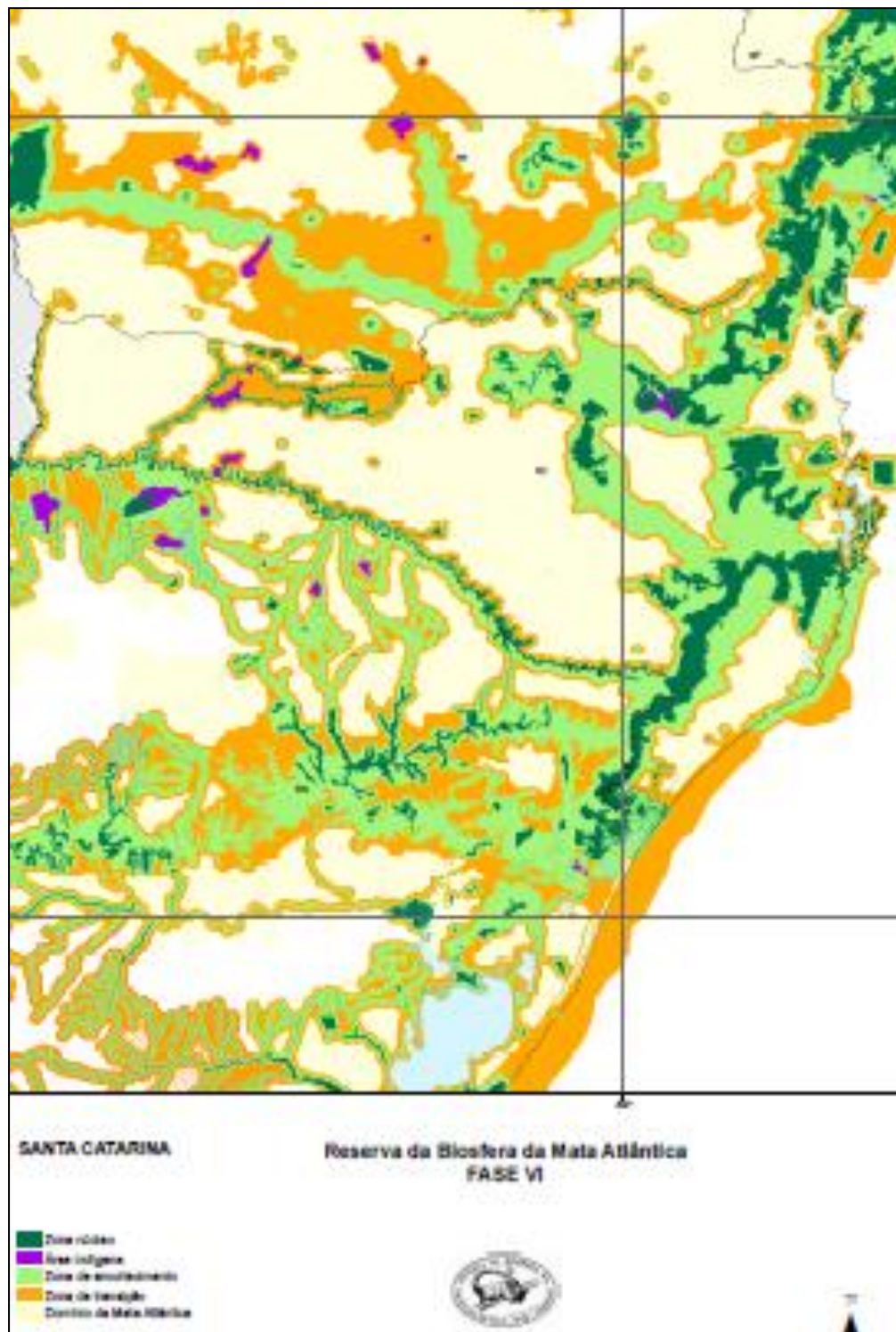
Localização do Parque Nacional de São Joaquim.



Municípios que compõem o PARNA de São Joaquim, entre eles, Grão Pará (Fonte: Souza, 2004)

ANEXO 5

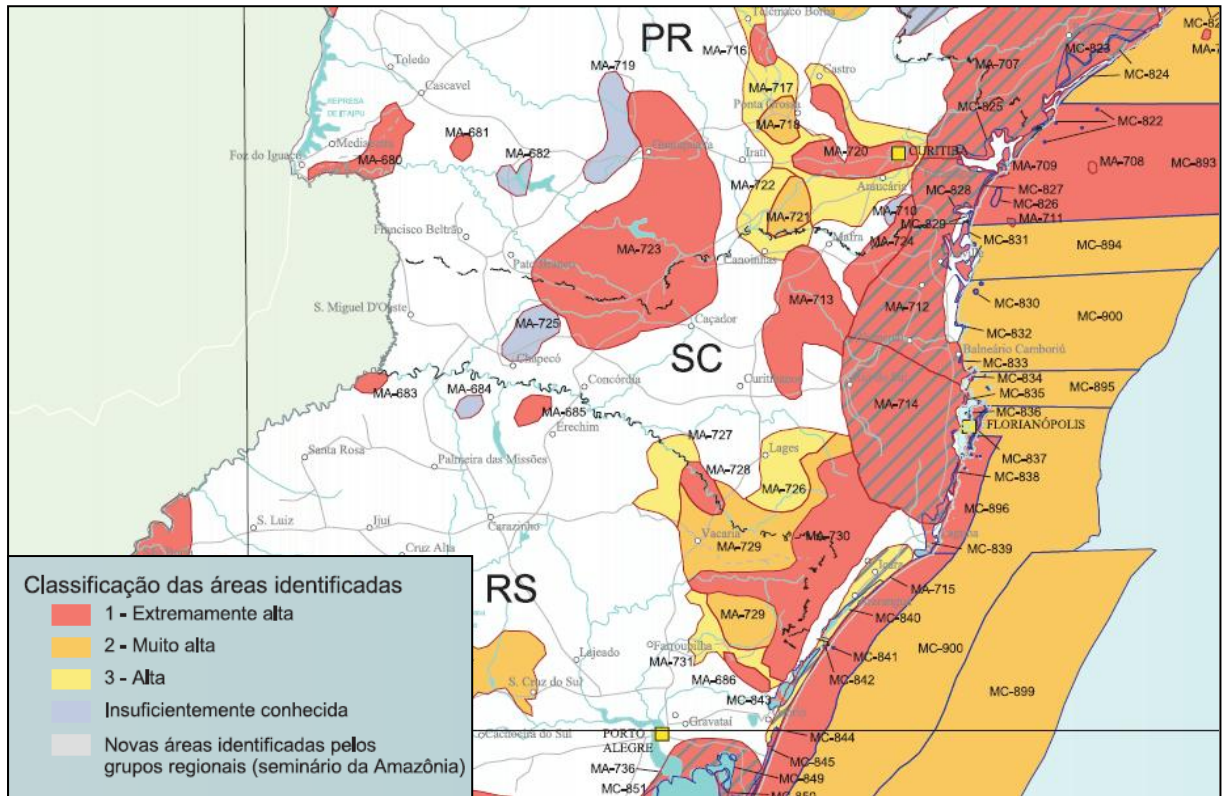
Área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) em Santa Catarina.



A área em que os municípios das Encostas da Serra Geral estão localizados é uma Zona Núcleo da Reserva da Biosfera e/ou sua Zona de Amortecimento (Fonte: RBMA, 2008).

ANEXO 6

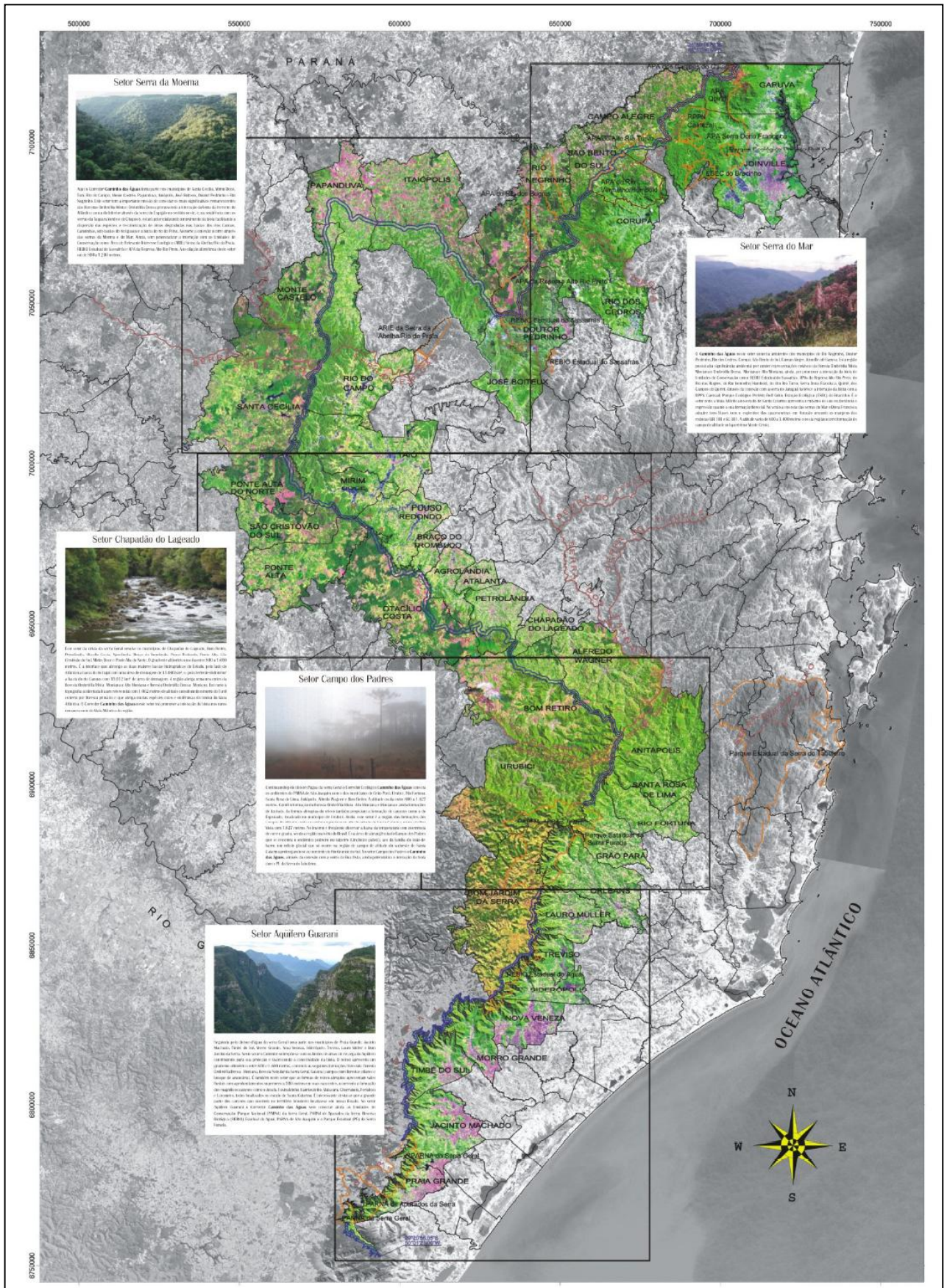
Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira no estado de Santa Catarina.



(Adaptado de PROBIO por Gabriela Orofino. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/maparea.pdf >)

ANEXO 7

Projeto de Corredor Ecológico Caminho das Águas (FATMA, 2006).



ANEXO 8 - Diagnóstico Participativo do município de Santa Rosa de Lima - Plano Municipal de Agricultura 2008 – 2018. (Adaptado de SRL, 2008).

	Nossa História			Tendências
Tempo → ↓ Dimensões	Até 1950	De 1951 a 1990	De 1991 a 2008	2009 - 2018
Produções	Lavoura “pro gasto” (milho, mandioca, arroz, batata, feijão) e para engordar porco comum (milho e batata), com venda de excedentes. Venda: Porco / Banha (“que era o negócio”); manteiga, ovos, mel, laranja, madeira nativa.	Caem lavouras; entra fumo, gado de leite, mandioca para venda. Continua produção “pro gasto”. Venda de manteiga e queijo, porco e banha (já em queda). Carvão e extração de madeira nativa (Serrarias). Doenças nas lavouras; Agrotóxicos Reflorestamento	Cai fumo; volta lavoura “pro gasto”; gado de leite (para venda: leite/queijo); ovelha; “passa de porco para suíno”; verduras orgânicas; carvão a partir da extração de madeira nativa e do reflorestamento; frutas; turismo	Leite (+); Pastagem (+); Carvão (-); Reflorestamento (=); Turismo (+) Permanência do fumo Verdura; Mel; Ovelha; Cachaça; Olaria “Emprego fora” de um membro da família
Saúde	Saúde melhor, mas com alta mortalidade infantil. Atendimento e tratamento precários (“remédios caseiros e maca” – nos casos mais graves essa era a única forma de transporte). A parteira era o único recurso local. Hospital mais próximo, primeiro em Tubarão e, depois, em Braço do Norte.	- Saúde + Atendimento/tratamento 1974: 1º posto de saúde (construído em mutirão); médico duas vezes por semana e ambulância; vacinação e prevenção. Hospital mais próximo Rio Fortuna.	- - Saúde (mais doenças novas) + + Atendimento/tratamento Programa de Saúde da Família Novo posto de saúde; médicos em SRL; especialidades; muitos veículos para transporte de pacientes	- - - Saúde + + + Atendimento/tratamento Mais prevenção e mudança de hábitos. Melhorar PSF. Ampliar disponibilidade de especialistas; consultórios no interior; maior acesso a informações sobre alimentação e melhoria na qualidade dos alimentos (em função de maior facilidade em adquirir produtos industrializados).
Meio ambiente	“Plantava-se bastante, com destruição e desperdício” (derrubada + fogo / coivaras). “A competição era quem derrubava mais para plantar”, mas “colhia-se menos”. Mais mata; mais peixes nos rios; mais água; mais animais silvestres	Terra enfraquecida e morros “descascados”. Venda de madeira nativa e poluição dos rios com pó de serra. Carvão. “Uso de veneno” (agrotóxicos). Alta erosão, por causa de estradas. Diminuem chuvas e diminuem águas. O desmatamento se reduz com a diminuição do sistema de coivaras	Há mais “verde” (cobertura vegetal) do que antes, mas em função do crescimento do eucalipto. Há, também, uma recuperação de mata nativa (“planta-se menos e há menor desmatamento”). Águas diminuem (drenagem de banhados), mas são de melhor qualidade (“diminuiu poluição com pó de serra”). Persiste o uso de agrotóxicos. Agrava-se o problema do borrachudo. Começa recolhimento de lixo no interior.	Maior cuidado com fontes (nascentes d’água) Redução da derrubada de matas nativas (aplicação da lei e maior conscientização) Preservação como condição para turismo Mais verde (reflorestamento); controle do uso de “veneno”; menor erosão na roça; maior produtividade; saneamento; Estimular replantio em parcelas com nativas frutíferas
Qualidade de vida	“A vida era melhor, mas mais difícil”. “Se era mais trabalhador”. “Menos estudo e mais trabalho”. União, amizade e visita a vizinhos e parentes (“mais conversa” e “mais ajuda”)	“Melhorou para vender”. “Querem cada vez mais bens”. “Mecanização torna trabalho mais leve”. “Vida fica mais corrida”. Melhora da educação com implantação do “Ginasial” (1976)	Saída das pessoas, especialmente os mais jovens. Melhora das moradias. Melhora educação e transporte escolar. Maior acesso a bens materiais. Individualismo, falta de segurança, “correria”, consumismo e maior stress. Maior consumo de bebidas alcoólicas.	Sair ainda mais jovens. Mais falta de tempo (“mais correria”). Mais consumismo. Mais problemas de depressão. Mais angústia e mais insegurança.

**ANEXO 8 (cont.) - Diagnóstico Participativo do município de Santa Rosa de Lima - Plano Municipal de Agricultura 2008 – 2018.
(Adaptado de SRL, 2008).**

	Nossa História			Tendências
Tempo → ↓ Dimensões	Até 1950	De 1951 a 1990	De 1991 a 2008	2009 - 2018
Renda	<p>Pouca (“dava prá comer e prá viver”; “era prá sobreviver”).</p> <p>“Trabalhava-se 1 dia por 1 Kg de banha” (e com o equivalente se participava de uma festa).</p> <p>Bom poder aquisitivo do que se ganhava; especialmente para compra de terras: “com duas engordas de porco por ano se comprava terra.”</p> <p>“Vendia manteiga e ovo, para comprar sal e querosene”. “Sobrava bastante: se ganhava pouco e se gastava pouco”.</p> <p>“Comia-se o que se plantava”.</p>	<p>Melhorou.</p> <p>“Sobrava um dinheirinho, mas se comia o patrimônio” (solos e matas)</p> <p>“Igual até 1970, quando chega a crise da banha”.</p> <p>72/74: Fumo, “uma safra dava um fusca”.</p> <p>Fazia dinheiro da madeira.</p> <p>“Já se queima o carvão”. Algumas vendas de porcos</p>	<p>Melhorou bastante.</p> <p>Um dia de trabalho passa a valer 20 kg de banha.</p> <p>Movimento econômico é maior (“faz-se mais dinheiro, mas fica pouco”; “gira mais dinheiro, mas sobra menos”; “quanto mais faz, mais gasta”; “mais fácil fazer, mais fácil gastar”).</p> <p>Passa-se a comprar até o que se come</p> <p>Passa-se de uma entrada por ano para entradas quinzenais ou mensais (leite)</p> <p>Reflorestamentos ainda não começaram a dar renda</p>	<p>Tendência é de aumentar a renda, mas de aumentar ainda mais os custos de produção.</p> <p>Há preocupação com crescimento dos impostos.</p> <p>Tendência a gastar ainda mais, com o consumismo e com o financiamento fácil. “Em vez de plantar, o colono prefere gastar”. É prenunciada uma “dificuldade com o gasto com os filhos”.</p> <p>Maior agregação de valor no município (“industrializar mais no município”)</p>
Mercados	Comerciantes de Santa Rosa de Lima	Atravessadores e Firms	<p>Verduras: vendas em Criciúma e Tubarão</p> <p>Fumo: Firms</p> <p>Leite: Laticínios</p> <p>Atravessadores</p> <p>Diversificação e Novos canais</p>	<p>“Se pudesse cair fora dos atravessadores...”</p> <p>Diversificação: vender para fora do município (em diversos circuitos), aumentar consumo dos habitantes do município e vender diretamente para os turistas.</p> <p>Promover agregação de valor com venda de produtos processados e registrados (com nota).</p> <p>Mais laticínios em SRL.</p> <p>Exportação de água mineral</p>
Infra-estrutura	<p>Carro de boi e cavalo, cargueiro e Picadas</p> <p>Luz de querosene</p> <p>Ferramentas manuais</p>	<p>Estrada</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Rádio</p>	<p>Estrada melhor</p> <p>Telefone</p> <p>Comunicação ruim</p> <p>TV e parabólica</p> <p>Máquinas e microtratores</p>	<p>Melhorar</p> <p>Acesso asfáltico</p> <p>Internet e celular</p>